

Cadernos  
de  
Clio

**Revista Cadernos de Clio**  
Publicação PET História UFPR

**Corpo Editorial**

Renata Senna Garraffoni (Presidente)  
Alexandre Cozer, Jéssica Louise Rocha Neiva de Lima  
Josip Horus Giunta Osipi, Kelleny Brasil Rodrigues  
Mayara Ferneda Mottin, Michel Ehrlich, William Funke

**Conselho Consultivo**

Ana Paula Vosne Martins (Universidade Federal do Paraná)  
Clóvis Gruner (Universidade Federal do Paraná)  
Fátima Regina Fernandes (Universidade Federal do Paraná)  
Héctor Guerra Hernandez (Universidade Federal do Paraná)  
João Fábio Bertonha (Universidade Estadual de Maringá)  
Luís Felipe Silvério Lima (Universidade Federal de São Paulo)  
Luiz Carlos Ribeiro (Universidade Federal do Paraná)  
Marcos Napolitano (Universidade de São Paulo)  
Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas)  
Rafael Faraco Benthien (Universidade Federal do Paraná)  
Renata Cristina de Sousa Nascimento (Universidade Federal de Goiás,  
Campus Jataí)  
Sérgio Odilon Nadalin (Cedope - Universidade Federal do Paraná)

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
VENDA PROIBIDA

# Cadernos de Clio

V. 6, Nº. 1, 2015, PET – História UFPR

**Endereço para correspondência**

Rua General Carneiro, nº 460, 6º andar, sala 605

Centro – Curitiba – Paraná – Brasil

CEP: 80060-150

e-mail: cadernosdeclio@gmail.com

*Cadernos de Clio* online: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/clio>

**Projeto gráfico, capa e lombada:**

Suellen Carolyne Precinotto

**Editoração, editorial:**

Mayara Ferneda Mottin e Willian Funke

**Diagramação:**

Mayara Ferneda Mottin

**Referência de Capa e Contracapa:**

Adaptação da obra de Umberto Boccioni

*Visioni Simultanée*, 1911

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS. BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

---

REVISTA *Cadernos de Clio* / PET de História UFPR; projeto gráfico, capa e lombada:

Suellen Carolyne Precinotto; editoração, editorial: Mayara Ferneda Mottin, Willian Funke; diagramação: Mayara Ferneda Mottin, v.1 (2010-). Curitiba, PR: PET – História UFPR, 2015.

v.6, n. 1, 2015

Semestral (a partir do primeiro semestre de 2015)

ISSN: 2237-0765

1. História - periódicos. 2. História - Estudo e ensino. I. Universidade Federal do Paraná. II. Mottin, Mayara Ferneda. III. Precinotto, Suellen Carolyne. IV. Funke, Willian.

CDD 20. ed. 907

---

Vivian Castro Ockner CRB-9ª/1697

## Editorial

No seu sexto ano de existência, a revista *Cadernos de Clio* – organizada pelo PET História da Universidade Federal do Paraná – continua sua proposta de apresentar trabalhos historiográficos de estudantes de graduação. Crescendo a cada novo número, em 2014 deixou de ser limitada pelo seu formato físico, permitindo que todos os interessados pudessem acessar as publicações por meio de internet. A indexação da *Cadernos* ao Sistema Eletrônico de Revistas da UFPR – disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cliio> – foi uma nova conquista para o grupo, possível devido os esforços de integrantes do PET, tutora, pareceristas, além de autoras e autores, sem os quais nenhuma das edições teria sido possível.

Devido ao seu formato digital, a cada ano serão editados ao menos dois volumes da revista, possibilitando que mais estudantes tenham a oportunidade de publicar seus artigos, resenhas, notas de pesquisa e demais trabalhos. O sistema também tornou possível que a submissão de artigos fosse continuada. Por causa disso, foi estabelecido um número mínimo de artigos e resenhas para cada número, sendo publicados de acordo com a ordem de aprovação dos mesmos.

A partir das considerações acima, apresentamos a vocês o primeiro volume de 2015 da *Cadernos de Clio*. A edição apresenta oito artigos que trazem discussões historiográficas acerca de assuntos da Antiguidade até os dias modernos, escritos por estudantes de História de diferen-

tes universidades brasileiras. Também compõem esse volume uma resenha e uma nota de pesquisa.

O primeiro artigo desse volume, “Al-Nakba e a construção da palestinação”, de **Bárbara Caramuru**, abre o debate para um assunto muito importante para o mundo contemporâneo. A autora aborda como ocorreu a construção da identidade palestina a partir de um momento trágico da história desse povo, no qual esse se viu obrigado a se exilar devido a criação do Estado de Israel em 1948.

Adotando a cultura material como fonte, **Nancy Maria Antonieta Braga Bomentre**, em “A recepção do mito de Hércules na Etrúria por meio de um estudo de hidrias ceretanas”, apresenta como as cerâmicas estudadas permitem que se conheça e compreenda mais da história e cultura desse povo.

O artigo “A Sé de Lisboa na fundação do Reino Português” escrito por **Willian Funke** aborda essa importante construção lusitana. Não se limitando a análise de sua estrutura arquitetônica, o autor destaca principalmente o que essa instituição representou no período de expansão e consolidação do Reino de Portugal.

A partir da literatura de Machado de Assis, **Elson Granzoto Junior**, **Michelle Carolina de Britto**, **Patrícia Moreira Nogueira** e **Tuanny Folieni Antunes Lanzellotti** pensam sobre como o Rio de Janeiro se modernizou na mudança do século XIX para o XX. “As rótulas machadianas: habitação popular, estrangeirismo e modernização no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX” apresenta a visão de Machado, destacando sua nostalgia em relação ao período Imperial.

Em “No jogo das representações: a telenovela ‘Caminho das Índias’ como espaço de construção de identidades e alteridades” de **José dos Santos Costa Júnior** e **Raquel Silva Maciel**, os autores abordam a forma pela qual os orientais, mais especificamente os indianos, foram representados, refletindo como as apropriações culturais são difundidas a partir do horário nobre da televisão brasileira.

**Bárbara Letícia Chimentão** analisa a obra *Alexíada*, de Anna Comnena, buscando entender os recursos e as intenções da autora. Em “Objetivos e realizações de Anna Comnena a partir da obra *Alexíada* (séculos XI e XII)” Chimentão traça ainda um paralelo entre o texto escrito pela princesa e o desejo desta em se tornar imperatriz.

No artigo “Os processos de Salem: uma breve análise da sua historiografia, memória e representação” **Gabriela de Souza Moraes** pretende discutir os julgamentos de Salem, ocorridos nos Estados Unidos no final do século XVII. A autora discute o caso, a historiografia a respeito, bem como seu papel na cultura daquele país.

O último dos artigos deste número é o nosso primeiro texto internacional, escrito por um autor português. **Filipe Paiva Cardoso**, em “Temístocles: Apogeu e ostracismo. As duas faces da mesma moeda” analisa o contexto no qual Temístocles sofreu ostracismo em Atenas, cidade na qual havia ocupado importantes posições políticas antes de sua expulsão.

Temos ainda outros dois textos. A resenha feita por **Michel Ehrlich** do livro *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*, de Pilar Calveiro e a nota de pesquisa de **Felipe Barradas**

**Correia Castro Bastos e Gabriel Elysio Maia Braga**, “Trajetória de pesquisa sobre a posse de armas na província do Paraná (1850 – 1930) a partir do acervo do Museu Paranaense”, em que apresentam trabalho desenvolvido a partir de parceria realizada entre o referido museu e o PET História UFPR.

Ficamos felizes de trazer a público mais um conjunto de textos de qualidade. Continuamos prezando pela pluralidade de temas e abordagens, mostrando que a busca por respostas continua animando estudantes e futuros historiadores do Brasil e do exterior, num período em que as perguntas se acumulam sem que um único caminho se mostre possível, o que ao mesmo tempo nos instiga e angustia.

Outubro de 2015  
Mayara Ferneda Mottin  
Willian Funke

## Sumário

### Artigos

Al-Nakba e a construção da palestinidadade - Bárbara Caramuru.....13

A recepção do mito de Hércules na Etrúria por meio de um estudo de hidrias ceretanas - Nancy Maria Antonieta Braga Bomentre .....31

A Sé de Lisboa na fundação do reino português - Willian Funke .....53

As rótulas machadianas: habitação popular, estrangeirismo e modernização no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX - Elson Granzoto Junior, Michelle Carolina de Britto, Patrícia Moreira Nogueira e Tuanny Folieni Antunes Lanzellotti.....69

No jogo das representações: a telenovela “Caminho das Índias” como espaço de construção de identidades e alteridades - José dos Santos Costa Júnior e Raquel Silva Maciel .....91

Objetivos e realizações de Anna Comnena a partir da obra *Alexíada* (séculos XI e XII) - Bárbara Letícia Chimentão .....117

Os processos de Salem: uma breve análise da sua historiografia, memórias e representações - Gabriela de Souza Morais .....145

Temístocles: apogeu e ostracismo. As duas faces da mesma moeda - Filipe Paiva Cardoso .....169

### Resenha

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013, 151 p. - Michel Ehrlich.....197

**Nota de Pesquisa**

Trajectoria de pesquisa sobre a posse de armas na Província do Paraná (1850-1930) a partir do acervo do Museu Paranaense - Felipe Barradas Correia Castro Bastos e Gabriel Elysio Maia Braga .207

Normas editoriais.....217

# Artigos



## AL-NAKBA E A CONSTRUÇÃO DA PALESTINIDADE<sup>1</sup>

### AL-NAKBA AND THE COSTRUCTION OF THE PALESTINITY

*Bárbara Caramuru<sup>2</sup>*

**Resumo:** A *Al-Nakba* (A Catástrofe) foi um dos acontecimentos históricos marcantes na formação da identidade e subjetividade do indivíduo palestino. Ocorrida em maio de 1948, a partir da Guerra de Independência do Estado de Israel, fez com que um grande contingente de palestinos fosse forçado ao exílio, cerca de 80% da população. A partir desse processo, a identidade palestina se desenvolveu em meio a questões conflituosas envolvendo território, nação, etnia e martirização. A *Al-Nakba* é fundamental para o entendimento da "palestinidade" e como esta identidade é agenciada por tais atores sociais.

**Palavras-chave:** palestinos; identidade; nacionalismo.

**Abstract:** The *Al-Nakba* (The Catastrophe) was one of the most important historic facts that framed the identity and subjectivity of Palestinians. It happened in May 1948, during Israel's war of independence, and a huge contingent of Palestinians were forced to flee to exile, almost 80% of the total population. From this moment on, the Palestinian identity was developed among complex issues involving territory, nation, ethnics and martyrization. The *Al-Nakba* is

---

<sup>1</sup> Termo usado pelo Dr. Leonardo Schiocchet, para discutir o conceito do identidade palestina. Artigo intitulado: *Uma Nação sem Estado: A Palestina dos Palestinos*, 2015a.

<sup>2</sup> Na época de submissão do artigo era aluna do 8º período de História – Licenciatura e Bacharelado na UFPR, orientada pelo Prof. Dr. Luis Roberto Braga Portella. Atualmente sou mestranda em Antropologia/UFPR, orientada pelo Prof. Dr. Lorenzo Gustavo Macagno. Meu lattes: <http://lattes.cnpq.br/9925691058602976>.

fundamental to understand of the "palestinity" e how this identity is an agency of these social agents.

**Keywords:** palestinians; identity; nacionalism.

Neste artigo pretendo problematizar de que formas a *Al-Nakba* acessa e contribui na construção<sup>3</sup> da identidade palestina. Pontualmente, os eventos que marcam o ano de 1948, no território da Palestina ficaram conhecidos, em termos nativos como *Al-Nakba*, a Catástrofe. Este foi o acontecimento histórico em que 80% da população palestina foi forçada ao exílio, tendo como marco inicial o dia 14 de maio de 1948, após a fundação do Estado de Israel. Esse evento foi decisivo, no que tange a construção de uma identidade do povo da Palestina, e se estabeleceu, de certa forma no relato contemporâneo, como uma espécie de novo mito de origem, da “palestinidade”, ou seja, um resgate e potencialização do que vem a se configurar como “povo palestino”. Sendo o sujeito desta construção identitária um indivíduo refém do exílio e do “tempo fora do tempo”<sup>4</sup>.

A partir desta leitura proponho que o sujeito de identidade palestina vive em um tempo suspenso. O exílio é o espaço de tempo em que, para não ser anulado, o refugiado busca reforçar sua identidade. (Schiocchet, 2015a) Porém, neste espaço em que existe o reforço do

---

<sup>3</sup> Utilizo o termo construção para falar de identidades a partir do entendimento que as identidades não são fixas, rígidas ou cristalizadas, mas que estão em constante processo de construção. Moldam-se a partir do processo dialético agenciado na relação entre o indivíduo, o fato social e a subjetividade derivada.

<sup>4</sup> Conceito de Lena Jayyusi, *apud* Schiocchet (2015).

sofrimento e martirização deste agente, simultaneamente há uma exaltação de um passado glorioso mítico, o qual deve ser retomado, na sua forma moderna. E é a partir desta retomada que, no discurso nativo, o refugiado terá o direito de retorno à sua terra e sua civilização voltará supostamente ao esplêndido desenvolvimento que havia sido interrompido. Neste artigo, para além dos pontos citados, buscarei refletir sobre a influência dos conceitos de: nação e nacionalismo, suas implicações na construção da identidade do povo da Palestina, e a relação com as reivindicações e conflitos territoriais de ambos os povos: judeus e palestinos. Embora a proposta aqui colocada seja de caráter histórico e pautada em uma análise, especificamente, bibliográfica, alguns ecos das vozes do meu campo monográfico se fazem presentes.<sup>5</sup>

### ***A Al- Nakba no contexto histórico***

O termo *Palaistine* já fora usado em tempos remotos pelos gregos, posteriormente pelos romanos (Syria Palestina) e volta a ser utilizado “ocidentalmente” no período da Primeira Guerra Mundial pelos britânicos (período mandatário) (Schiocchet: 2015a). O território que compreende o que seria a Palestina histórica, inicialmente, foi uma

---

<sup>5</sup> Durante os anos de 2012 á 2014, realizei uma pesquisa etnográfica com alguns membros da Sociedade Muçulmana de Curitiba, visando discutir os processos de efervescência social vividos no Egito, no período recente, conhecidos como Primavera Árabe. A partir de um olhar local procurei analisar como este evento fora endossado pela comunidade local. Este campo, ainda que muito experimental, no ponto de vista teórico-metodológico, possibilitou-me acesso a tramas sociais e a agentes deste tecido social, complexo, dentre eles dois palestinos.

terra de convívio comum a ambos os povos até a partilha realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU – em 1947, que destinava aproximadamente 11.000 km<sup>2</sup> para um milhão de palestinos e 14.000 km<sup>2</sup> para 700.000 judeus.

Entre as diásporas do povo judaico, o território sempre esteve habitado por outros povos, dentre eles os árabes, como relata Hourani: “o interior da Síria, a região a oeste do Eufrates e o Tigre (a Jazira) eram de população em grande parte árabe. Eles trouxeram consigo o seu *ethos* e sua forma de organização social” (Hourani, 1991: 29). Desta forma, deve-se, todavia, complexificar os distintos discursos legitimadores, que se propõe a reivindicar um território a partir da temporalidade de ocupação, ou principalmente do discurso de *origem*. O que venho propor neste trabalho é problematizar a relação construída através da ideologia nacionalista entre território, povo e nação. Busco desta forma, também, desmistificar o slogan do projeto sionista: “uma terra sem povo para um povo sem terra”, projeto do sionismo moderno, fundado pelo escritor austríaco Theodor Hertzl na segunda metade do século XIX na Europa. Com sua teoria exposta no livro *Der Judenstaat* (O Estado judeu), Hertzl propunha uma fuga ao anti-judaísmo e a autonomia judaica a partir da criação de um estado étnico-religioso no território da palestina.

A partir de meados da década de 1920, com a proposta sionista de criar um “Lar Nacional Judeu” no território da Palestina, ocorreram migrações judaicas em massa para a região e a compra de terras em

larga escala<sup>6</sup>. Potencializam-se, também, os conflitos entre árabes e judeus, uma insurreição dos povos nativos contra o projeto político sionista. Entre 1936-39 tais conflitos favorecem o desencadeamento da *Grande Revolta Árabe*, desencadeada por uma série de fatores, dentre eles, o assassinato do líder árabe Sheykh Izz Al-Din al-Qassam, em 1935. Esta revolta demonstra a organização do povo árabe contra o sionismo e a dominação britânica, questionando a suposta crença de que eles não se encontravam organizados na luta pela autonomia e defesa de seu território.

Os conflitos árabe-judaicos inserem-se na polarização entre o Ocidente e o Oriente discutida por Edward Said (2007). *O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica (...)em suma, o Orientalismo como um estilo Ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.* (SAID, 1978, p.29). Ainda hoje a constituição política do chamado Oriente Médio é tem sido associada por veículos midiáticos e discursos políticos como antagônica a do “ocidente”. Portanto o ator social desta região é ainda associado pela mídia global como: terrorista, fundamentalista religioso a-moderno. O oriente foi considerado, por seus colonizadores, e pelos adeptos desta política, inferior ao ocidente nas mais áreas diversas, tal como desenvolvimento cultural e civilizacional. Desta forma, legitimou-se o discurso, do colonialismo clássico, de que os

---

<sup>6</sup> Segundo Rashiod Khalid a venda de terra se dava na maioria dos casos por parte de proprietários de terra não palestinos, visto que, até o período o grande parte do povo palestino trabalhava a terra, servindo como mão de obra na agricultura para os proprietários de terras.

povos do oriente não tinham capacidade suficiente de se autogovernar. Esta interpretação combinada ao Estado de Israel compor um estado novo com modelo diferenciado, politicamente, religiosamente e economicamente<sup>7</sup>, dentro da região em virtude de sua constituição étnica, culminou em uma maior opressão aos palestinos após as vitórias de Israel, tanto diplomáticas quanto, e principalmente, no campo de guerra.

### **A especificidade do nacionalismo israelense e a Diáspora Palestina**

Segundo o sociólogo Anthony Smith, em sua obra *A Identidade Nacional* (1991), existem duas formas de construção do nacionalismo que se apresentam como os maiores mitos identitários do mundo moderno: o nacionalismo étnico, caracterizado pelo autor como presente especialmente nos países europeus e o nacionalismo cívico, consolidado nos estados pós-coloniais. O estado de Israel, um estado criado no período histórico intitulado pós-colonial,<sup>8</sup> emerge pautado em um nacionalismo étnico, tal qual o modelo europeu ocidental, somado a um

---

<sup>7</sup> O Estado judaico, Israel, difere-se dos demais nos seguintes termos: politicamente este estado configura-se em um estado étnico. Sua formação ocorreu a partir da demanda de um estado para os *nascidos de ventre judeu* assim como para aqueles que se reconhecem enquanto judeus. Configurando-se, portanto, num Estado regido por uma determinação de caráter fundamentalmente religioso. Por fim, economicamente, este Estado efetiva um amplo diálogo com o imperialismo norte americano e com suas políticas econômicas, ao passo que mantém relações econômicas intrínsecas com a forma de capitalismo estado-unidense, em oposição ao exemplo de seu *irmão* palestino.

<sup>8</sup> Uma especificidade no Estado de Israel é que, embora ele tenha sido criado no período histórico pós colonial, ele é caracterizado por um estado étnico, diferentemente dos demais estados pós coloniais.

apoio político, econômico e bélico do estado Norte Americano. Tais fatores o destacam e diferenciam na região propiciando que alguns estados árabes se voltem contra Israel em uma luta por autonomia e soberania diante das relações de poder que vão se formando no Oriente Médio. Como exemplo, destaca-se a Guerra de 1967 ou Guerra dos Seis dias, em que a Liga dos Estados Árabes, fundada no Cairo em 1945 e movida pela ideologia do Pan-Arabismo de Gamal Nasser, enfrentou de maneira unificada o recente estado de Israel, porém, sem obter êxito.

A partir de 1948, com a, suposta, “Guerra de Independência” de Israel ou “Yom HaAtzmaut”, evento que pelo povo Palestino fora denominado *Al-Nakba*, 80% da população palestina foi forçada a se retirar do território, abandonando seus lares, trabalhos, escolas e, em muitos casos, inclusive familiares, se deslocando a outros países, onde nem sempre foram bem acolhidos. Muitos destes palestinos foram deslocados para campos de refugiados, com péssimas condições de vida, o que inclui ausência de saneamento básico e fornecimento de água e comida. Além de estarem submetidos a restrição ou privação de trabalho, estudo, moradia, e ainda do direito de livre acesso e do direito de retorno previsto na resolução 194 da Organização das Nações Unidas - ONU.

De acordo com a Grassroots International e BADIL, por meio da Organização das Nações Unidas, é integrado a categoria de refugiado, palestino, todo indivíduo que residia no território da Palestina, no período mandatário, ou seja, dominação e colonização britânica, no período entre junho de 1946 até 15 de maio de 1948, e seus

descendentes. Hoje essa população traduz cerca de, aproximadamente, 5 milhões de pessoas.

A partir de 1948 o enfrentamento do povo palestino com Israel passa a um momento mais crítico: com a consumação *da C atastrofe*, ocorreu uma potencialização da “palestinitude”. O sentimento de pertencimento nacional fomentou-se, principalmente, mas não somente, a partir do exílio – para além das experiências individuais – uma coletividade desenvolvida a partir das experiências sofridas nos processos de diáspora e refúgio. A identidade palestina, em determinados discursos, vinculou-se ao conceito de nacionalismo e de “civilidade”, do direito a cidadania pertencente a um estado-na o, provenientes dos diálogos estabelecidos com a ideologia do colonizador europeu.

### **Nacionalismos, conflitos étnicos e fronteiras**

Sobre o conceito de nacionalismo, para o historiador Eric J. Hobsbawm (1990), adquire um significado moderno apenas no fim do século XVIII, sendo que esta ideologia fundadora da na o possui um sentido ativo apenas se vinculada à ideia de estado territorial, Estado-Na o.

Adaptando Hobsbawm, o estado vem a construir a na o. A na o, por sua vez, vem a constituir uma *comunidade imaginada*, citando Benedict Anderson (2008), embora estas comunidades configurem-se para aqueles que a tomam como objeto e a analisam como não reais – aqui me remeto a ideia de Anderson e ainda a proposta

de Hobsbawm, a ideia de invenção de tradições no momento em que agem sobre o sujeito e, de certa forma, são incorporadas por estes, vem a agir sobre os indivíduos de forma a produzir um sentimento de vínculo coletivo e podendo vir a mobilizá-los ajustando as nações e aos estados modernos. (Hobsbawm, 2011: 58). A respeito da proposta de constituição do Estado moderno, cito Hobsbawm:

Enquanto os judeus espalhados pelo mundo por alguns milênios, nunca deixaram de se identificar a si mesmos, onde estivessem, como membros de um povo especial e distinto dos vários ramos de não crentes entre os quais viviam, em momento nenhum, ao menos desde o retorno do cativo babilônico, isto implicou uma aspiração séria por um estado político judeu – para não falar de um estado territorial – até que o nacionalismo judeu foi inventado no final do século XIX por analogia com o recém formado nacionalismo ocidental. (Hobsbawm, 2011:59-60)

A nação, para Mauss, seria uma reunião de fenômenos sociais, uma vida coletiva que se desenvolve dentro de grupos humanos, organismos políticos, passíveis de mudanças, porém, restritos a certa territorialidade, no que tange os fenômenos de civilização (Mauss, 1972). Esta combinação entre nacionalismo, nação, povo, língua e território, cria um significado específico para o refugiado palestino, que busca um conjunto de coisas que lhe foi tirado e que passa a tê-las como objeto de desejo. Desta forma, incorpora a ideologia nacionalista, o direito de se tornar parte de uma nação e de vincular-se aos territórios transpostos na luta palestina, fomentados por seu histórico de sofrimento.

Este nacionalismo, ao modo que se constrói, amplia o conflito,

visto que destaca as diferenças entre os grupos antagonistas como meio de autoconstrução. De acordo com Mauss (1972), são “fronteiras criadas” a partir do contraste, da diferenciação, além de estabelecer patamares de superioridade. Vejamos esta citação:

“Os povos que falam tAMIL, no Ceilão, constituem uma nação distinta da dos cingaleses pelos testes mais fundamentais da existência das nações; em primeiro lugar, aquele que um passado histórico diferenciado, na ilha, pelo menos tão antigo e glorioso quanto o dos cingaleses(sic) e em segundo lugar pelo fato de constituírem uma entidade linguística inteiramente distinta da dos cingaleses, com uma insuperável herança clássica e um desenvolvimento moderno da língua, que faz o tAMIL ser uma língua inteiramente adequada para as presentes necessidades e finalmente, pela razão de habitarem áreas territorialmente definidas.” (Ilanckai Tamil Arasu Kadchi Apud: Hobsbawm, 2011: 16)

A ideia de "palestinidade" se relaciona com os conceitos de nacionalidade, de território e de direitos cívicos, que se consolidam como os princípios de uma nação Palestina e que só fazem sentido a partir da formação de um Estado-Nação. Primeiramente, à luz de Schiocchet (2015a), a "palestinidade" é a soma de um conjunto de fatores identitários vinculados à causa palestina, ao direito a terra, ao direito de retorno segundo a resolução 194 da ONU e, no entendimento desta pesquisa, a experiência no exílio. Esses fatores reunidos compõem o que classifico como “sujeito palestino”. Como nos relata Schiocchet, em 1928 os moradores da região passam a se apresentar aos mandatários britânicos reconhecendo-se coletivamente e intitulando-se *palestinos* - mediante a migração judaica massiva e a pretensão sionista de posse do território em que eles residiam - Há, portanto, um reconhecimento e

agenciamento identitário entre os indivíduos daquela região, que é notadamente potencializado conforme amplia-se o risco de perda de seu território e extinção de suas tradições. Cito:

“O evento marcado pelo termo é mais forte e sólido referente informando um senso de palestinação e, assim definindo parte de uma noção de tempo palestina... A palestinação, é gerada, mantida e transformada em grande medida em relação ao processo político que envolve a disputa territorial entre palestinos e Israel. Assim, a nação palestina é hoje produzida e articulada tanto nos escritórios dos partidos e movimentos políticos, quanto o é nos escritórios de movimentos sociais populares, escritórios de organizações humanitaristas internacionais, nas ruas dos Territórios Ocupados ou dos campos de refugiados do Líbano da Síria e da Jordânia, ou ainda de onde quer que estejam aqueles que se veem como parte da nação palestina.”(Schicocet, 2015: 8)

Certamente o processo de construção da identidade, tal como o de tradições, nos termos da Antropologia, não possui um ponto específico como ponto de origem. Entretanto, trata-se de um processo longínquo e multifacetado em que se ressaltam demais processos. A partir da Nakba, há um reforço dessa construção identitária entre os indivíduos que vivenciaram tais processos. Essa construção do povo palestino como um grupo social auto-afirmado e que se reconhece de tal forma, de acordo com a ideologia nacionalista, pressupõe uma mesma língua, etnia, mito de origem comum, religião e território. Esta configuração, de Estado Nacional aos palestinos não foi definida devido à apropriação territorial, por guerra, consumada pelo estado de Israel, de grande parte das terras destinadas pela ONU ao estado da Palestina e do não reconhecimento do estado Palestino pelas demais organizações e instituições políticas. Esta

noção engloba os elementos já citados, sendo estes os sustentadores da ideia de uma nação de cunho político, um Estado.

Quando foram orquestradas pelos mandatários franceses e britânicos, divisões territoriais, traçadas a partir de linhas imaginárias no pós-guerra, se sobrepuseram e ignoraram a vontade e divisão territorial em que se encontravam os povos do Oriente Médio previamente, privilegiando elites locais. Estas divisões foram naturalizadas com o passar dos anos por meio de discursos políticos, ideológicos e religiosos. A ideologia nacionalista faz parte da constituição deste território, atrelada à ideia de que uma nação se refere a um povo, uma língua, uma terra. Assim, foi estabelecido o recorte geográfico que culminou na formação dos Estados-Nação no Oriente Médio, exceto para aqueles que eram considerados, pelos britânicos e franceses, menos relevantes, ou mesmo “não-nações”, tais como palestinos, curdos, entre outros grupos.

Stanley Tambiah (1993), caracteriza tais processos históricos como uma política étnico-religiosa fomentadora de conflitos. A proximidade entre ideologia, religião e a proposta de nacionalismo étnico atua como uma potencializadora de conflitos, tanto quanto as disputas entre etnias. Tal como defende Anthony Smith, a natureza multifacetada das nações inibe os direitos das minorias e o nacionalismo terminou por colocar uns aos outros em uma gama de conflitos (Smith, 1991).

A delimitação de fronteiras nacionais impostas por meio de processos colonialistas, bem como uma vida mantida sob tutela de entidades internacionais e de outras nações se configuram como um

cenário de opressão e dominação. Conforme leis internacionais de direitos humanos, um agrupamento de pessoas entendido como povo, nação ou grupo étnico tem direito de retorno ao seu país, de acesso à cidadania e de garantia de meios de sobrevivência. Todavia, Mauss apresenta uma proposta que vai além do cosmopolitismo das nações, aquele que tende a destruir a nação como autoridade soberana e a consagraria a uma causa maior, a da humanidade (Mauss,1972:331). Em contrapartida ao cosmopolitismo ele apresenta uma segunda corrente, que não nega a nação, mas a situa. A proposta levantada por Mauss, do Internacionalismo, como um conjunto de ideias, sentimentos e regras que vem a dirigir poderia oferecer um caminho para ultrapassar relações entre as nações, entre as sociedades em geral, transcende-las (Mauss,1972:332). Uma proposta transnacional que supere as delimitações impostas pelas fronteiras territoriais e nacionais, bem como o nacionalismo cívico ou étnico, propondo um estado internacionalista como possível resolução para o conflito territorial palestino. Uma superação da ideologia nacionalista e sua aplicação prática, a criação da nação, vinculada ao patriotismo e a ideia de superioridade de uns para com os outros a partir do ressaltar das diferenças como meio de autoconstrução e separação. Tais processos seriam uma negativa à expansão pela força e à submissão de nações através da dominação na lógica imperialista, bem como seus desdobramentos.

## **Conclusão**

Concluo, portanto, que a condição de refugiado, somada à

experiência nos campos de refugiados, a resistência, a martirização dos mortos (não apenas de ativistas políticos, mas de todo aquele que se encontra na posição de resistência apenas pelo simples fato de existir, em tal condição) e o fato comum, a *Al-Nakba*, são fatores que colaboram na construção do que chamamos de identidade palestina. Identidade que teria por função primordial uni-los como povo e nação e sustentação da luta pelo direito ao território. Esta identidade palestina estaria vinculada também a um estilo de vida camponês, tendo em vista que no período de migração sionista e desencadeamento da “Catástrofe” a população palestina era majoritariamente rural e ligada fortemente à terra, a um território específico, um elemento fundamental, entre os demais, para a existência do sujeito camponês.

Uma exemplificação desta manobra de construção identitária, camponesa, é introduzida pela autora Sayigh (2007) ao relatar que o líder político Yasser Arafat, uma das mais conceituadas figuras da resistência palestina e a *grande*<sup>9</sup> liderança da Organização para Libertação da Palestina (OLP), representou uma posição de reforço de uma identificação entre ser palestino e ser camponês, ou seja, de estar ligado à sua terra como meio de resistência e fortalecimento da cultura palestina, para que esta não fosse anulada em meio ao estado de exílio. Embora a identidade camponesa não se reduza apenas ao vínculo com a terra, Arafat usou o lenço da facção camponesa, de cor preta e branca, como um símbolo da Identidade Palestina. Estes usos icônicos mostram

---

<sup>9</sup> Adjetivos associados ao líder político que foram expressos nas entrevistas que realizei com interlocutores palestinos durante o campo realizado na minha monografia em 2014.

uma apropriação de um objeto para a finalidade que o historiador Hobsbawm denominaria *de invenção de tradições* (Hobsbawm, 2012) tendo em vista que, embora seja um objeto cotidiano, ele vem carregado de um valor simbólico diretamente ligado a subjetividade do indivíduo palestino. No momento em que esta liderança política faz uso de tal, afirma o vínculo do palestino com a terra, com o campo. Esta autoidentificação, de uma gama de palestinos, como camponeses se torna demasiadamente fundamental no momento em que a maior parte da população encontra-se em situação de exílio e na disputa pela propriedade da terra, ou ainda da instituição e reconhecimento político do estado palestino.

Tal como a construção desta identidade camponesa, a ideologia da nação é mais que um conceito: a criação dos Estados-nação neste território é causador de conflitos étnicos e religiosos, além de relacionar-se a identidades étnicas, conflitos políticos e territoriais, como os atuais entre Israel e Palestina. Tanto a nação quanto a religião, neste caso, veiculam-se a busca de um “ídolo das origens” que por sua vez, também vem a legitimar o direito a terra.

O nacionalismo enquanto ideologia atua diretamente sobre a subjetividade palestina, visto que com a incorporação do modelo político de Estado-Nação, nestas regiões fomenta-se a ideia de pertencimento nacional, território, fronteiras étnicas. O agente palestino, tal como os demais agentes que se viram submetidos a esta ideologia, são tomados por ela. O momento principal de formação do nacionalismo palestino, do pertencimento territorial e de autorreconhecimento

identitário se deu ao longo do processo de disputa territorial, a partir da ocupação sionista. Foi potencializado no período aqui discutido. Este fenômeno histórico, específico, nomeado pelos povos de língua árabe como *A Catástrofe*, é parte fundamental para o entendimento da palestinação, ou seja, da subjetividade que atua na formação da identidade do agente social palestino. Mostrando-se de forma nítida no momento em que este sujeito relaciona seu mundo interno com o externo, expondo o seu íntimo e as raízes na qual ele se fundamenta.

A *Al-Nakba*, se encarada como um novo mito de origem, é utilizada como ponto substancial para a sustentação identitária do “sujeito palestino”. Embora nos relatos recebidos, por parte de alguns agentes palestinos, esta construção identitária tenha seu mito de origem, principal, fundamentado em estudos da filologia, relatos de ocupação territorial, pautados na história e ainda fundamentada nos relatos religiosos. Todavia, deve ser considerada a seguinte perspectiva: embora as identidades sejam construídas neste processo, sendo este agente ativo no processo dialogando nesta construção, no momento em que esta identidade é construída e internalizada pelo sujeito e ainda refletida na ação e na prática cotidiana, ou seja ela é agenciada, ela é real. A relação entre agente e identidade se dá no plano da construção e no plano da realidade, que não devem ser dicotomizados, visto que para o sujeito atuante na identidade e para os observadores externos esta construção é real, portanto é legítima. A *Al-Nakba* é a catástrofe que permeia a vida de todo aquele nascido na Palestina, ou que se encontra na condição de refugiado, o que, segundo os critérios utilizados pela ONU, engloba

também os descendentes dos exilados: cerca de cinco milhões de pessoas que se reconhecem e constroem sua intersubjetividade a partir da identificação de sofrimento gerado por este fato. Estes que para além do fato em si, vivem a espera da superação da *Catástrofe*, da volta ao lar, do direito de retorno, do direito a terra e, essencialmente, do direito à vida.

### Referências bibliográficas

ANDERSEN, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

MAUSS, Marcel. *Sociedade y Ciencias Sociales*, Barcelona Editores, 1972.

\_\_\_\_\_. Notas sobre civilização, 12. *Anné de Sociologique*. São Paulo. 1913

SAID, Edward. *A questão da Palestina*. São Paulo. Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. *Orientalismo: o ocidente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAYIGH, Rosemary. *The Palestinians: From Peasants to*

*Revolutionaries*. London: Zed Books, 2007.

SCHIOCCHET, Leonardo.(Accepted for publication. Forthcoming, Summer 2015). Uma Nação sem Estado: A Palestina dos Palestinos [A Stateless Nation: The Palestine os the Palestinians] in LIMONCIC, Flávio & MARTINHO, Francisco. *Nações* [Nations]. a

\_\_\_\_\_. (Manuscript complete, to be submitted in May de 2015). The Least of The Undersirables: 117 Palestinian refugees in Brazil between Humanitarism and Nationalism. In: *The Journal of Palestine Studies*. b

SMITH, Anthony. *National Identities*. Reno: University of Nevada Press,1991.

STANLEY, Tambiah. *Leveling Crowds: Ethnonacionalist Conflicts and Colletive Violence in South Asia*. Los Angeles. University os Califórnia Press, 1993.

Recebido em: 27/05/2014

Aceito em: 13/05/2014

## A RECEPÇÃO DO MITO DE HÉRACLES NA ETRÚRIA POR MEIO DE UM ESTUDO DE HI- DRIAS CERETANAS

### THE RECEPTION OF THE MYTH OF HERAKLES ON ETRU- RIA THROUGH A STUDY OF CAERETAN HYDRIAI

*Nancy Maria Antonieta Braga Bomentre*<sup>1</sup>

**Resumo:** Buscando uma maior compreensão da cultura etrusca, este estudo propõe verificar como foi introduzida a narrativa do mito de Hércules e como se deu sua recepção e assimilação por este povo, visto pela fruição dos objetos de arte. Os objetos específicos escolhidos para esta análise foram hidrias ceretanas, por formarem um corpus coeso e de características muito peculiares. Para tanto, partiu-se em três trajetórias distintas: uma primeira que trata de um levantamento histórico sobre a Etrúria e o contexto geral do período, uma segunda sobre a arte etrusca objetivamente e uma terceira, que contempla um estudo sobre cerâmicas do período e sua iconologia.

**Palavras chave:** recepção; mito de Hércules; hidrias ceretanas; arte etrusca.

**Abstract:** Searching a better understanding of the Etruscan culture, this study aims to verify how the myth of Heracles was introduced and how was the reception and assimilation for this people, through artistic enjoyment. A particular set of objects was chosen for this analysis: caeretans hydriai, because they set up a cohesive corpus and have very peculiar characteristics. Therefore, analyzing in three distinct ways: the first dealing with a historical survey of the Etruria and the general con-

---

<sup>1</sup> Graduanda do sétimo termo em História da Arte pela UNIFESP-Universidade Federal de São Paulo. Bolsista de Iniciação Científica pela Fapesp com pesquisa na área de arte antiga sob orientação o Prof. Dr. José Geraldo Costa Grillo. Lattes: [lattes.cnpq.br/6400162356185324](http://lattes.cnpq.br/6400162356185324).

text of the period, a second on Etruscan art objectively and a third, which includes a study of ceramics in that time and their iconology.

**Keywords:** reception; myth of Herakles; caeretan hydriai; Etruscan art.

## Introdução

Neste texto, buscamos compreender como os etruscos receberam e qual foi o sentido que deram para o mito de Hércules, quando este foi introduzido em sua sociedade. Para tal fim, foram escolhidas como suporte do estudo, as hidrias produzidas em Caeres, pois uma considerável porcentagem do total, praticamente um quarto dos quarenta e dois vasos já encontrados, possui a representação de algum dos feitos do herói.

A Etrúria, tal como outros povos mediterrâneos, era constituída por cidades independentes entre si. Havia em seu território- que é compreendido na região centro norte da península itálica, entre os rios Arno, ao norte e Tevere a leste- doze cidades estado principais, entre elas Caeres, que se situava ao sul do território etrusco, próximo a Roma<sup>2</sup>. A cultura etrusca se desenvolveu a partir de outro grupamento social que habitava na região, a cultura Vilanoviana, a partir do século IX a. C. Os vilanovianos habitavam em pequenas vilas e eram basicamente agricultores e mineradores. A partir do século VIII a. C., quando da chegada de povos orientais, a mescla cultural proporcionou uma melhoria nas técnicas de produção agrícola e de extração mineral, e o decorrente aumento

---

<sup>2</sup> No período de maior desenvolvimento da cultura etrusca, Roma ainda era apenas um vilarejo sob domínio de uma elite etrusca. Esta situação só se modificará em 509 a. C. com a expulsão do rei etrusco Tarquínio da cidade. A partir daí, a Cidade buscará escrever sua história totalmente desvinculada de sua raiz cultural etrusca. (GRIMAL, 2010)

da população e crescimento das cidades. É o período em que se desenvolve uma raiz cultural propriamente etrusca. Entre os povos itálicos do período (latinos, sabinos, úmbrios, lígures, etruscos e romanos) que compreende entre os séculos VIII e IV a. C., os etruscos atingiram o maior desenvolvimento social, econômico e cultural. Posterior a isto, Roma dominará a península.

Os ritos funerários, que compreendem os cuidados com os mortos e o entendimento com o além-túmulo, são característica marcante da cultura etrusca. Na cultura vilanoviana já aparecia o germen dos sofisticados ritos que seriam desenvolvidos, alcançando grande requinte durante o século VI a. C., período em que foram produzidas as hidrias aqui estudadas, estas que serviam de oblação aos falecidos pelos seus familiares, depositadas nas tumbas nas necrópoles da cidade de Caeres.

A grande sofisticação encontrada na cultura etrusca é devida ao enriquecimento e prosperidade que este povo alcançou através do comércio de metais e produtos metalúrgicos que produzia. É durante os séculos VII e VI a. C. que corresponde à fase de maior desenvolvimento econômico da civilização etrusca, em razão de seu domínio no comércio de metais e marítimo, incluindo a pirataria, a chamada “talassocracia tirrenica” (PALLOTINO, 1985), como a historiografia helênica se referia aos navegadores etruscos, os quais concorriam com os gregos e os fenícios pela hegemonia do Mediterrâneo. Este intenso comércio promoveu o enriquecimento dos etruscos, primeiro de uma elite aristocrática, muito culta e refinada, e ávida pelos produtos de origem grega, que importava uma grande quantidade de peças artísticas de toda ordem para

adornar desde sua residência até suas tumbas. O consumo da arte grega não era apenas uma transferência cultural. Passava pela comitência do comprador etrusco, que escolhia para si aquilo que melhor representava seus valores culturais. Muitos artistas de origem grega e oriental se estabeleceram na Etrúria para melhor atender as demandas da sofisticada clientela etrusca. Este é o caso do artista responsável pelas hidrias de Caeres. Sua origem, depois de muitos debates entre a comunidade acadêmica, foi atribuída à Focea<sup>3</sup>, uma das cidades da Ásia Menor que perdeu muitos de seus habitantes fugindo da invasão persa, e que aportaram, entre outros lugares, nas costas da Etrúria. Posteriormente, já a partir do século V, surgiu uma classe burguesa, que buscava imitar o gosto da elite, porém adaptando e mesclando outro gosto estético às suas manifestações, mas este período foge da análise aqui pretendida, pois às hidrias é atribuída uma datação entre os anos 540 a 490 a.C.

A chegada do mito de Hércules à Etrúria se dá justamente através do artista das hidrias ceretanas (BAYET, 1926; BLOCH, 1976). Os primeiros registros de imagem do herói na península italiana são as representações nas hidrias de Caeres, em meados do século VI a. C., encontradas em tumbas nas necrópoles da cidade. A partir de então, foi adotado como o personagem predileto dos etruscos. São inúmeras as

---

<sup>3</sup> A origem foca do artista é atribuída pelas características do traçado do desenho e também devido ao uso do desenho de focas, adornando as hidrias. A foca era considerada símbolo da cidade que leva seu nome, Focea, e, portanto elemento que sinaliza a origem do artista. (CAMPOREALE, 2011).

representações em todos os tipos de suporte, sejam eles vasos estelas, espelhos e outros<sup>4</sup>.

O herói grego aportou em terras etruscas com a vestimenta de deus, melhor dizendo, a percepção que os etruscos tinham de Hércules é que este já era um ser divino, prontamente divinizado pelo cumprimento de seus feitos e sua morte apoteótica. Hércules, na sua trajetória, pela sua conduta heroica, ultrapassou sua natureza puramente humana, e se tornou merecedor de um lugar no Olimpo.

### **As hidrias de Caeres**

As hidrias são vasos cerâmicos que tem por uso o armazenamento de água, foram encontradas na sua maioria em necrópoles da cidade etrusca, foram produzidas por volta do final do século VI (540 a. C.) e o início do V (490 a. C.). São um modelo comum de vasos usados na antiguidade, mas estas produzidas em Caeres tem características próprias que as distinguem das demais de outras localidades. Por constituírem um corpus singular e de significação profunda, estes vasos já foram objetos de estudo de muitos autores, que se debruçaram sobre elas com

---

<sup>4</sup> Desde as primeiras escavações em contexto etrusco, no século XIX, a abundância de objetos com a representação do herói chamou a atenção da comunidade acadêmica. Há uma grande variedade nas formas de representação, como estelas, máscaras mortuárias, espelhos, estátuas, atestando a importância do mito na sociedade etrusca, o que levou ao debate sobre como este mito era recebido nesta sociedade. Dentre os debatedores, Edmond Pottier (1892), consideravam que os etruscos eram apenas mais um dos agrupamentos sociais pertencentes ao mundo e cultura gregos e sua forma de recepção não variava dos outros povos. Jean Bayet (1927) e Nicolas Plautine (1942) defenderam uma visão autêntica e própria dos etruscos quanto à narrativa mitológica nas representações apresentadas nos objetos dispostos em ambiente funerário.

objetivo de esclarecer tanto aspectos formais como iconológicos. Dois dos mais significativos estudos sobre a forma das hidrias, que tiveram o objetivo de estabelecer autoria são os catálogos de V. Callipolitis, de 1954 e J. M. Hemelrijk, de 1956 (este posteriormente republicado em 1984). Em 2008, Raffaella Bonaudo (BONAUDO, 2008) publicou um estudo iconológico sobre quarenta hidrias, baseando-se no catálogo de Hemelrijk. Seu estudo, diferentemente dos dois primeiros citados, não tem como escopo atribuir autoria dos vasos. Atualmente, já se tem praticamente como consenso que o autor dos vasos era um artista de origem grega estabelecido na Etrúria. Pelo estudo dos vasos, da técnica, distribuição de cores e estilo chegou-se ao nome do Pintor de Águia e que teve como auxiliar o chamado Pintor de Busíris. A origem precisa destes artistas não é possível assegurar. Alguns autores dão como procedência focca (CAMPOREALE, 2011), outros, jônica (SANTANGELO, 1950). No final do século XIX, Edmond Pottier afirmou que a origem do artista era Clazomene, ou outra cidade próxima na Ásia Menor, devido à semelhança da pintura das hidrias com a técnica e o traçado encontrado em sarcófagos clazomenos. Pottier julgava que mesmo o atelier onde foram produzidos era asiático, sendo os vasos exportados para Etrúria posteriormente, durante o período de grande prosperidade etrusca, no qual o destino de boa parte da produção cerâmica feita no mundo Mediterrâneo era este país. A controvérsia quanto à produção e origem de artefatos artísticos escavados na Etrúria remonta ao século XVIII, quando o historiador da arte J. Winkelman, grande admirador da arte grega, atribuía aos gregos a criação de qualquer peça de melhor composição, acreditando

do não ser possível aos etruscos- ao seu julgamento um povo tosco- o fabrico de peças sofisticadas. Ainda no início do século XX seguia-se este raciocínio, como o historiador e arqueólogo Rannuccio Bianchi Bandinelli que somente nos seus escritos mais tardios passou a avaliar a cultura etrusca de forma mais flexível. A mudança de critérios para observação de diferentes culturas ocorreu com o advento dos estudos de sociologia e antropologia, onde estas passaram a ser observadas dentro de seus próprios critérios, sem tomar como referência o padrão estético uma determinada manifestação cultural proeminente. (BANDINELLI, 2013).

A obra de Raffaella Bonaudo parte do princípio que o artista que executou as representações nas cerâmicas era um profundo conhecedor da poesia e literatura gregas, e baseou seu trabalho numas das diversas versões dos mitos que circulavam nas sociedades mediterrâneas. Este é o mesmo entendimento de Nicolas Plaoutine no estudo “La représentation de Thersite par le peintre des hydries de Caeré et les sources littéraires qui ont inspiré cet artiste”, de 1942, onde o autor analisa as representações baseado nas obras literárias de, principalmente, Estesícoro, Homero e Esopo, obras nas quais tem no desenrolar das suas narrativas elementos que simbolizam costumes e valores das sociedades de então, que regiam as relações sociais do “mundo dos vivos”. Bonaudo, valendo-se desta linha de pensamento, desenvolve seu estudo esclarecendo as relações sociais vigentes nas sociedades do mundo mediterrâneo. (PLAOUTINE, 1942).

Quanto às representações do mito de Hércules, apontamos aqui que esta é a narrativa apresentada no maior número de hidrias, dez exemplares, e, devemos salientar que este mito guarda em si algumas particularidades quando da sua chegada à Etrúria. O historiador francês Raymond Bloch atribui ao artista das hidrias a introdução do mito na Etrúria. (BLOCH, 1976, p. 47). Nesta cultura, o herói ganhou o status de deus. Jean Bayet, (BAYET, 1974) professor de Língua e Literatura Clássicas da Sorbonne e diretor da Escola Francesa de Roma, tem, entre seus vários estudos, uma tese sobre a recepção do mito de Hércules na península itálica e, sendo um em particular, do mito na Etrúria, na qual analisa representações do herói em ambiente funerário, sejam elas em estelas, pinturas parietais, espelhos, etc. O estudioso indica que dada às particularidades históricas e de formação social da Etrúria o mito não poderia simplesmente ser importado da Grécia, seu país de origem, para Etrúria sem experimentar transformações na sua recepção. A própria condição de deus que adquiriu ao aportar em terras italianas já demonstra as modificações na narrativa, que nada mais faziam que do atender o gosto e o entendimento do mito no local. Este é o escopo do estudo aqui em andamento. Buscar algumas características próprias que o mito de Hércules tomou ao ser adotado como ídolo máximo entre os itálicos, na tentativa de ir um pouco além dos aspectos simbólicos gerais de significado social apresentados por Bonaudo no seu estudo. Para tanto, o estudo iconológico das representações do mito sobre as cerâmicas se dará buscando nas obras de Jean Bayet, Raymond Bloch e de Georges Dumézil, nas quais encontramos elementos característicos específicos da

mitologia na cultura etrusca, o embasamento para investigar a acolhida do herói pelos etruscos. A obra de Pierre Grimal oferece a base de informações e entendimento da mitologia grega.

Os etruscos foram ávidos consumidores de produtos gregos. A cerâmica principalmente era muito apreciada. As hidrias ceretanas tem como período de produção as últimas décadas do século VI a. C. Este período corresponde à fase de maior desenvolvimento econômico da civilização etrusca, em razão de seu domínio no comércio de metais e marítimo. A invasão persa da Ásia Menor foi razão para imigração ocorrida em meados deste século em direção ao Ocidente. Acompanhando o desenvolvimento econômico, este foi o período de apogeu artístico da cultura etrusca. O contato com os povos da Ásia Menor favoreceu na arte o emprego de formas curvilíneas, do movimento, da sutileza, que são característicos na arte jônica.

Não obstante sua função regular de armazenar água e seu uso nos simpósios, estas hidrias de Caeres faziam parte de um contexto funerário. A civilização etrusca se caracterizava no seu ápice pelo primoroso cuidado com seus mortos e preservação de sua memória. As tumbas etruscas, por ser um duplo das moradias dos vivos, são legado precioso para o entendimento da complexidade e sofisticação desta cultura. No final da Idade do Bronze até o século VIII, a civilização etrusca se desenvolveu a partir da civilização vilanoviana que ocupava a região centro norte da península italiana. Esta era uma civilização basicamente agrária e mineradora e a população se agrupava em pequenos povoados. A intensificação da atividade mineradora proporcionou aperfei-

çoamento nas técnicas agrícolas, levando a um aumento dos grupamentos populacionais (CAMPOREALE, 2011). Estes grupos já conferiam aos seus mortos rituais funerários que consistiam em enterramentos feitos em vasos bicônicos com decoração geométrica onde eram depositos os restos incinerados e objetos pertencentes ao morto, colocados em tumbas diretamente abertas no solo, que eram demarcadas por pedras dispostas em círculo e ainda assinaladas por seixos ao centro deste. Os objetos depositos tinham como função ser uma oblação ao falecido. Indicavam o sexo (como escudos, elmos e espadas para os homens e broches e colares para as mulheres) e também a classe social que pertencia o morto de acordo com a opulência das oferendas apresentadas. O influxo de gregos e outros povos vindos do Oriente, juntamente com a maior circulação pelo mar, proporcionou uma “orientalização” do povo vilanoviano (PALLOTINO, 1985), que ganha maior sofisticação nas suas manifestações culturais e artesanato. Durante os séculos VII e VI, os sítios urbanos se transformaram com as primeiras construções arquitetônicas e se desenvolvem como uma *urbis* estruturada. A estrutura de administração das cidades já está seccionada e algumas delas já possuem projeto com traçado perpendicular orientado pelos pontos cardinais, como a cidade de Marzabotto, ao norte, projeto urbano que será copiado pelos romanos posteriormente para construção de suas cidades (CIATTINI, MELANI, NICOSIA, 1971). Há um incremento nas técnicas de produção de artefatos e da atividade manufatureira. Surgem também os primeiros registros em linguagem escrita, que deriva de uma língua não indo-europeia, o que impossibilita sua interpretação até hoje.

O ritual funerário ganhou maior complexidade, e as sepulturas tornaram-se monumentais. Construídas na periferia das cidades, as necrópoles comportavam dezenas de tumbas escavadas na rocha destinadas a uma mesma família e altares para os ritos funerários entrecortados por ruas de acesso. As tumbas eram construídas semelhantes às moradias, compostas de câmaras ricamente decoradas destinadas a oferendas e deposição dos restos do falecido. O mobiliário que compunha as câmaras- trono, cadeiras altares- era escavado na rocha. As paredes recebiam pintura ornamental com temas mitológicos e objetos de uso pessoal (como armamentos) e também utensílios de uso em banquetes. Recipientes estes produzidos em cerâmica e bronze. A estatuária é igualmente encontrada. Dois importantes aspectos da cultura etrusca podem ser revelados através do estudo da composição das tumbas nas necrópoles: tanto traços da vida doméstica em razão da similaridade com o ambiente familiar, o mundo dos vivos, como sua interpretação sobre a morte, o mundo dos mortos. Mauro Cristofani (CRISTOFANI, 1978: 68) refere-se ao conteúdo simbólico presente não apenas como culto aos mortos, mas como uma celebração da vida, pois assegura através da reprodução do ambiente doméstico a manutenção da conexão entre o falecido e sua integridade psicofísica. Esta é garantida pelos objetos ofertados que lhe pertenciam, os quais lhe fazem referência, como as estátuas que encimam os esquifes fazendo às vezes de retratos dos mortos, preservando a relação deste falecido com sua categoria social e protegendo o status dos descendentes. A continuação da vida está assegurada pela verossimilhança arquitetônica com as moradias e pelos objetos pessoais, trazendo

marcas simbólicas que o identificam possibilitando sua rememoração física, tal qual como quando vivia. A manutenção da vida está ainda assegurada pelas oferendas de alimentos que compõe um cenário de simpósio.

Ainda pode-se aferir através do estudo dos ambientes funerários como era organizada a atividade dos artesãos e artistas que trabalhavam na elaboração das tumbas. Como aponta Cristofani (CRISTOFANI, 1978: 69), até o século VII a. C. não se pode assegurar o emprego de artistas que se dedicavam exclusivamente à arte funerária. Como no caso da tumba de Campana, na Necrópole de Sorbo, onde a pintura parietal se difere das pinturas nas tumbas de Caeres, na qual é tratada de modo localizado, como decoração de um espaço limitado. Na tumba de Campana, toda a execução da pintura se organiza através da mesma técnica de disposição dos elementos compositivos empregada na decoração das cerâmicas, pelo uso de elementos de decoração floral e animal, de clara influência orientalizante e coríntia, ordenados acima e abaixo de uma zona figurada principal. Destaca-se ainda o uso pronunciado de cores, criando um cenário ímpar na produção parietal, que, ao mesmo tempo se assemelha muito à produção cerâmica de igual período na região mais ao sul do território etrusco. Desta forma, pode-se entender que a atividade artesanal não se limitava a determinado segmento, cabendo aos artistas empreenderem-se em diversas atividades.

Caeres teve seu apogeu no período compreendido entre o final do século VII até o século IV a. C. graças a uma forte indústria metalúrgica provida pelos recursos naturais da região e à sua produção agrícola. A

zona urbana da cidade era cercada por quatro necrópoles. As duas mais antigas, ao norte, de Pozzolana, e ao sul, de Sorbo, com registros tumulares que remontam o século IX. Os enterramentos eram feitos por incineração, com vasos bicônicos muitas das vezes encimados por capacetes metálicos, seguindo os rituais usuais que caracterizam a cultura etrusca até o final do século VIII. Neste período começam a aparecer as primeiras câmeras funerárias. As necrópoles mais recentes, com câmeras em parte escavadas na rocha e em parte construídas, eram arrematadas por construção tumular de aspecto monumental. Segue este modelo a Necrópole de Monte Abatone, a leste de Caeres e também a importante Necrópole de Banditaccia, a oeste da cidade. Esta necrópole onde se localizam as tumbas melhor conservadas e de maior interesse arqueológico e onde foram encontradas grande parte das hidrias aqui estudadas.

### **Héracles e o cão Cérbere**

Poder-se-ia até dizer que o mito de Héracles não é apenas um devido às inúmeras versões que circularam ao longo dos séculos no vasto território mediterrâneo. Há inúmeras versões e histórias paralelas que sabemos que circulavam pelo compreendido mundo grego. Pierre Grimal, no Dicionário de Mitologia Grega e Romana, usa a classificação tradicional dos mitógrafos antigos para dar um corpo homogêneo à narrativa, separando em três grandes ciclos: 1) o ciclo dos doze trabalhos; 2) as façanhas independentes do ciclo antecedente e 3) aventuras secundárias que aconteceram no decorrer dos doze trabalhos. (GRIMAL, 1992).

O embate entre Hércules e o cão Cérbero pertence ao ciclo dos doze trabalhos. É a décima primeira façanha a ser cumprida pelo herói a mando de Euristeu, o rei de Micenas, seu primo, ao qual teve que se submeter por doze anos. Após um acesso de loucura temporário provocado pela deusa Hera, Hércules matou seus filhos com Megara. Depois de recobrar a sanidade, arrependido, vai ao oráculo de Delfos perguntar à Pítia o que fazer para sua remissão. Esta o aconselha a servir o rei de Micenas, desta forma alcançaria o perdão divino. Assim, se inicia o ciclo dos doze trabalhos impostos ao herói. Euristeu nos é apresentado como um poço de desvirtudes, entre elas a covardia, que o levou a mandar fundir um pithos de bronze de enorme proporção para se refugiar dentro caso fosse atacado por Hércules.

Neste trabalho, Hércules foi ordenado seguir ao reino de Hades para buscar o cão de três cabeças que guarda os portões. Este impede que os vivos entrem e a saída dos que lá já se encontram. O cão, filho de Equidna e Tífon, além de tricéfalo, tem o corpo coberto por serpentes. Para cumprir tal façanha, o herói recebe ajuda de Hermes e Atena, enviados por seu pai, Zeus. Já adentrando o reino de Hades, no seu percurso para capturar o cão, Hércules encontra personagens ligados à sua narrativa, mas que não tem ligação direta com a façanha a ser cumprida. Estes personagens solicitam a intervenção do herói em suas gestas, fazendo assim completar o curso simbólico de descida aos infernos. A condição que Hades impôs ao herói para levar seu cão para o reino dos vivos era que a captura fosse feita sem o uso de qualquer arma. Hércules usou somente de sua força descomunal para submeter o monstro, levando-o à

presença de Euristeu. O rei de Micenas recorreu ao seu pithos gigante para se proteger, tanto do cão como de Hércules. Este, sem saber o que fazer com o animal, devolveu-o ao senhor do submundo.

A narrativa mitológica de Hércules é apresentada em dez hidrias ceretanas. O embate com o cão Cérbero é mostrado em duas delas. Esta representação tem um paralelo com a aventura do javali de Eurimanto, que, da mesma forma, o herói deveria levar o animal capturado vivo para Euristeu, e, este, por sua vez, esconde-se dentro do pithos. Não temos registro de nenhuma hidria com a representação da façanha com o javali. As hidrias com representação do herói tem por temas o leão de Neméia, a captura de Cérbero e os embates com: o centauro Nessos e com o centauro Folo, com o gigante Alcioneu, com a Hidra de Lerna e com o faraó egípcio Busíris. Há outra hidria ceretana com a representação de um herói lutando com o monstro marinho Ketos, que para alguns autores, como Rafaella Bonaudo, é Hércules. Devido à forma como o herói é representado, com alguns atributos de Hércules, a hidria entra no corpus de seus feitos, mas poderia ser atribuída também ao herói Perseu, que combate o monstro para salvar a princesa Andrômeda. (BONAUDO, 2008).

Quanto à simbologia desta narrativa de Hércules na descida ao submundo podemos levantar alguns aspectos. Hércules é o herói por excelência e alcançou a imortalidade como recompensa de sua trajetória inspiradora como defensor da virtude. Na cultura etrusca, o herói está intimamente ligado ao contexto funerário, devendo-se lembrar de todo o acervo artístico encontrado nas tumbas etruscas com representação do

heroi. Os etruscos faziam de suas necrópoles e tumbas ambientes semelhantes às suas casas, onde recebiam decoração parietal e a disposição de objetos de uso cotidiano e pessoal, para marcar as preferências e status dos falecidos. A escolha por determinados mitos e símbolos para adornar os túmulos demonstram não apenas o gosto pessoal do comitente, mas também seu valor simbólico na sociedade. A preferência por um heroi que cumpre seu destino, triunfando sobre a morte, como na descida ao Hades para buscar o cão, reflete a vontade de se triunfar sobre a morte, ganhar a imortalidade no além.

Jean Bayet discorreu sobre a simbologia do mito de Hércules em contexto funerário (BAYET, 1974) tratando dos diversos temas em que o heroi é apresentado e sua significância dentro da cultura etrusca. Quanto à façanha de descida aos infernos para capturar o cão Cérbero, reforça o sentido simbólico do caminho iniciático daquele que vence a morte, retornando do submundo, triunfante. Para Bayet, ao escolher a representação de um heroi que percorre o caminho inverso da morte, sobrepujando-a, o comitente etrusco buscava para si a força de triunfar no Além. Giovannangelo Camporeale, em *Gli Etruschi*, aponta o aspecto de protetor dos comerciantes e das propriedades que Hércules recebeu em terras latinas, tornando-se a divindade tutelar preferida dos etruscos, levando em conta que a origem da riqueza e do crescimento social e econômico desta sociedade se baseava principalmente no comércio. (CAMPOREALE, 2011). Já Bonaudo desenvolve seu estudo esclarecendo as relações sociais vigentes nas sociedades do mundo mediterrâneo, dando ênfase no aspecto de Hércules como guardião dos costumes

sociais e do comportamento virtuoso, sendo tomado como exemplo para a formação dos jovens.

Algumas pequenas diferenças na composição do desenho no friso principal marcam as duas hidrias que recebem a narrativa do embate entre Héracles e o cão que guarda o submundo, Cérbero.

Na composição da hidria pertencente ao acervo do Museu do Louvre (E 701), o herói apresenta-se de pé, levando o cão por uma espécie de coleira que segura com sua mão esquerda, indicando que o traz sob seu comando. Na direita, porta sua arma mais característica, a clava. O herói vem vestido de uma túnica encimada pela capa feita da pele do Leão de Neméia, que derrotou quando do seu primeiro feito. O cão guardião dos Infernos exibe ferocidade pelas bocarras escancaradas, mostrando os dentes. O cão de três cabeças, que foram pintadas com cores diversas, filho de Equidna e Tífon, possui o corpo recoberto por serpentes, que são mostradas ao seu redor. Euristeu, por sua vez, é apresentado dentro de seu píthos de bronze, que mandou construir para se proteger do herói. Apresenta-se de pé com expressão assustada e os braços levantados em posição de súplica, e podemos ver quase todo seu tronco. Para compor seus longos cabelos e barbas foram feitas incisões no verniz preto. O uso de cores é abundante assim como os elementos decorativos que compõem a peça, como é usual nos vasos etruscos, indicando o gosto particular dos comitentes da península.

Já na hidria que pertence à Coleção do museu de Villa Giulia (50649), em Roma, a cena é composta com o herói apresentando o cão para Euristeu apoiado no seu joelho esquerdo. Traz a clava em sua mão

direita e a capa de leão sobre a cabeça. Um número menor de serpentes é mostrado em volta das cabeças do cão. O píthos onde o rei de Micenas se esconde tem a forma mais atarracada que o exemplar do Museu do Louvre, e, Euristeu é retratado apenas com os ombros, peito e os braços para fora. O semblante é menos assustado e os braços acompanham a expressão. Os cabelos são longos e na barba não há incisões no verniz. O recurso de mostrar o herói de joelhos e o rei mais escondido dentro da jarra figura como solução para o espaço menor do friso- 13,2 cm- comparado com o vaso do museu francês, 16 cm, apesar da hidria de Villa Giulia ter uma altura maior (44 cm) que o do Louvre (42 cm).

Em ambos os vasos, a imagem que compõe o lado oposto do friso principal possui seres alados. No vaso do Louvre, duas águias em voo caçando uma lebre e no vaso de Roma, dois cavalos alados contrapostos. Vale lembrar aqui a marca simbólica da morte e do além para os etruscos é apresentada como um demônio alado.

No vaso romano, o friso inferior ocupa uma área maior, denotando a importância que a decoração floral tinha para o gosto etrusco. A ornamentação secundária das hidrias produzidas em Caeres é ricamente composta, apresentando diversos elementos diferentes numa mesma peça, como palmetas (estas sempre presentes sob as alças e por vezes também compondo a decoração dos frisos de alguns vasos), flores de lótus, meandros, guirlandas de flores e folhas, estrelas, linguetas. O uso variado de cores é também característico. Estas características particulares de gosto na ornamentação da arte etrusca podem ser tomadas como um aspecto decorrente da formação desta cultura, que absorveu elemen-

tos de outros povos advindos principalmente do oriente próximo, e que influenciaram seus modos de fazer a arte, porém sem corromper sua essência e raiz genuinamente etruscas.

### **Considerações finais**

Mesmo pertencendo ao assim chamado “mundo grego”, os etruscos pela sua formação histórica e constituição cultural, possuíam entendimento próprio dos mitos que circulavam pelo Mediterrâneo. A leitura dos registros imagéticos encontrados nas tumbas etruscas com o viés puramente funcionalista, esboçando apenas a relação do mito de Hércules com o mundo dos vivos, como um herói de conduta exemplar que serve como modelo para a formação dos jovens, deixa uma lacuna quanto à relação do herói com o mundo dos mortos. Hércules é apresentado para os etruscos como guia e protetor na viagem ao submundo: conhecia os caminhos do Hades, a *métis* do ir e vir pelo mundo dos mortos, como demonstrou ao concluir a façanha de captura do cão Cérbero.

### **Ficha técnica dos vasos:**

(As informações que se seguem foram baseadas nos catálogos de R. Bonaudo (2008), V. Callipolitis (1954), J. M. Helmerijk (1984) e, também, nas informações do Museu do Louvre contidas em seu sítio na rede eletrônica).

*I. Hércules, Cérbero e Euristeu.* Paris (Louvre) inv.: E701

Proveniência: proximidades de Cerveteri

Material: argila

Dimensões: altura: 42 cm; largura: 41,5 cm; dimensão do friso: 16 cm.

Técnica: figuras negras

Autoria: Pintor de Águias

Data: c. 520 a. C.

Bibliografia: Catálogo Louvre Coleção Campana 2, nº 9; Hemelrijk 1984, p. 14 ss; Bonaudo, 2004.cat.4, p. 258; CVA:1007816, Callipolitis, 1954, Santangelo, 1959; Plaoutine, 1942.

Descrição geral: Friso central A: Hércules portando a pele de leão e a clava traz o cão de três cabeças, Cérbero, à Euristeu, que se esconde, assustado dentro de um *pithus*. B: Duas águias voando em ataque a uma lebre.

Orla: linguetas com cores alternadas;

Borda superior: sem ornamentação;

Pescoço: roseta com cruz estrelada ao centro;

Ombro: linguetas com cores alternadas;

Alças: base terminada em palmetas de folhas com cores alternadas;

Friso inferior: alternando flores de lótus e palmetas;

Pés: linguetas de cores alternadas.

## 2. *Hércules, Cérbero e Euristeu*. Roma (Vila Giulia) inv.: 50649.

Proveniência: Cerveteri

Material: argila.

Dimensões: altura: 44,4 cm; largura: 41 cm; dimensão do friso: 13,2 cm.

Técnica: figuras negras.

Autoria: indeterminada.

Data: c. 520 a. C.

Bibliografia: Callipolitis, 1954; Hemelrijk, 1984, 23 ss; Bonaudo, R, 2004, p 265; Santangelo, 1959; Plaoutine, 1942.

Descrição: friso central A: Hércules portando a pele de leão e a clava traz o cão de três cabeças, Cérbero, à Euristeu, que se esconde, assustado dentro de um *pithus*. B: Dois cavalos alados empinados antitéticos.

Orla: linguetas com cores alternadas;

Borda superior: corrente de meandros;

Pescoço: cruz de meandros;

Ombro: corrente de folhas de hera e pequenos frutos

Alças: terminadas em palmetas.

Friso inferior: corrente de folhas de hera e

Pés: linguetas de cores alternadas.

## **Bibliografia**

BANDINELLI, Ranuccio Bianchi. L'arte etrusca. Milão: Edizioni Ghibli, 2013.

BAYET, Jean. Idéologie et plastique- Hercule funéraire. Roma, Collection de L'École Française de Rome, Palais Farnèse, 1974, p. 199-335.

BLOCH, Raymond. Recherches sur les religions de l'Italie antique. Genebra: Librairie Droz, 1976.

BONAUDO, Raffaella. La culla di Hermes, iconografia e immaginario delle hydriai ceretane. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2004.

CAMPOREALE, Giovannangelo. Gli etruschi. Milão: UTET Libreria, 2011.

CARCOPINO, Jèrôme. Les origines de l'Hercule romain, premier article (Jean Bayet. Les origines de l'Hercule romain). IN: Journal des Savants, abril 1928, p. 157-168. [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jds\\_0021-8103\\_1928\\_num\\_4\\_1\\_2860](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jds_0021-8103_1928_num_4_1_2860).

CARCOPINO, Jèrôme. Les origines de l'Hercule romaine, deuxième et dernier article (Jean Bayet. Les origines de l'Hercule romaine). IN: Journal des Savants, Maio 1928, p. 205-217. [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jds\\_0021-8103\\_1928\\_num\\_5\\_1\\_2869](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jds_0021-8103_1928_num_5_1_2869).

CARPENTER, Thomas Henry. Art and Myth in ancient Grece. Londres: Thames and Hudson, 1991, p. 117-134.

CRISTOFANI, Mauro. L'arte degli etruschi, produzione e consumo. Torino: Giulio Einaudi, 1978.

\_\_\_\_\_. I greci in Etruria, IN: Mode de contacts et processus de transformation dans les sociétés anciennes. Pisa: EFR, 1983, p.239- 255.

CUMONT, F. Jean Bayet. Les origines de l'Hercule romain ; Id. Herclè, Étude critique des principaux monuments relatifs à l'Hercule étrusque. In: Revue Belge de Philologie et d'Histoire, 1927, Volume 6, n.º 3, p. 899 – 900

GRIMAL, Pierre. Dicionário da Mitologia Grega e Romana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. História de Roma. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

HEMELRIJK, Jaap Markus. Caeretan Hydriae. Mainz: Zabern, 1984.

\_\_\_\_\_. Three caeretan hydriai in Malibu and New York. Malibu: J. Paul Getty Museum, Volume 6, 2000.

PALLOTINO, Massimo. Civiltà Aristica Etrusco- Italica. Florença: Sansoni Editore Nuova SpA, 1985.

PLAOUTINE, Nicolas. La représentation de Thersite par le peintre des hydries dites de Caerés et les sources littéraires qui ont inspiré cet artist. IN: Revue des Études Grecques, tomo 55, fascículo 261-261, julho-dezembro 1942, p. 161-189.  
[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reg\\_00352039\\_1942\\_num\\_55\\_261\\_2955](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reg_00352039_1942_num_55_261_2955).

POLETTI, Luigi. Osservazione intorno alle tombe etrusche di Cere. IN: Annali dell' Instituto di Corrispondenza Archeologica, Volume 7, 1835.

SANTANGELO, Maria. Idrie Ceretane, 1959. Disponível em: <http://www.treccani.it>.

MUSEU do LOUVRE: <http://www.louvre.fr/>

Recebido em: 15/06/2015

Aceito em: 14/08/2015

# A SÉ DE LISBOA NA FUNDAÇÃO DO REINO PORTUGUÊS<sup>1</sup>

## THE LISBON CATHEDRAL AT THE FOUNDATION OF THE PORTUGUESE KINGDOM

*William Funke<sup>2</sup>*

**Resumo:** O texto que segue está integrado ao conjunto de resultados do primeiro momento da pesquisa sobre a Sé de Lisboa. O objetivo inicial era compreender qual a posição, o lugar, da Catedral no contexto de expansão portuguesa sobre territórios islâmicos na Península Ibérica e consolidação de Portugal enquanto unidade política autônoma. Este objetivo desdobrava-se em compreender os usos da Sé e as relações que se estabeleciam a partir dela, sejam da própria Sé com outras instituições ou de Portugal como um todo com outros organismos. Além destes, era importante também a análise da Sé enquanto construção, em seus aspectos materiais. No presente artigo apresento alguns pressupostos da pesquisa, faço uma breve descrição da Sé – incluindo-a no contexto de sua construção – e, por fim, exponho as relações lidas a partir da Catedral de Lisboa, encerrando o texto com conclusões que servem de indicativos para a sequência dos trabalhos.

**Palavras-chave:** Sé de Lisboa; Portugal Medieval, Românico, Reconquista.

**Abstract:** This text is a part of results from the first moment of the research about the Lisbon Cathedral. The first goal was to understand

---

<sup>1</sup> Este texto é fruto da pesquisa individual realizada pelo estudante como atividade do PET História UFPR. A pesquisa também deu origem a um *banner* apresentado no X Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM, com o mesmo título deste artigo.

<sup>2</sup> Estudante do sétimo período do curso de História – Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Paraná. Bolsista do PET História UFPR e membro discente do NEMED. Orientado pela Professora Doutora Marcella Lopes Guimarães. E-mail para contato: wfunke@yahoo.com.br. Endereço para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7573330518137906>.

what the position, the place, of Cathedral in context of Portuguese expansion into Islamic lands in Península Ibérica and consolidation of Portugal as an independent unit. This goal unrolled on understanding the uses of the Cathedral and the relationships that were established from it, are the Cathedral itself with other institutions or Portugal as a whole with other agencies. In addition, it was also important to the analysis of the Cathedral while building on its material aspects. In this article I present some premises of research, make a short description of the Cathedral - including it in the context of its construction - and finally expose the relationships read from the Cathedral of Lisbon, ending the text with conclusions that serve as indicative for the following work.

**Keywords:** Lisbon Cathedral; Medieval Portugal; Romanesque; Reconquista.

*Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefactos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daquelas que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. (BLOCH, 2001: 54)*

## Introdução

Se todos os vestígios humanos podem comunicar mais do que simplesmente são (um templo, uma casa...), as construções não seriam apenas edifícios. Elas nos informam a respeito de que tipos de materiais estavam disponíveis em dados locais no período de sua realização; a organização espacial nos informa sobre relações sociais; a complexidade da edificação nos testemunha os meios disponíveis para o trabalho. Mas para além do que uma construção é e do que lemos em uma observação mais apurada, existe ainda o que a obra representa, significa. E essa representação/significação é historicamente construída pelas pessoas

que vivenciam e dão vida a este espaço. Assim, a intenção deste estudo é ler o lugar que a Sé ocupou no contexto em que Portugal se formava e consolidava.

No século XII Portugal encontrava-se em processo de expansão para o sul, sobre territórios muçulmanos do ocidente da Península Ibérica – de maneira descontínua, com avanços e retrocessos – ao mesmo tempo em que tentava se firmar como unidade política autônoma de Leão. Nesse período ocorriam as cruzadas, com o objetivo manifesto de conquistar a Terra Santa para os cristãos. Uma das comitivas organizadas para a Segunda Cruzada partiu da Inglaterra e ingressaria no Mediterrâneo em direção ao Oriente, mas numa parada para abastecimento em Portugal – em junho de 1147 – foi requisitada pelo rei Afonso Henriques para ajudar na tentativa de conquistar Lisboa. Apesar de questionarem a validade da ajuda aos portugueses, frente ao objetivo primeiro de participar da Cruzada do Oriente e que vantagens esse auxílio lhes traria, os cruzados decidiram por ficar e combater ao lado do monarca lusitano. O Cerco a Lisboa foi iniciado em 01 de julho de 1147.<sup>3</sup>

Falamos que Afonso Henriques era rei de Portugal quando pediu ajuda aos cruzados. Ele o era, mas precisamos problematizar esta informação para entender as dificuldades de Portugal em ser reconhecido e

---

<sup>3</sup> Sobre a conquista de Lisboa aos muçulmanos e todo o movimento prévio tomamos como base a carta do cruzado R., texto escrito durante a viagem dos cruzados até Lisboa e o cerco a essa cidade, a qual foi consultada através da edição de Aires A. Nascimento que a intitula *A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um cruzado, modo pelo qual preferi referir o documento (A CONQUISTA DE LISBOA..., 2001)*. Essa edição também contém a *Notícia da Fundação do Mosteiro de São Vicente de Lisboa*.

se manter autônomo. Afonso Henriques disputou a sucessão do condado Portucalense com sua mãe, Dona Teresa, filha de Afonso VI de Leão e Castela. Após derrotar militarmente a mãe, prendeu-a. O primeiro monarca português teve diversas vitórias no campo de batalha, sendo aclamado rei por seus soldados após uma dessas vitórias, no Campo de Ourique. A aclamação, porém, não significou pronto reconhecimento de seu reinado e da independência de Portugal pelos outros reinos e pelo Papado (MATTOSO, 2011: 61-79; 157-178). Ocorreram diversos embates, bélicos e diplomáticos, para que Portugal se mantivesse independente, o que será importante para entendermos alguns dos resultados apresentados adiante.

Voltando ao cerco de Lisboa, Afonso Henriques mandou construir duas igrejas para que se pudessem sepultar com as dignidades cristãs os soldados mortos no período em que cercavam a cidade. Estes campos santos deram origem à Igreja de Santa Maria dos Mártires e ao Mosteiro de São Vicente de Fora. Os habitantes de Lisboa resistiram bravamente, mas os cristãos acabaram por vencer e conseguir que os resistentes capitulassem no fim de outubro de 1147. Foi assinado um acordo de rendição, pelo qual os derrotados entregariam todos os seus bens a um grupo de cruzados e sua integridade seria respeitada. Quando do saque, no entanto, o que se presenciou foram cenas de violência e desrespeito ao que havia sido acordado (A CONQUISTA DE LISBOA..., 2001: 107-109; 131-141).

## **A materialidade de Sé**

Depois de passado o ímpeto inicial da entrada na cidade o Bispo da Sé de Lisboa foi conferido pelo rei a D. Gilberto, prelado que acompanhava a expedição cruzada, de nação inglesa. D. Gilberto prestou juramento de lealdade a D. João Peculiar, arcebispo de Braga (A CONQUISTA DE LISBOA..., 2001: 141-143). Iniciaram-se as obras de construção da Sé, as quais não se podem datar com exatidão, mas devem ter começado pouco depois de 1147. A construção do corpo da igreja ocorreu entre a segunda metade do século XII e princípios do XIII, e do claustro posteriormente. Desde então vem sofrendo diversas intervenções, seja por motivo do desgaste natural, da intenção de mudá-la, ou pelos danos causados pelos terremotos<sup>4</sup> (FIGUEREDO, 2008). Além do claustro, foram anexados à primitiva edificação da Sé o Camarim do Patriarca, a capela de São Bartolomeu e a Sacristia. A capela-mór que vemos hoje e respectivo deambulatório também são posteriores a construção do corpo da igreja.

---

<sup>4</sup> Lisboa sofreu vários abalos sísmicos ao longo da história. São destacados por FIGUEREDO (2008) cinco que ocorreram no século XIV – 1327, 1334, 1337, 1344, 1356 – e o grande terremoto de 1755 que destruiu grande parte da cidade e derrubou parte da Catedral.



**Imagem 1:** Fachada ocidental da Sé de Lisboa em 2013.

A Catedral de Lisboa é a única obra do estilo Românico, e também a única do período de Afonso Henriques que hoje sobrevive na cidade, ainda que profundamente modificada. O Românico é um estilo que podemos definir como compacto, que passa a imagem de consistência e robustez. Não seria de estranhar que um desavisado confundisse a Igreja com uma fortaleza ou um castelo, o que estaria dentro dos propósitos de demarcação de posse pretendidos pela instalação de um templo cristão numa cidade recém-conquistada.

Sobressaem-se os estilos Românico no corpo da igreja e Gótico em seus deambulatório e claustro, dando testemunho da época em que foram construídos, ambos repletos de influências da arte Mudéjar (VILLAMARIZ, 2004). Havendo ainda diversos contributos de períodos posteriores.<sup>5</sup>

O corpo da igreja é composto por três naves, a central com abóbada de berço em cantaria e as laterais com abóbadas de aresta. É constituído por seis tramos e sobre o primeiro avança o coro alto. Por sobre as naves laterais, mais baixas que a central, corre uma galeria (trifório) com abertura em arcaria, sendo quatro aberturas em cada tramo. Os arcos torais da abóbada da nave central se prolongam até os pilares polistilos.

---

<sup>5</sup> Seria ainda necessário falar dos processos de restauro pelos quais passou a Catedral. No momento deixamos a indicação da leitura do texto “Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade dos tempos” (NETO, 1999).



**Imagem 2:** Nave central e capela-mór vistas do coro alto. 2013.

O Gótico pode predominar no claustro, tanto pelo período de edificação, como por a cidade já estar consolidada enquanto cristã. Este contexto permitiu que se pensasse, antes do estilo, na própria construção deste espaço, que como nos diz Catarina Villamariz, não era um elemento obrigatório nas catedrais (VILLAMARIZ, 2004: 154). O Claustro é composto por três galerias irregulares, devido ao desnível do terreno.

Posicionado atrás da capela-mór, intersecciona a planta do corpo da igreja no deambulatório.



**Imagem 3.** Galeria Norte e escavações do claustro da Sé de Lisboa vistas a partir da Galeria Sul. 2013.

Os elementos Mudéjares denunciam o fluxo e influência exercida pelos muçulmanos nos territórios por eles perdidos. Diferente do que ocorre na análise de Andrea Piccini para o espaço florentino (PICCINI, 2009), no qual as influências arquitetônicas devem-se a relações comerciais, na Península Ibérica houve a coabitação, ou seja, os elementos Mudéjares não eram exógenos, pelo contrário. Por mais que os portugueses tenham avançado sobre território islâmico e o conquistado, não seria possível apagar todos os vestígios da presença anterior, por mais que se tenha tentado. É significativo que, além dos elementos decorativos presentes na construção cristã – a exemplo dos óculos observados por sobre os arcos na imagem 3 – a Sé esteja provavelmente edificada

sobre as bases da Mesquita que ocupava o mesmo espaço quando a cidade ainda era muçulmana.<sup>6</sup>

## Usos da Sé

No tocante aos empregos da Sé destacamos: o cerimonial, na realização das missas, em especial a primeira celebração depois de tomada a cidade, realizada – provavelmente – ainda na mesquita; a escola catedralícia, na qual Santo Antonio iniciou seus estudos (SOUZA, 2001); e o uso como última morada, para sepultamentos (VILLAMARIZ, 2004).

A primeira missa rezada quando da efetivação da conquista era um marco, tão importante quanto se ter hasteado as armas do rei e a cruz nas muralhas da cidade, uma vez que a guerra além do objetivo de conquista de terras tinha a motivação religiosa de expansão da fé cristã. Chama-nos a atenção o fato de a missa em questão poder ter sido celebrada ainda na Mesquita. Além da necessidade de um espaço para a realização do culto, isso pode representar a passagem do domínio da cidade das mãos islâmicas às cristãs, sendo necessário considerar que esse já era o principal espaço sagrado da cidade.

A escola presente na Sé de Lisboa, apesar de comum em outras igrejas, no caso lisboeta pode nos indicar uma tentativa de ampliação do raio de ação do bispo na sociedade ainda em formação. Os diversos sepultamentos que ocorriam na Sé traziam rendas para a igreja, uma vez que ocorriam doações nas fundações das capelas que receberiam os seus

---

<sup>6</sup> Segundo Villamariz (2004), a mesquita que havia no local foi derrubada para dar lugar a Catedral, mas isso não é consenso. Ainda segundo a autora, a decoração da arcaria (imagem 3) seria arabizante.

fundadores e familiares, e também para a celebração de missas dos que estavam ali sepultados. E o fato de as pessoas quererem ser ali enterradas e pagarem por isso nos leva a pensar que a Sé era um espaço privilegiado de culto e devoção. Além de ser a principal igreja de Lisboa, guardava as relíquias de São Vicente, o que comentaremos mais a frente.

### **Relações a partir da Sé de Lisboa**

Outros dados que chamam a atenção são as relações apreendidas a partir da Sé de Lisboa. A própria Sé tinha uma relação conflituosa com o mosteiro de São Vicente de Fora, o que não era uma particularidade lisboeta, tendo em vista que a hierarquia monacal escapava ao poder episcopal, ligando-se à autoridade do Papa por outros caminhos que não através dos bispos. O mosteiro de São Vicente estava protegido pelo rei, devido às divisões que haviam sido feitas entre os portugueses e os estrangeiros que tomaram parte no cerco. As igrejas construídas para o sepultamento dos cristãos mortos nas batalhas do cerco de Lisboa (Santa Maria dos Mártires e São Vicente) ficaram uma ligada ao Bispo da cidade e outra ao rei (CRÔNICA DE PORTUGAL DE 1419, 1998: 53).

Além da questão hierárquica há a disputa pela maior quantidade de fiéis, que considero ser o principal motivo para a querela envolvendo as relíquias de São Vicente, achadas vinte e seis anos depois de tomada de Lisboa e levadas para a cidade. O que entendo é que deveriam esperar o julgamento do rei para que fossem depositadas na Sé ou no mosteiro, mas a Sé acabou por se apossar dos vestígios do mártir sem que essa

situação fosse posteriormente revertida (CRÔNICA DE PORTUGAL DE 1419, 1998: 65-66). Ainda em relação a essa disputa, a **Notícia da Fundação do Mosteiro de São Vicente de Lisboa**, aponta como motivo para a escolha da igreja de Santa Maria dos Mártires pela Sé de Lisboa o fato de receber mais fiéis, representando mais entradas para os cofres do bispado.<sup>7</sup> Com isso, depreende-se que a rivalidade entre a Sé e o Mosteiro se baseia na busca de maior fluxo de pessoas e consequentemente mais doações.

Pode-se também ler relações de Portugal tendo a Sé como ponto de partida. Para conquistar Lisboa, o rei Afonso Henriques contou com ajuda de estrangeiros, cruzados que se encaminhavam para o oriente. Para pagar pelo auxílio ofereceu parte do espólio da cidade a ser conquistada. Entendo que este é um dos motivos pelos quais Afonso Henriques indicou o inglês Gilberto para bispo da cidade, além da riqueza material, a indicação faria parte da recompensa.

Outras relações que apreende-se a partir da Sé são as de Portugal com o reino de Leão e Castela e com o papado de Roma. As duas estão no bojo da luta travada pelo jovem reino, personalizada em seu rei, pela autonomia política. Afonso Henriques declarou-se rei após vitória nos campos de Ourique e o fez contra os interesses de Leão e Castela, do qual Portugal era condado. A mãe do monarca português era filha de Afonso VI, imperador do reino vizinho, por isso e por outros motivos a

---

<sup>7</sup> Teria sido dada ao Bispo a opção de ter sob sua autoridade a Igreja de Santa Maria dos Mártires ou o Mosteiro de São vicente de Fora. Cf. “Notícia da Fundação de S. Vicente de Lisboa” (A CONQUISTA DE LISBOA ..., 2001: 178-201).

independência de Portugal era extremamente frágil e qualquer sinal de autonomia muito importante nesse cenário de incertezas.

Voltando à sagração de Gilberto como bispo, ele jurou lealdade, em nome da Sé de Lisboa, ao arcebispo de Braga. Entretanto, antes da conquista muçulmana Lisboa estava ligada a Mérida, esta última sucedida em direitos episcopais por Compostela. Esta, por sua vez, concorria com Braga e Toledo pela primazia espiritual na Península Ibérica. Assim a ligação de Lisboa ao arcebispado do território português é um dos fatores deste cenário. Ao fazer com que o bispado olissiponense ficasse subordinado ao Arcebispo Braga, Afonso Henriques mantém o controle eclesiástico da cidade recém conquistada dentro de seus domínios, diferente do que poderia ocorrer se a subordinação ocorresse segundo o que se esperaria num contexto em que Portugal continuasse ligado a Leão e Castela. Nesse caso – em princípio – o bispado de Lisboa deveria ser sufragâneo de Compostela. O Papa ter confirmado a ligação da Sé recém restaurada é um indicativo de que a relação com Portugal está mais amena que em outros momentos, como quando Afonso Henriques contrariou ordens papais e prendeu um enviado de Roma (CRÔNICA DE PORTUGAL DE 1419, 1998: 27-34).

As diferenças com Roma parecem já estar bem acalmadas quando da conquista de Lisboa. O rei ainda não havia conseguido a confirmação de seu título pelo Sumo Pontífice, mas – desde 1143 – era vassalo da Santa Sé (MATTOSO, 1997: 64-66). A escolha e sagração do Bispo Gilberto de forma expressa – sem sequer se cogitar esperar a opinião do Papa, que confirmou a decisão de Afonso Henriques (CRÔNICA DE

PORTUGAL 1419, 1998) – demonstra que o rei português conseguira autoridade sobre as questões religiosas dentro de seu reino, o que dependia de alguma anuência do papado.

### **Conclusões**

Conclui-se que este templo religioso teve uma importância além da espiritual, tanto para Lisboa como para Portugal. Com a interpretação proposta não tornamos a Sé o principal elemento das relações externas do jovem reino, ou o foco de todas as atenções da cidade recém conquistada em todos os momentos. Apenas posicionamo-la como mais um dos diversos pontos de conflito, ou concórdia entre o reino de Afonso Henriques e o vizinho Leão e Castela ou o Papado; além de conferir um espaço para a Igreja no contexto da cidade, onde, porém, concorria no mínimo com o Mosteiro de São Vicente. Não podemos esquecer as influências Mudéjares presentes na Sé, as quais nos mostram que, mesmo após a invasão da cidade, os muçulmanos não saíram completamente dela, além de alguns habitantes, deixaram também elementos de sua cultura, a ver a língua em que escrevemos este trabalho.

Assim o lugar ocupado pela Sé de Lisboa no Portugal em formação é o de um espaço no qual ocorriam disputas e através do qual Afonso Henriques buscava legitimar seu poder. Também um local em que são lidas heranças que os muçulmanos deixaram na cidade. Ainda que importante, este lugar não é exclusivo, e a teia de relações existente entre as igrejas da Península Ibérica mostra o quão variados e instáveis poderiam ser essas posições. Questão a respeito da qual se pretende

discutir de modo mais focado em um momento posterior da pesquisa. Esse lugar não foi dado quando da edificação da Sé, foi construído com as atitudes que os aqueles com ela relacionados tomaram ao longo do tempo.

## **Bibliografia**

*A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado*. NASCIMENTO, Aires A, (ed., trad. e notas). Lisboa: Vega, 2001.

*Crónica de Portugal de 1419*. CALADO, Adelino de Almeida (ed.). Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou, O ofício de historiador. André Telles (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRANDÃO, Francisco, *Terceira parte da Monarchia Lusytana*: que contem a historia de Portugal, desde o Conde Dom Henrique, até todo o Reynado d’El rey Dom Afonso Henriques. Lisboa: Impressão Craesbeeckiana, 1690.

CUNHA, Rodrigo da. *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*. Vida, e acçoens de seus prelados, & varoes eminentes em santidade, que nella florecerão. Lisboa: Por Manoel da Sylva, 1642.

FERNANDES, Fátima Regina. “Cruzadas na Idade Média”. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 98-129.

FIGUEIREDO, Paula. *Catedral de Lisboa / Sé de Lisboa / Igreja Paroquial da Sé Patriarcal / Igreja de Santa Maria Maior*. Sistema de informação para o Património Arquitectónico, 2008. Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2196](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2196). Acesso em: 31 de outubro de 2013.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998.

MOREIRA, Filipe Alves. *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008.

MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. II, A Monarquia Feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

\_\_\_\_\_. *D.Afonso Henriques*. 2ª Edição. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

NETO, Maria João Baptista. Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade dos tempos. In BARROCA, Mario Jorge (coord.). *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 199. Volume 2. pp. 131-141.

PICCINI, Andrea. *Arquitetura: do Oriente Médio ao Ocidente, a transferência de elementos arquitetônicos através do Mediterrâneo até Florença*. São Paulo: Annablume, 2009.

SOUZA, José Antonio de Camargo R. *O Pensamento Social de Santo Antônio*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

VILLAMARIZ, Catarina. “A Sé de Lisboa e a Arquitectura Claustal”. In Krus, Luís; Miranda, Maria Adelaide; ALARCÃO, Miguel. *A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, pp. 153-164.

As imagens usadas no artigo compõem o acervo do autor.

Recebido em: 23/05/2014

Aceito em: 17/08/2014

# AS RÓTULAS MACHADIANAS: HABITAÇÃO POPULAR, ESTRANGEIRISMO E MODERNIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

## THE LATTICES OF ASSIS: POPULAR HOUSING, FOREIGNNESS AND MODERNIZATION IN RIO DE JANEIRO OF THE SECOND HALF OF THE NINETEENTH CENTURY

*Elson Granzoto Junior  
Michelle Carolina de Britto  
Patrícia Moreira Nogueira  
Tuanny Folieni Antunes Lanzellotti<sup>1</sup>*

**Resumo:** Partindo da literatura machadiana, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre o processo de urbanização e modernização da cidade do Rio de Janeiro, entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX. Ambientadas na capital carioca, as obras de Machado de Assis aqui recortadas – focadas em contos, crônicas e romances – ecoavam uma cidade que aos olhos do escritor era mais humana e que transparecia como “um pano de fundo onipresente”. A análise desses escritos possibilitou, assim, a compreensão das novas acepções do modo de morar, das transformações ocorridas nas relações sociais e no espaço urbano que estava se constituindo e, ainda, do posicionamento crítico de Assis diante da política urbana do período. Como intencionamos apontar, a crítica machadiana se caracterizava por um saudosismo ao tempo do Imperador que possibilita ao leitor um contato com a cidade por meio de rótulas que escondiam, ou mesmo, não deixavam enxergar as mudanças de seu entorno.

**Palavras-chave:** Urbanização; Rio de Janeiro; Machado de Assis; Literatura.

---

<sup>1</sup> Graduandos em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Agradecemos a colaboração da colega Ana Carolina Rocha durante o processo de levantamento de dados acerca das obras analisadas neste artigo.

**Abstract:** By the light of Assis's literature, this article aims to reflect on the process of urbanization and modernization in Rio de Janeiro. Set in Rio de Janeiro in the late nineteenth century and early twentieth century, the work of Machado de Assis analyzed here - focused on short stories, essays and novels - echoed a city that in the writer's eyes was more human and which appeared to be “an omnipresent backdrop”. The analysis of Machado's works enabled us to understand the meanings of the new way of living, the changes that have happened in the social relations in urban space, and also the critical positioning of Assis with regards to urban policy of the concerned period. How we intend pointing, Assis's criticism was characterized by a nostalgia for the time of the Emperor which allows the reader to be in touch with the city by means of the lattice that hid, or even, did not let see the transformations in their surrounding.

**Keywords:** Urbanization; Rio de Janeiro; Machado de Assis; Literature.

## Introdução

Os modos de morar e o urbanismo nas obras de Machado de Assis são as temáticas, de modo amplo, sobre as quais este trabalho discorre. Refletindo sobre de que maneira é possível analisar as transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX e nos anos iniciais do século XX, sob o viés da literatura machadiana. Recortes, porém, são necessários e, neste caso, as próprias fontes analisadas recortaram os aspectos que iremos abordar ao longo do artigo. Utilizaremos, nesta análise, duas crônicas, um romance e contos escritos por Machado de Assis a partir da década de 1870 até o final do século XIX. Empregaremos no trabalho alguns contos avulsos e outros pertencentes às seguintes coletâneas: *Contos Fluminenses* (1870), *Papéis avulsos* (1882), *Histórias sem data* (1884), *Varias histórias* (1896) e *Páginas recolhidas* (1899). Além disso, utilizaremos excertos

do romance *Esaú e Jacó* (1904) e das crônicas *Bons dias!* (1888-1889) e *A Semana* (1892-1900).

O recorte geográfico escolhido foi a capital do Rio de Janeiro e mais especificamente, algumas áreas centrais da cidade percorridas e descritas por Assis em suas obras. O Rio de Janeiro no período por nós analisado sofreu imensas mudanças, como a grande expansão de trens e bondes a partir da década de 1870 ou a onda de demolições de cortiços da década de 1890, empreendida pelo prefeito Barata Ribeiro e que inicia, segundo Mauricio de A. Abreu, “um processo de intervenção direta do Estado sobre a área central da cidade, que viria a se intensificar sobremaneira a partir do início do século” (Abreu, 2006: p. 50). Esse, portanto, foi certamente um período de intensas transformações no espaço urbano e nas concepções acerca dos modos de morar na cidade. Nesse sentido, ao longo do trabalho pretendemos abordar algumas dessas situações, sejam elas explicitamente citadas por Machado de Assis ou ainda, pouco mencionadas.

Em um primeiro momento, apontaremos alguns aspectos centrais para o entendimento do espaço nas obras de Assis, partindo da ideia do ambiente como uma extensão de suas personagens. Em seguida, trabalharemos a questão na habitação popular e o estranhamento das personagens em relação a tais espaços. Em um terceiro momento, refletiremos sobre como as alterações ocorridas no Rio de Janeiro foram percebidas por Machado de Assis, atentando para a questão dos transportes e de elementos como a rótula – ou seja, antigas grades coloniais de madeira, dispostas em janelas e portas e que permitiam a

entrada de luz e ar por meio de ripas entrecruzadas –, que sobreviveram às novas concepções de espaço, sendo um possível indício do diálogo entre o tradicional e a modernidade emergente.

Esperamos aqui, apresentar um pouco do Rio de Janeiro que Machado de Assis diariamente contemplava. Segundo John Gledson, o crítico literário especialista na obra de Machado, é possível um entendimento mais amplo da obra de Assis a partir do “conhecimento mais ou menos detalhado da geografia física e (sobretudo) social da cidade” (Carrer; Gledson e Menezes, 1999: 11). De encontro a essa perspectiva, talvez seja possível também compreender melhor qual é o espaço urbano configurado nesse final do século XIX e primórdios do século XX na cidade do Rio de Janeiro por meio dos textos de Machado de Assis.

### **O Rio enviesado: o ambiente como extensão das personagens**

Ao pensarmos sobre a temática da habitação e ocupação do território a partir das obras de Machado de Assis, nos deparamos com descrições pontuais e curtas sobre os ambientes em que suas personagens agem. Uma crítica literária mais clássica sobre a obra machadiana interpretou essa opção como uma falta de sensibilidade do autor em relação ao *habitat* brasileiro ou, ainda, como um alinhamento de Machado com a tendência europeizante que se intensificava nos debates políticos em fins do século XIX (Santos, 2000).<sup>2</sup> Em tal

---

<sup>2</sup> Essa tendência de análise sobre o ambiente em Machado se cristalizou na crítica literária a partir de Silvio Romero na virada do século XX até os anos de

perspectiva, para suprir essa deficiência em sua obra, o escritor recorreria a personagens extremamente complexas psicologicamente, sendo os contos tomados em grande medida por suas reflexões.

Roger Bastide em um artigo intitulado *Paisagista Machado* discorda totalmente dessa visão e foi um dos primeiros a afirmar que as descrições pontuais feitas por Machado apresentavam versões muito mais complexas e fidedignas do Rio de Janeiro naquele fim de século, descrições destituídas de exotismo e exagero (Bastide, 1940). Partindo da constatação de Bastide, o historiador Fabio Muruci defendeu que as descrições do espaço em Machado partiam da ótica de suas personagens e estavam intrinsecamente relacionadas com suas atitudes e mentalidades. O espaço vivido tornou-se, assim, uma extensão das personalidades marcantes nas obras. A presença de narradores personagens nos contos e alguns romances ajuda a reforçar tal perspectiva:

O que leitores de várias gerações não teriam percebido é que esses narradores não são confiáveis. Machado realmente acentua o subjetivismo com que os narradores veem, julgam e contam os acontecimentos, mas não propriamente para defender o relativismo como filosofia. O acento machadiano seria mais político e histórico do que filosófico. Machado não é um relativista e sim denuncia o relativismo, ou mais precisamente o arbitrarismo, de suas personagens, demonstrando o funcionamento cotidiano de suas mentes quando confrontadas com situações melindrosas [...] (Santos, 2003: 179-80).

Defendemos, portanto, não um Machado frio e avesso às transformações políticas e sociais de finais do século XIX no Brasil, mas sim uma presença crítica no que concerne às práticas de uma elite que ansiava por modernizações sem, porém, alcançar mudanças importantes na ordem política e social vigente. A partir de algumas crônicas, da análise das descrições presentes nos contos selecionados e da territorialização percorrida pelas personagens nessas obras, podemos encontrar um Rio de Janeiro muito diverso e ambíguo frente a um desejo cada vez maior de torná-lo uma cidade moderna.

Em relação a tal questão. John Gledson, afirmou que: “Para Machado, o Rio era sobretudo uma realidade humana” (1999: 12). Ou seja, a descrição de algum local ou ambiente da cidade só faria sentido se relacionado com acontecimentos comentados por Machado em suas crônicas ou vivenciados por suas personagens. Ainda para o autor: “Machado tem suas restrições a esta visão convencional ‘para inglês ver’ do Rio de Janeiro, que ignora a realidade humana da cidade” (Idem). Nesse ponto, Gledson se refere às descrições comuns nas obras românticas que desconsideravam a múltipla presença de tipos sociais no ambiente carioca. Assim, percebe-se que nenhuma descrição em Assis foi feita com objetivo estético ou ideológico, mas para conceber noções de realismo e pertencimento - ou a falta dele - à suas personagens.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Nesse ponto Gledson demonstra a sátira de Machado ao descrever o percurso de Bentinho entre sua casa e o colégio, em *Dom Casmurro*. Em distância tão curta, Bentinho desenvolve emoções que sugerem uma imensa separação espacial de sua família. (1999: 12).

### **Habitação popular: estrangeirismo no espaço**

Em *Esau e Jacó* – romance de 1904, ambientado por volta das décadas de 1860 a 1890 – na subida de Natividade e sua irmã ao Morro do Castelo, para uma consulta a certa vidente, podemos encontrar os primeiros indícios desse olhar enviesado das personagens sobre sua agência no ambiente. Não habituadas a caminhar por ladeiras e ruas mal calçadas, as nobres senhoras causam riso aos transeuntes típicos desse local: de clérigos a escravos, alguns chegam inclusive a adivinhar que tão distintas pessoas andando naquele ambiente destinavam a se consultar com a famosa Cabocla do Morro do Castelo (Assis, 2012a: 02). A descrição da paisagem do morro é feita a partir do caminhar das personagens, como se caminhássemos com elas:

O íngreme, o desigual, o mal calçado da ladeira mortificavam os pés às duas pobres donas. Não obstante, continuavam a subir, como se fosse penitência, devagarinho, cara no chão, véu para baixo. A manhã trazia certo movimento; mulheres, homens, crianças que desciam ou subiam, lavadeiras e soldados, algum empregado, algum lojista, algum padre, todos olhavam espantados para elas, que aliás vestiam com grande simplicidade; mas há um donaire que se não perde, e não era vulgar naquelas alturas. A mesma lentidão do andar, comparada à rapidez das outras pessoas, fazia desconfiar que era a primeira vez que ali iam (Assis, 2012a:02).

Observa-se que todo o foco da cena está no estranhamento provocado pelas senhoras ao embrenharem-se no local, algo notável por meio de suas vestimentas até por sua forma de andar, demonstrando o contraste social presente na época no que diz respeito às vivências no Morro do Castelo. Até mesmo o calçamento das vielas provoca

desconforto nas damas nobres, uma vez que elas, ao adentrarem um espaço social tão distinto do habitual, saem de sua zona de conforto. Parece possível aferir ainda, que as senhoras descritas vivenciassem um desconforto também em relação a um tempo que se passou, uma vez que as pessoas com um novo andar rápido, por exemplo, destoavam de um modelo de tempo mais lento representado por ambas mulheres.

A constituição do espaço urbano como zona de conforto e um tempo deslocado para determinados grupos sociais é um tema constante também nas descrições que Assis faz nos contos. Em *A cartomante* (1884), a ida de Camilo a seu encontro é descrita com rapidez, numa tentativa, tanto do narrador como do autor da ação, de esconderem o que iam fazer em tal local: “Deu por si na calçada, ao pé da porta; disse ao cocheiro que esperasse, e rápido enfiou pelo corredor, e subiu a escada. A luz era pouca, os degraus comidos dos pés, o corrimão pegajoso; mas ele não viu nem sentiu nada. Trepou e bateu” (Assis, 2002: 156). A rapidez com que Camilo deseja vencer o ambiente é tamanha que sequer percebe (ou talvez naturalize) a insalubridade da moradia popular.

Um dos casos mais emblemáticos para nossa análise está em *O espelho*. Quando após passar férias numa fazenda de escravos no interior o jovem recém-nomeado alferes vê os escravos da família fugirem pelas ruas do Rio de Janeiro, sua personalidade se abala de tal forma que ele passa a encontrar conforto apenas diante de um espelho com as vestimentas de alferes. Diante da perda dos símbolos máximos de distinção social na época – a posse de escravos – a personagem se apega ao cargo militar (Assis, 1994: 347).

Esse distanciamento não gera somente um desconforto nas personagens. É como se elas fossem estrangeiras dentro da própria cidade. Nesse aspecto, Machado mostra como suas personagens estavam enclausuradas em seus próprios ambientes e visões de mundo, mesmo em uma cidade que ainda não possuía diferenciação territorial ampla, como o Rio de fins do XIX. (Carrer, et. tal., 1999: 12). Voltando às senhoras que visitam o Morro do Castelo em *Esau e Jacó*, podemos compreender a ironia que Machado faz defendendo essa perspectiva:

Era a primeira vez que as duas iam ao Morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés. Nem todos podem dizer que conhecem uma cidade inteira. Um velho inglês, que aliás andara terras e terras, confiava-me há muitos anos em Londres que de Londres só conhecia bem o seu clube, e era o que lhe bastava da metrópole e do mundo. Natividade e Perpétua conheciam outras partes, além de Botafogo, mas o Morro do Castelo, por mais que ouvissem falar dele e da cabocla que lá reinava em 1871, era-lhes tão estranho e remoto como o clube (Assis, 2012a: 1-2).

Fica clara a relação entre ambiente e vida das personagens nessas obras. Nada há de alienação do autor quanto às ambiguidades inerentes à cidade. Para fundamentar nossa hipótese, nesse ponto, talvez seja interessante apresentar as posições de Assis sobre determinados temas comentados em crônicas publicadas pelo autor ao longo das últimas décadas do século XIX. A predominância de personagens da classe aristocrática ou enriquecida do Império nas obras poderia levar-nos a inferir que Machado de Assis não se interessava pela presença das classes populares e apoiava as medidas tomadas pelos governos imperial

e republicano no sentido de reprimir e disciplinarizar sua atuação no espaço urbano.

Por outro lado, essa impressão é matizada ao considerarmos elementos fundamentais da obra machadiana como sua latente ironia. Isso pode ser evidenciado por meio das descrições dos espaços, marcadas pela visão estereotipada e limitada que aquelas personagens possuíam sobre o meio no qual viviam. Espaço esse que, embora não espacialmente dividido, era segregado pela agência dessas personagens no meio urbano.

Foi nas crônicas que Machado discorreu mais diretamente sobre os temas que envolviam a regulação e modernização da cidade. Essa modernização pode ser encarada a partir da entrada de diversas teorias científicas no Brasil e sua disseminação entre as elites ascendentes. Na série *Bons dias!*, constatamos intensas críticas aos discursos científicos que vinham ganhando espaço. Segundo Assis, alegando que algo era ciência poderíamos justificar quaisquer atitudes:

Seriam os meus primeiros estudos práticos; mas imagine-se o que poderia sair de tais estreias. Casas de penhores, ourives, joalherias. Subia ainda; ia aos tribunais ganhar causas, ia às câmaras legislativas obter votos, ia ao governo, ia a toda parte. De cada negócio (e nisto poria o maior apuro científico), compunha uma longa e minuciosa memória, expondo as observações feitas em cada paciente, a maior ou menor docilidade, o tempo, os fenômenos de toda a espécie; e por minha morte deixaria esses escritos ao Estado. (Assis, 2012b: 23).

Ao praticar diversos atos criminosos com o auxílio da hipnose, o narrador da crônica crê que estaria fazendo grande serviço ao Estado,

uma vez que tais atos são imbuídos do “maior apuro científico”. Ainda em *Bons dias!*, Machado empreende diversas críticas à forma como o espiritismo estava sendo pregado e disseminado entre as elites da corte:

Os espiritistas brasileiros acabam de dar um golpe de mestre. Apareceu por aqui um médium, Dr. Slade é o seu nome, com a fama de ser prodigioso. A Federação espírita Brasileira nomeou uma comissão para estudar os fenômenos de escritura direta sobre ardósias e outros efeitos físicos produzidos com o médium. Pois, senhores, não achou que o homem valesse a fama; declarou que os trabalhos ficaram muito abaixo do que esse mesmo médium conseguiu na Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos e Austrália. É verdade que a própria Federação explica a diferença. Todos os que estudam os fenômenos espíritas (diz ela) conhecem que as mediunidades estão sujeitas a esses eclipses."E noutra lugar: Sabem todos que os invisíveis não estão servilmente à nossa disposição."(Assis, 2012b: 13).

Essa representação do espiritismo também esteve presente em *Esau e Jacó*. Ao saber das previsões da Cabocla pela esposa, Santos o mais rápido possível recorre a seu mestre espírita para saber se as previsões são confiáveis ou não (Assis, 2012a: 15). A partir de sua afirmativa, Santos passou a refletir cientificamente sobre a briga espiritual de seus filhos. Notamos que as críticas de Machado não se referiam especificamente a determinadas teorias, mas na forma como elas estavam sendo disseminadas e utilizadas como prerrogativa de progresso intelectual pelas elites cariocas. O próprio contraponto espacial entre “religião científica” e “crendice popular” é feito em *Esau e Jacó* pela presença das descrições da casa da Cabocla e do doutor Plácido, situadas no Morro do Castelo e na Rua Senador Vergueiro, respectivamente. A partir desse momento, portanto, é possível refletir

sobre de que maneira o “popular” e o “tradicional”, o “antigo” e o “moderno” viriam a dialogar e a se confrontar em meio à configuração do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro.

### **Cidade de rótulas: o antigo sobrevive ao modernizante**

A população do Rio de Janeiro no decorrer do século XIX presenciou importantes mudanças ocorridas na cidade, as quais influenciaram as formas de vida, relacionadas também às transformações urbanas e aos modos de morar. A expansão dos transportes coletivos é um exemplo, dada a sua importância, já que se pode analisar as mudanças da cidade do Rio de Janeiro no século XIX em dois períodos distintos, a fase anterior ao aparecimento dos bondes e trens (por volta da década de 1860) e o período imediatamente posterior (Abreu, 2006: 37).

A mobilidade torna-se, assim, uma relevante diferenciação para com o deslocamento espacial a partir de 1870, devido à introdução do bonde de burro e do trem a vapor, a mobilidade que antes era privilégio de poucos se expandiu, fazendo com que a cidade crescesse em diferentes direções. Como mencionou Maurício de A. Abreu:

Controlados em grande parte pelo capital estrangeiro, trens e bondes tiveram um papel indutor diferente no que toca à expansão física da cidade. Os primeiros passaram a servir áreas ainda fracamente integradas à cidade, que se abriram então àqueles que podiam se dar ao luxo de morar fora da área central mas não podiam arcar com os custos, já elevados, dos terrenos da Glória, Botafogo ou Tijuca; os bondes permitiram o êxodo cada vez maior dos que podiam arcar com esse ônus, mas mantinham-

se no centro por falta de meio de transporte rápido e regular (Abreu, 2006: 43).

É perceptível, portanto, como o surgimento dos transportes coletivos trouxe à cidade do Rio de Janeiro intensas transformações urbanas. Ao refletir sobre essa temática e a literatura de Machado de Assis, principalmente em relação aos contos, nos surpreendemos com a ausência de referências aos bondes e trens, uma vez que não encontramos excertos sobre o surgimento e relevância de tais meios de transporte para o período.

Essa problemática foi, de certo modo, um dos pontos que nos fizeram pensar sobre a postura de Machado de Assis em relação à expansão urbana que acontecia nesse momento de maneira desenfreada, pois, é improvável que Assis como crítico de sua época não reconhecesse a forma pela qual os transportes coletivos influenciaram as modificações na cidade do Rio de Janeiro. As discussões em torno desse assunto abrem margem, portanto, para pensarmos se há, nas obras machadianas e no pensamento do autor, uma relutância perante as transformações que estão ocorrendo no momento, em uma contraposição entre o novo e antigo Rio de Janeiro. Como nos diz John Gledson:

A visão machadiana não é sentimental, mas isto não quer dizer que seja indiferente. O que pode parecer conservadorismo ou saudosismo no seu amor pelo Rio de Janeiro em que viveu e cujo crescimento acompanhou é, acho, um desejo de conservar uma parte importante da dimensão humana da qual Machado se lembra no topo do Morro do Castelo. Isto torna-se mais evidente nas crônicas que escreveu na década de 1890, quando faltava

pouco para o Bota-abaixo, a primeira mudança radical á qual a cidade foi submetida, e que sobrepôs o traçado reto da avenida Central (hoje Rio Branco) ao labirinto de ruas e becos estreitos do velho Centro. Para Machado, a verdadeira artéria da cidade é a rua do Ouvidor, onde parece conhecer cada loja, e onde as notícias, em forma de boato, correm de um extremo a outro da rua, e de lá pela cidade afora (Carrer, et. tal., 1999: 17).

Em meio à modernização urbana pela qual a cidade do Rio de Janeiro passava, também havia as transformações na habitação. Nos contos de Assis encontramos diferentes descrições em relação à moradia, principalmente dos espaços internos das casas, em que ele nos garantiu a possibilidade de pensar sobre as diversas formas de morar e os espaços constitutivos da moradia. Segundo Rafael Alves Pinto Junior:

[...] Machado de Assis dizia, pelo personagem Brás Cubas, que a casa resgatava tudo: ‘O mundo vulgar terminaria à porta – e dali para dentro era o infinito, um mundo eterno, superior, excepcional, sem leis, sem instituições, uma só afeição [...] – a unidade moral de todas as coisas pela exclusão das que me eram contrárias’ (Pinto Junior, 2009: 122).

No conto *Cantiga Velha* de 1883, Machado descreve alguns dos espaços internos da casa em que a história é contada, no qual é possível perceber como os espaços eram distribuídos e como existia, de tal modo, uma especialização das funções. O excerto a seguir nos elucida sobre de que maneira os espaços eram utilizados dentro de uma moradia plurifuncional:

O dono da casa dera-nos um bom jantar. Fomos os quatro, no fim para junto de uma janela, que abria para um dos lados da chácara. Posto estivéssemos no verão, corria um ventozinho fresco, e a temperatura parecia impregnada das últimas águas. Na sala de

frente, dançava-se a polca; noutra sala jogava-se o vultarete. Nós, como digo, falávamos de cantigas populares. (Assis, 1994).

Também encontramos nos contos descrições de moradias que ainda contavam com a presença de rótulas, mesmo que o Rio de Janeiro neste período estivesse passando por um processo de modernização cuja intenção era substituir os resquícios coloniais, refletida também na arquitetura. O conto *Noite de Almirante* apresentou passagens em que as rótulas aparecem, em frases como “A casa é uma rotulazinha escura, portal rachado do sol [...]” (Assis, 2002: 132) e “Depois foi ao espelho de pataca, suspenso na parede, entre a janela e a rótula [...]” (Assis, 2002: 136).

Essa questão nos leva a conjecturar sobre qual seria o Rio de Janeiro na visão de Machado de Assis, espectador de tais transformações, que visavam modernizar e trazer o progresso. Ainda que o autor fosse um republicano, talvez seja possível encontrar uma relutância perante a expansão desenfreada. Na crônica *A Semana (1892-1900)*, por exemplo, Machado de Assis, movimentou-se entre as discontinuidades de seu tempo e as permanências do tempo do imperador. A estrutura comparativa, entre o passado e presente, atribuiu uma cadência rítmica a crônica e transmitiu ao leitor a sensação de mudança abrupta da sociabilidade, da organização espacial e dos modos de morar.

Assis, é claro, não estava alheio às transformações que transcorreram no Rio de Janeiro oitocentista, pelo contrário ao não

mencioná-las o escritor voltou-se para a consolidação da “simpleza antiga”<sup>4</sup> que pode ser percebida na espacialidade das habitações.

Espaços interno e externo das moradas, combinados, associam práticas artesanais e fabris, numa dialética de ritmos – tempos e movimentos- vários, lembrando que toda reprodução da cultura inclui sua transformação. Nessa perspectiva, os chamados 'efeitos da urbanização' sobre o cotidiano são enganosos; erra quem pensa que o Rio, ao longo do século XIX, não evolui além de um 'padrão colonial' de sucessivas alterações urbanas de pouca monta (Costa, 2007).

Pode-se notar um pouco dessa percepção sobre a confluência de “Rios de Janeiro” na obra de Machado de Assis no que tange a urbanização do território fluminense no perímetro espacial pelo qual suas obras perpassaram. A ação de suas personagens está concentrada entre os Morros do Senado, do Castelo, de São Bento, do Livramento e da Providência, zona urbanizada e na qual se destaca, consagrada na literatura brasileira, a Rua do Ouvidor, como vemos nos mapas abaixo:

---

<sup>4</sup> Expressão de Machado de Assis e presente no artigo de Suely Gomes Costa.

**MAPA 01 – Perímetro da Narrativa Machadiana**

AUTOR DESCONHECIDO. *Nova planta da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A'venda em casa dos editores, E. & H. Laemmert, 1867. 1 mapa : col., 41 x 54 cm. Escala não especificada. Disponível em: <<http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/h?ammem/gmd:@field%28NUMBER+@band%28g5404r+br000055%29%29>>. Acesso em: 22 out. 2012.



Machado de Assis em seus contos remete a zona central do Rio de Janeiro, que sendo sede de modernidades urbanísticas, “[...] contraditoriamente, mantinha também a sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver” (Abreu, 2006: 42).

## MAPA 02 - Territorialidade dos Contos de Assis<sup>5</sup>

AUTOR DESCONHECIDO. *Nova planta da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A'venda em casa dos editores, E. & H. Laemmert, 1867. 1 mapa : col., 41 x 54 cm. Escala não especificada. Disponível em: <<http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/h?ammem/gmd:@field%28NUMBER+@band%28g5404r+br000055%29%29>>. Acesso em: 22 out. 2012.



A “simpleza antiga” machadiana, apresentada pelo escritor por meio da interação entre o “tempo da cidade” e o “tempo das personagens”, servem de subterfúgio para aguerrir que o progresso e a modernização da cidade aliada a uma política higienista – que resultou

---

<sup>5</sup> A *Nova planta da cidade do Rio de Janeiro* encontra-se disponível em domínio público por meio da página *The Library of Congress: American Memory* (<http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/h?ammem/gmd:@field%28NUMBER+@band%28g5404r+br000055%29%29>). As marcações indicadas são acréscimos realizados por nós, a fim de demarcar o levantamento realizado acerca do perímetro e da territorialidade compreendidos pelas obras de Machado de Assis aqui analisadas.

em uma inversão dos polos urbanizados da província fluminense – podem ter contribuído para o posicionamento de Machado em relação às transformações que decorreram no Brasil oitocentista. Com o escopo de fazer uma crítica, o Rio de Janeiro machadiano é apresentado por meio das rótulas, pelas quais o progresso se torna imperceptível.

### **Considerações finais**

Como vimos Machado de Assis ao se posicionar de forma saudosista em relação aos tempos do Imperador nos apresenta um Rio de Janeiro pulsante e que desafiava o progresso. As rótulas em suas obras evidenciam o posicionamento do literato que contrapôs em sua obra duas cidades distintas no tempo e espaço. Assis procurou incorporar criticamente a sua percepção sobre o Rio de Janeiro oitocentista nas obras analisadas e, por conseguinte, transformou seus livros em uma fonte rica para a análise histórica. Nas palavras do autor,

... Mas deixai pingar os anos na cuba de um século. Cheio o século, passa o livro a documento histórico, psicológico, anedótico. Hão de lê-lo a frio; estudar-se-á nele a vida íntima do nosso tempo, a maneira de amar, a de compor os ministérios e deitá-los abaixo, se as mulheres eram mais animosas que dissimuladas, como é que se faziam eleições e galanteios, se eram usados xales ou capas, que veículos tínhamos, se os relógios eram trazidos á direita ou á esquerda, e multidão de coisas interessantes para a nossa história pública e íntima. Daí a esperança que me fica, de não ser condenado absolutamente pela consciência dos que me leem - Machado de Assis (apud Carrer, et. tal., 1999: 09).

Machado de Assis conhecia o potencial de sua obra e talvez por isso suas impressões sejam tão ricas e interessantes. Admitir isso pode

nos colocar em uma posição problemática, daquele que tem uma aproximação muito grande com a fonte e nem sempre consegue fazer a crítica como se deve, ainda assim é preciso tentar. Não cabe aqui dizer que, por Assis ser crítico às transformações políticas e sociais e a expansão desenfreada no Rio de Janeiro de seu tempo, seja ele também um revolucionário libertário. Parece evidente como o autor podia questionar e compactuar com os processos de seu tempo.

A crítica sem dúvida faz-se visível e mesmo sua ausência poderia ser uma forma de inferir algo, de remeter a um saudosismo em relação aquele Rio de Janeiro humano que se perde, com a estranha percepção de que a cidade cresce e seus habitantes, acostumados a viver em determinados lados dela, são cada dia mais estrangeiros.

A relutância de Assis é, portanto, perceptível, pois, somos apresentados a uma cidade que através de suas rótulas parece não ver os bondes, ou quando os vê percebe que “tudo é maravilhoso, enquanto o bonde desliza ‘ao soffro da brisa invisível e amiga’, mas os burros, desempregados, terão a ‘liberdade de apodrecer’” (Carrer, et. tal., 1999: 18).

Podemos aqui, apenas inferir os motivos dessas ausências em Machado de Assis a partir de sua ironia sempre marcante, das sutilezas de um escritor que não precisa dizer de forma banal para ser compreendido. É possível que jamais saibamos suas reais intenções, entretanto, uma obra não é de interesse apenas para compreender a intenção do autor, mas, sobretudo, para ver o que já se foi por meio do olhar de um outro absolutamente sensível, a ponto de criar tal panorama

histórico. A utilidade de suas obras para enxergar um pouco dos ambientes cariocas da segunda metade do século XIX é inegável e, ainda que sua riqueza fosse somente essa, já seria imensamente relevante.

### Fontes consultadas

ASSIS, Machado de. *Contos. Coleção Grandes Leituras*. São Paulo: FTD, 2002.

\_\_\_\_\_. *Bons dias!*. Domínio público, versão e-book. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000167.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Esau e Jacó*. Domínio Público, versão Ebook. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000030.pdf>>. Acesso em out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Vol. II. Publicado originalmente em *Gazeta Literária*, em 15/10/1883.

### Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006. Cap. 3 e 4. pp. 35-91.

BASTIDE, Roger. *Machado de Assis, paisagista*. *Revista do Brasil*, n. 29. Rio de Janeiro: 1940.

CARRER, Aline; GLEDSON, John; MENEZES, Pedro da Cunha e. *Rio de Assis: imagens machadianas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

COSTA, Suely Gomes. “Tornando a “simpleza antiga”. Rio de Janeiro, fins do Século XIX”. *Revista Tempo*, 2007, pp. 173-193.

PINTO JUNIOR, Rafael Alves. “A dimensão afetiva do espaço construído: vendo a casa pelos olhos da poesia”. *Pós. Revista de pós-graduação em Arquitetura e urbanismo*, v.16, n.25. São Paulo: FAUUSP: 2009.

SANTOS, Fabio Muruci. *A paisagem oculta: desvendando o Rio de Janeiro do Quincas Borba de Machado de Assis*. Revista Letras, n. 60. Curitiba: UFPR, 2003, p. 179-80.

\_\_\_\_\_. *O punhal de Martinha: O Rio de Janeiro nas crônicas de Machado de Assis*. Anos 1990, n. 14. Porto Alegre: 2000.

Recebido em: 29/04/2014

Aceito em: 08/12/2014

## NO JOGO DAS REPRESENTAÇÕES: A TELENOVELA “CAMINHO DAS ÍNDIAS” COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E ALTERIDADES

### THE REPRESENTATION GAME: THE SOAP OPERA “CAMINHO DAS ÍNDIAS” AS A SPACE FOR CONSTRUCTION OF IDENTITIES AND ALTERITIES

*José dos Santos Costa Júnior<sup>1</sup>  
Raquel Silva Maciel<sup>2</sup>*

**Resumo:** Considerando que, nos anos 2000, a teledramaturgia brasileira foi marcada por uma *orientalização* a partir do aumento da produção de obras televisivas que tematizaram o Oriente, este artigo objetiva refletir sobre a representação oriental construída na telenovela *Caminho das Índias* (2009) da Rede Globo. Constam nas fontes consultadas dois textos disponibilizados nos sites *UOL Entretenimento/Televisão* e *Melhor a Cada Dia*. Ambos discutem como a telenovela abordou a relação entre ocidentais e orientais, questionando a produção desta representação dos indianos. O artigo contribui para o fortalecimento de debates no campo da historiografia que tematizem as apropriações culturais e a circulação de discursos a partir de veículos midiáticos como a televisão.

**Palavras-chave:** Alteridade; Telenovela; Representação; Identidade; Historiografia.

---

<sup>1</sup> Graduando em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História da UFCG. E-mail: jose.junior010@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História da UFCG. E-mail: quequelpb@hotmail.com

Trabalho orientado por Regina Coelli Gomes Nascimento, Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Tutora do Programa de Educação Tutorial do curso de História da UFCG. E-mail: regina-cgn@gmail.com.

**Abstract:** Whereas, in the years 2000, the Brazilian soap operas were marked by a *orientalização* from the increased production of television works that had the East as a subject, this article aims to reflect on the Eastern representation built on the soap opera *Caminho das Índias* (2009) from *Rede Globo*. On the sources consulted, there are two texts available on the websites *UOL Entretenimento/Televisão e Melhor a Cada*. Both discuss how the soap opera addressed the relationship between Western and Eastern, questioning the production of this representation of Indians. The article contributes to the strengthening of debates in the field of historiography that have a focus in the cultural appropriations and in the circulation of discourses from media vehicles such as television.

**Keywords:** Alterity; Soap Opera; Representation; Identity; Historiography.

Pensar a relação entre povos consiste em um instigante desafio tendo em vista os inúmeros códigos de articulação entre os atores, as variáveis formas de expressão e interação, bem como as múltiplas problemáticas que podem ser produzidas no interior de tais relações. O presente texto visa discutir a interação entre o Ocidente e o Oriente a partir da fonte escrita e veículos midiáticos<sup>3</sup>. Visa problematizar os discursos elaborados em épocas distintas para tratar da relação entre ocidentais (neste caso, brasileiros) e orientais (especificamente, os indianos). A partir do conceito de recepção<sup>4</sup> como apropriação cultural arti-

---

<sup>3</sup> Para uma pesquisa sobre as relações entre cultura, mídia e sociedade, com um aporte conceitual nos estudos culturais, ver Kellner (2001).

<sup>4</sup> Sobre este conceito, ver Chartier (2003). A recepção é pensada como processo cultural de significação do ato de ler e construir significados para imagens, textos produzidos no seio de um determinado grupo social. A recepção é marcada pelo processo de ressignificação, construção de sentidos e deslizamentos dos significados.

culamos duas temporalidades distintas tendo como fontes o texto *Filosofia da História* do alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, do século XIX, e a telenovela brasileira *Caminho das Índias* de Glória Perez, exibida no início deste século XXI. Ambas são produções culturais que tematizaram e elaboraram significados para um mesmo objeto: a Índia.

Historicamente, a relação entre orientais (na figura dos hindus e muçulmanos) e ocidentais (representados por britânicos, franceses e portugueses) foi pautada pela lógica da dominação e da subjugação. Tal modelo estendeu-se ao longo do tempo e mesmo não se expressando em práticas de violência, podem ser notadas em formulações teóricas e discursivas nas quais o oriental surge como objeto de dominação e controle.

A Rede Globo de Televisão exibiu em 2009, entre os meses de janeiro a setembro, a telenovela *Caminho das Índias*<sup>5</sup>, escrita pela dramaturga Glória Perez<sup>6</sup>. Esta foi a primeira telenovela brasileira a ganhar

---

<sup>5</sup> A telenovela *Caminho das Índias* foi exibida com um total de 203 capítulos, sendo dirigida por Fred Mayrink, Leonardo Nogueira, Luciano Sabino e Roberto Carminatti, e com direção geral e núcleo de Marcos Schechtman. Para a análise realizada nesse trabalho a obra televisiva foi assistida em sua totalidade.

<sup>6</sup> Glória Maria Rebelo Ferrante nasceu no dia 25 de setembro de 1948, no Rio de Janeiro. cursou Direito e Filosofia na Universidade de Brasília e formou-se em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O início da sua carreira como autora foi na Rede Globo em 1979, ao escrever a sinopse para um episódio do seriado *Malu Mulher* que não chegou a ser gravado, mas alguns anos depois, chamou a atenção de Janete Clair, que a convidou para trabalhar como sua assistente na novela *Eu Prometo* (1983). Com a morte de Janete Clair, Glória teve que terminar de escrever a novela sozinha, contando com a supervisão de Dias Gomes. Trabalhou na TV Manchete em 1987, onde escreveu a novela *Carmem*, cuja trama era ambientada no Rio de Janeiro. Escreveu novelas a exemplo de *Partido Alto* (1984), com Aguinaldo Silva; *De Corpo e Alma*

o prêmio Emmy Internacional, considerado o Oscar da televisão (Cf. Memória Globo). Na época de sua exibição, o Brasil apresentou-se envolvido pela cultura indiana retratada nas cenas da novela e parte da população evidenciou, nas diversas redes sociais e espaços televisivos, que estava encantada pela cultura oriental e que se deixava envolver pelo ritmo das suas canções, pelas cores da sua indumentária, pelos cheiros dos seus incensos e pela atmosfera quase fantasiosa e exótica que a obra produziu. Mas não foi apenas em 2009 que os orientais ganharam espaço na mídia brasileira, pois a partir dos anos 2000 a televisão brasileira passou por um intenso processo de *orientalização*<sup>7</sup>, visto

---

(1992); *Explode Coração* (1995); *Pecado Capital* (1998), adaptado da versão original de Janete Clair; *O Clone* (2001), *América* (2005), *Caminho das Índias* (2009), *Salve Jorge* (2012) e minisséries como *Desejo* (1990); *Hilda Furacão* (1998), baseada no romance homônimo de Roberto Drummond; *Amazônia – De Galvez a Chico Mendes* (2007), baseada nas obras Terra Caída, de José Potyguara, e *O Seringal*, de Miguel Ferrante. Na novela *Explode Coração* (1995) a autora apresentou uma campanha de utilidade pública, em benefício de crianças desaparecidas. No final, 64 crianças foram encontradas por seus pais. Essa iniciativa de promover ações socioeducativas em suas tramas tornou-se uma marca no trabalho da autora que passou a abordar diferentes temáticas como tráfico de mulheres para fins de exploração sexual (*Salve Jorge*, 2012); imigração ilegal para os Estados Unidos, homossexualidade masculina e cleptomania (*América*, 2005); diversidade cultural, esquizofrenia, delinquência juvenil e preconceito racial (*Caminho das Índias*, 2009); clonagem humana, Islamismo e dependência química (*O Clone*, 2001).

<sup>7</sup> A Rede Globo de Televisão liderou esse fenômeno, visto que apresentou, em diversos momentos, sua programação interligada a essa região, que até então estava à margem das pautas televisivas. Uma produção que marcou época e que se tornou um grande sucesso de público e crítica foi a telenovela *O Clone*, exibida em 2001, também de autoria de Glória Perez. Informações extraídas do site Memória Globo. Disponível em: <http://memoriaglobo.com/perfis/talentos/gloria-perez/trajetoria.htm>. Acesso em 08 de nov. 2014.

que algumas obras passaram a ser produzidas a partir de uma ambientação artística e discursiva sobre o Oriente.

Mas antes de tematizar as narrativas que a TV constrói é importante lembrar que ela própria tem sua história. O surgimento das primeiras transmissões televisivas no Brasil remete a década de 1950 quando por iniciativa de Assis Chateaubriand essas foram inauguradas na *TV Tupi*, primeira emissora brasileira. A televisão não se estabeleceu no território nacional de forma imediata, assim como sua programação não apresentava grandes inovações nem uma circulação mais abrangente. Porém, no final do século XX a presença desse aparelho de comunicação nos lares brasileiros se expandiu inclusive nas famílias de baixa renda, o que ressaltou uma espécie de “democratização” desse meio de comunicação (HAMBURGUER, 2011).

Esther Hamburger (2011) afirma que o surgimento das telenovelas no cenário nacional coincide com a realização das primeiras transmissões televisivas. Antes de conhecerem o sucesso no horário das dezoito horas, essas produções já estavam presentes na programação das emissoras desde o início de suas atividades, apesar de não receberem grande atenção e investimentos por parte das cadeias televisivas. As primeiras programações, exibidas durante o período da ditadura civil-militar, passavam pela análise dos setores militares que julgavam o que deveria ou não ser exibido. Nesse contexto, as telenovelas das dezoito horas foram apresentadas como conteúdo ideal para as famílias brasileiras, pensamento partilhado pela sociedade visto que essas logo ascende-

ram à posição de líderes de audiência e tornaram-se a principal programação das emissoras.

A Rede Globo se inseriu nesse tipo de produção na década de 1970 quando passou a utilizar modelos de telenovelas produzidas em outros países da América Latina buscando direcionar o enredo ao público feminino, construindo para as mulheres códigos de comportamento que visavam promover a subjetivação de modelos sociais. Por várias décadas essa emissora se consolidou na produção de telenovelas atraindo o público e abarcando altos índices de audiência. Porém, nas últimas décadas essa programação vem sofrendo com a concorrência da TV a cabo e da Internet, provocando mudanças na forma como essas obras são produzidas, pois o público cada vez mais pode participar e até mesmo interferir no desenvolvimento da trama, considerando-se índice de audiência, maior popularidade ou não de determinados núcleos, personagens e temas. Essas transformações promovem novos reajustes e criam as condições para a emergência de novas representações.

Esther Hamburger (2011) afirma que do ponto de vista do seu formato, as telenovelas são particularizadas por serem obras abertas, pois são produzidas (escritas e gravadas) no momento em que também estão sendo exibidas. As telenovelas são compostas por diferentes núcleos que articulam grupos de personagens na composição do conjunto mais amplo do enredo. Uma alteração importante refere-se ao fato de que com o desenvolvimento da Internet a participação do público se tornou mais direta e isso passou a interferir no próprio formato das histórias, pois ocorre de muitas vezes algumas tramas que inicialmente

exerceriam papel secundário passarem ao primeiro plano da telenovela, ganhando mais espaço, e vice-versa. Essa heterogeneidade e simultaneidade das diferentes histórias diferem de formatos anteriores com menor número de personagens e uma história central dominante durante todo o percurso narrativo. Uma continuidade nesse processo de construção dos formatos das telenovelas consiste na produção de dicotomias e oposições binárias, remetendo muitas vezes a oposições com componentes de classe, gênero, geração e aspectos étnico-raciais, exemplificando-se em pares como tradicional/moderno, pobre/rico, negro/branco, masculino/feminino, entre outros (HAMBUGUER, 1998).

A telenovela *Caminho das Índias* buscou elucidar e romper a distância geográfica e conceitual entre a cultura brasileira e a indiana, pois os diferentes núcleos que compunham o enredo eram compostos por personagens brasileiros e indianos. Porém, pode-se refletir sobre as intencionalidades e implicações que uma abordagem à brasileira da cultura oriental pôde provocar em termos de representação social acerca desse *outro*, que agora estava sendo (re) conhecido, demonstrado e dado a ler pela grande mídia. No que se refere ao enredo, essa telenovela foi marcada por dois movimentos: primeiro buscou formar uma *identidade*<sup>8</sup> *indiana* e, ao mesmo tempo, procurou criar e reforçar a *identidade brasileira*. Para que exista a produção da identidade é necessário que exista a diferença, pois uma constitui a afirmação da outra. Um indivíduo só se afirma como detentor de determinada identidade porque existe outro que se afirma com uma diferente dessa e mesmo em oposição. Assim, só

---

<sup>8</sup> Sobre o conceito de identidade, cf. SILVA (2009).

existe a identidade brasileira porque existem outras identidades como a indiana, chinesa e tantas outras, pois elas se constituem na/pela relação de afirmação da diferença.

Por mais que uma identidade nacional possua alguns laços de semelhanças com outras elas não podem ser classificadas como iguais. Mais importante do que construir uma diferença, a partir da representação da Índia, entre a cultura brasileira e a indiana, é apresentar a própria diferença interna desse país, visto que por mais que as suas regiões tenham características semelhantes, elas apresentam diferenças internas.

Quanto à telenovela a autora produziu um enredo a partir do qual pôde contar uma história de amor entre dois indianos pertencentes a duas *castas* distintas, sendo *Maya* (Juliana Paes) pertencente à casta dos comerciantes, considerada como uma das mais importantes, chamada de *vaixá*, e *Bahuan* (Márcio Garcia) pertencendo à casta dos *párias*, classificada como a pior de todas. Segundo Oliveira (2003) “[...] as castas são grupos sociais fechados, endógamos [...], cujos membros seguem tradicionalmente uma determinada profissão herdada do pai. Um indivíduo nasce numa casta e nela deve permanecer pelo resto da vida” (OLIVEIRA, 2003, p. 122).

O sistema de castas na Índia foi justificado pelo filósofo Hegel (1995) ao afirmar que é impossível existir igualdade na vida pública. Para ele, “[...] no Oriente a subjetividade interior não é reconhecida como autônoma, surgido às diferenças – e a isso se liga o fato de que não é o povo que escolhe, mas as recebe da natureza” (HEGEL, 1995, p.

125). Os indivíduos nascem em castas distintas e desempenham funções e papéis sociais específicos. Esse regime

[...] vigora a mais de 2.600 anos na Índia e tem origem no processo de ocupação dessa região. A primeira distinção desse sistema aconteceu por volta de 600 a.C., quando os arianos foram diferenciados dos habitantes mais antigos e de pele mais escura pelo termo varna, que significa “de cor”. A partir de tal diferenciação, os varnas foram socialmente ordenados de acordo com cada uma das partes do corpo do Brahma, o deus supremo da religião hindu (LYRA & AZEVEDO, 2010, p. 05-06).<sup>9</sup>

O sistema de castas na Índia é um elemento cultural. Tornou-se proibido desde a independência da Índia em 1947, mas na telenovela ele foi apresentado como uma prática oficial. Esse modo de abordar talvez tenha buscado justificar e reforçar a narrativa da autora em construir uma problematização em torno de personagens de castas distintas. Na trama os diferentes papéis sociais desempenhados pelos indivíduos foram demonstrados capítulo a capítulo, articulando um jogo cuja intenção era, no início, narrar a história de um romance impossível entre dois jovens. Sobre o enredo dessa telenovela Kraulich e Capelesso (2009) apontam que a autora

[...] cria uma história em que um sacerdote, um brâmane adota um dalit ainda criança, o que já iria contra todas as tradições do hinduísmo, e quando este se torna adulto relaciona-se com uma mulher de casta, o que torna a história dos dois uma espécie de *A Dama e o Vagabundo* ou *A Bela e a Fera*, em que, por motivo de sua origem, o intocável é visto como inferior à mulher e não pode

---

<sup>9</sup> Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2010/resumos/R22-0047-1.pdf>. Acesso em 12 jun. 2012.

viver o amor que tanto deseja. Embora tenha como objeto a cultura oriental, serve de histórias e enredos muito próximos das narrativas romanciadas [sic] das histórias ocidentais (KRAULICH & CAPELESSO, 2009, p. 122).<sup>10</sup>

Um modelo narrativo ocidental foi usado ou forjado como forma de narrar outro tipo de história, cuja possibilidade de aproximação com a realidade social e cultural do povo retratado deixa lacunas e provoca imagens distantes dos costumes e das crenças que se deseja abordar. A televisão tem a facilidade de estender para uma grande quantidade de pessoas uma série de referências conceituais e culturais. Ela pode dar visibilidade para algum tipo de conhecimento que, por muito tempo e por influência de diversos fatores, ficou circunscrito a um ambiente e espaço.

Todas as noites milhares de telespectadores sentam-se diante do sofá e recebem o conjunto de informações, valores, padrões e modelos que esse meio de comunicação lhes apresenta. Uma novela das nove, considerado o “horário nobre”, ao apresentar uma cultura diferente da qual os brasileiros estão acostumados a ver/assistir certamente lança mão de recursos e táticas que possa prender o público e deixá-lo curioso para ver essa novidade, este *outro*, que está sendo mostrado no folhetim. A abordagem de outra cultura em uma telenovela não é algo pensado aleatoriamente ou sem qualquer planejamento. O interesse do público está voltado para aquilo que é novidade buscando perceber como vivem as “pessoas de outros países, como funciona a sua cultura” e ver a “dife-

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://site.projetoHam.com.br/files/caminhodasindias.pdf> acesso em 14 de jun. 2012.

rença entre o Brasil e outras localidades do globo terrestre, seja estas, cultural, política ou econômica, as vantagens e desvantagens” [...] (LYRA & AZEVEDO, 2010, p. 03)<sup>11</sup>.

Considerando o investimento realizado pela autora para montar uma imagem do oriental como exótico e distante da realidade sociocultural ocidental em que vivemos, pode-se perceber que ela, mesmo sem ter entrado em contato direto com os escritos do filósofo alemão Hegel, assumiu uma postura “semelhante” para tratar do oriental. Objetivando identificar e analisar o processo de apropriação que Glória Perez realizou, de forma indireta faz-se relevante buscar o conceito de *recepção* desenvolvido pelo historiador francês Roger Chartier (2003), cuja contribuição teórica

propõe uma história da leitura que seja uma história dos diferentes modos de apropriações do escrito no tempo e no espaço – seja ele físico ou social –, tomando-se por referência a ideia de que a leitura é uma prática criativa e inventiva (o sentido desejado pelo autor não se inscreve de maneira direta no leitor) resultante do encontro das maneiras de ler e dos protocolos de leitura inscritos no texto (CHARTIER, 2003, p. 13).

O fato de Glória Perez se apropriar de algumas percepções de Hegel não significa que ela tenha simplesmente as reproduzido, pois o processo de recepção é marcado por uma operação de desvio e de re-colocação de noções ao contexto em que busca se inserir as informações lidas. A autora de *Caminho das Índias*, tendo seus próprios objetivos ao

---

<sup>11</sup> Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2010/resumos/R22-0047-1.pdf> acesso em 12 de jun. de 2012 às 21h23.

tratar dos indianos, protagonizou operações diferenciadas daquelas de Hegel para construir significados sobre seu objeto: a Índia. Em *Filosofia da História* Hegel desenvolveu uma série de argumentos ao tratar desse país e defendeu que este espaço estaria destinado ao atraso e ao insucesso. Esse filósofo alemão considerou que a Índia, como a China, era uma formação ao mesmo tempo “antiga e presente, que permaneceu estática e fixa, atingindo o mais perfeito desenvolvimento para dentro de si mesma. Sempre foi a terra dos sonhos, e apresenta-se para nós como uma região milagrosa, como um mundo mágico” (HEGEL, 1995, p. 123).

Segundo Hegel, na Índia os princípios de humanidade existente, em outras nações, para toda a sociedade é substituído pelo princípio de humanidade das castas e essas possuem direitos e deveres específicos. Práticas desse povo, sobretudo dos brâmanes ocorrem por “[...] tal negação da própria existência” (HEGEL, 1995, p. 130). Para ele: “a moral que reside no respeito à vida humana não existe para os hindus” (HEGEL, 1995, p. 130).

Este filósofo acreditava que os hindus sempre foram marcados por conquistas externas e nunca empreenderam nenhuma. Ele afirmou que era “[...] o destino inevitável dos impérios asiáticos serem subjulgados pelos europeus” (HEGEL 1995, p. 125). De acordo com seu pensamento etnocêntrico caberia aos países europeus conquistarem essas nações, pois estaria na natureza desse povo oriental ser conquistado e inferiorizado pelos europeus. A necessidade de considerar o *outro* como inferior se apóia no discurso de supremacia de muitas nações. Sob outro

ponto, ao criticar o politeísmo dos hindus, Hegel utiliza o monoteísmo cristão que crê na encarnação divina em um homem e desvaloriza a crença religiosa na existência de um panteão de deuses e da encarnação em animais. Segundo este autor, isso causa a desvalorização do divino e esse panteísmo seria resultado da imaginação elevada desse povo. “O divino não é individualizado como sujeito, como espírito concreto, mas rebaixado ao nível de vulgaridade e da falta de sentido. Esse é, em geral, o caráter da visão de mundo hindu” (HEGEL, 1995, p. 124).

À classe dos brâmanes recai grande parte da crítica de Hegel que afirmava que esses não possuíam nenhuma função, que estavam isentos de alguns tipos de regulamentação e determinação, como, por exemplo, responder por algum crime. Um brâmane estava, por direito divino, sobreposto a todas as criaturas e por isso deveria sobreviver através de doações públicas e privadas. Na telenovela os brâmanes são constantemente chamados nas residências para opinar em decisões importantes e resolver conflitos. Esses personagens são classificados na telenovela como sacerdotes, apesar de Hegel afirmar que a existência de um povo com sacerdotes puros seria um absurdo (Cf. HEGEL, 1995, p. 128). A existência do sistema de castas devia ocorrer, na lógica hegeliana, baseada no critério de divisão de funções, e não no nascimento. Ocorrendo dessa última forma seria impossível a existência de uma casta denominada como sacerdotal, pois seria necessário que dentro de cada casta existissem indivíduos que desempenhassem todas as funções. Essa nomenclatura só seria possível se as castas fossem baseadas em um critério funcional e não natural.

Apesar de algumas divergências em relação ao pensamento de Hegel nota-se em Glória Perez a confirmação da tese hegeliana de que o Oriente é um mundo de fantasia e de puro exotismo. Suas crenças, valores, aspirações e ensinamentos religiosos são demonstrados na telenovela em um constante contraponto entre nós (brasileiros, ocidentais) e eles (os outros, orientais). O fato de haver distinções entre os discursos de Hegel e o de Glória Perez não inviabiliza que o processo de apropriação seja efetivado, tendo em vista que esse é caracterizado pelo redirecionamento das intenções através de ressignificações de ideias. Tal noção é relevante na medida em que “[...] permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção” (CHARTIER, 2003, p. 136) ao mesmo tempo em que consideramos que esse processo de “[...] aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares” (CHARTIER, 2003, p. 136).

Esse *outro* que o folhetim apresenta é sempre posto em contraponto com um modelo ocidental. É na dicotomia e no contraponto com os *de cá* que ele parece ganhar sentido. Embora a trama tenha conquistado uma boa repercussão, surgiram também algumas críticas ao modelo de abordagem adotado pela autora. O modo como o mundo oriental é construído discursivamente na obra televisiva não põe em evidência a multiplicidade de fatores sociais que constitui a identidade daquele povo, o que pode ter como efeito uma essencialização da identidade cultural, ao passo que o mesmo movimento não ocorreu ao retratar o Brasil. March e Hoff (2010) afirmam que:

Isso se mostrou possível pois as imagens selecionadas pelos profissionais responsáveis pela produção da obra eram verdadeiras representações do que nós, brasileiros, entendíamos por Índia. Caso fossem apresentadas cenas de aspectos tradicionais indianos, mas que não possuísem associação direta a nação oriental por parte da população brasileira, poucos seriam aqueles que saberiam determinar a origem daquele país, com características tão “desconhecidas”. Dessa forma, pode-se inferir que as imagens veiculadas pela telenovela, não se configuram como a verdadeira identidade cultural do povo indiano, mas sim representam a imagem que nós, brasileiros, possuímos deles (MARCH & HOFF, 2010, p. 10).

A autora busca evidenciar o aspecto religioso e filosófico no contraponto com o modelo cristão. Ela escreveu capítulos obstinadamente interessados em mostrar como são os rituais de passagem, as crenças, a religiosidade, a ideia de divindade que eles têm. Enfim, tudo isso ancorado na lógica do exótico, daquilo que chama a atenção pelo espanto que provoca e não por sua própria lógica interna de organização. Foram elaboradas duas espacialidades distintas, sendo uma consideravelmente nova, enquanto a outra já é conhecida de longa data nas letras de samba e nas outras atrações exibidas na programação da emissora. A finalidade disso pode ser compreendida como a intenção de reforçar uma imagem brasileira já muito usada na mídia (e com isso manter um público certo), ao mesmo tempo em que uma nova identidade/imagem é demonstrada e apresentada ao grande público.

Edward Said (2007) desenvolve a ideia de que a forma como o oriental foi tratado, abordado, (re) conhecido e comentado pelo Ocidente ao longo do tempo esteve historicamente vinculada a uma série de discursos, atitudes e modelos compreensivos pensados pelos ocidentais

para abordar esse *outro*, o oriental. O Orientalismo “[...] é um estilo de pensamento baseado na distinção ontológica e epistemológica feita entre ‘orientes’ e (na maior parte do tempo) o ‘ocidente’ [...]”, que pode ser analisado como uma espécie de instituição autorizada a lidar com o Oriente, “fazendo e corroborando afirmações ao seu respeito, descrevendo-o”, o que tem como efeito o fato de que é “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 29). Mas não se deve concluir daí que “[...] o orientalismo determina unilateralmente o que pode ser dito sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 30), mas que sempre que este for posto em pauta os interesses do Orientalismo, indubitavelmente, estarão presentes. Nesse sentido o Orientalismo

[...] não é uma visionária fantasia europeia [sic] sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material. O investimento continuado criou o orientalismo como um *sistema de conhecimento sobre o Oriente*. Uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental, assim como o mesmo investimento multiplicou na verdade, tornou verdadeiramente produtiva as afirmações transitando o orientalismo para a cultura geral (SAID, 2007, p. 33-34, grifo nosso).

Said ressalta a importância da produção do Oriente sobre o mesmo, diferente da afirmação de Hegel que “[...] praticamente tudo o que se sabe da história dos hindus foi divulgado por estrangeiros, e a literatura local só fornece dados incertos” (HEGEL, 1995, p. 141). O que leva a crer que os europeus são os responsáveis pelos registros verídicos sobre essa nação, afirmando que esse povo, os hindus, são responsáveis

por construir relatos falsos, o que comprova que não se pode afirmar que entre eles exista “[...] verdade histórica e veracidade, abordagem sensata e razoável dos fatos e fidelidade na apresentação” (HEGEL, 1995, p. 140).

O mundo eletrônico pós-moderno para Said serve para reforçar os estereótipos e preconceitos com relação ao Oriente. Isso se constitui através de três coisas que têm efetiva contribuição nesse processo. Em primeiro lugar ele destaca a questão do “[...] preconceito popular contra os árabes e o Islã no Ocidente” (SAID, 2007, p. 58); em segundo lugar aponta que “[...] a luta entre os árabes e o sionismo israelense, e seus efeitos sobre os judeus americanos, bem como sobre a cultura liberal e a população em geral” (Id., *ibid.*, p. 58) reforçam uma visão do oriental como violento, tendo em vista que a mídia (ocidental) apropria-se disso ao seu favor. Em terceiro lugar ele indica que “[...] a quase total ausência de qualquer posição cultural que possibilite a identificação com os árabes e Islã ou um discussão imparcial a seu respeito” (Id., *ibid.* p. 58) favorece o distanciamento e a dicotomia entre os de cá (ocidentais) e os de lá (não ocidentais).

A Antropologia fornece o conceito de *relativismo cultural* que possibilita refletir sobre a relação entre as culturas tendo em vista que “[...] é um princípio que permite ao observador ter uma visão objetiva das culturas, cujos padrões e valores são tidos como próprios e convenientes aos seus integrantes” (MARCONI & PRESOTTO, 1998, p. 38). Nesse sentido é possível compreender a diversidade cultural levando em consideração que:

[...] cada grupo humano [possui] seus valores definidos, suas exclusivas normas de conduta e suas próprias reações psicológicas aos fenômenos do cotidiano; e também suas convenções relativas ao bem e mal, ao moral e imoral, ao belo e feio, ao certo e errado, ao justo e injusto, etc. [...]. A relatividade cultural ensina que uma cultura deve ser compreendida e avaliada dentro dos seus próprios moldes e padrões, mesmo que estes pareçam estranhos e exóticos (MARCONI & PRESOTTO, 1998, p. 38).

Através do exercício do relativismo cultural seria possível construir novas formas de interação entre os grupos sociais e as sociedades tendo em vista que a diferença não seria mais entendida como sinônimo de desigualdade, mas como forma digna de valorização. É necessário um investimento maior no sentido de que os diferentes sujeitos sejam compreendidos em termos políticos como equivalentes e portadores dos mesmos direitos de expressão e convivência social. Contudo, tendo em vista a postura etnocêntrica com que os países ocidentais têm lidado com os orientais ao longo dos séculos, podemos dizer que tal empreitada é complexa e desafiadora, considerando-se os diversos interesses ideológicos e políticos em jogo.

A obra de Hegel pode ser caracterizada também pelo seu *etnocentrismo*, pois Hegel elabora uma série de argumentações e eixos explicativos para significar o oriental a partir dos valores morais da sua sociedade, a Prússia. Um efeito disso é a construção de uma imagem da sociedade indiana que não corresponde ao modelo de progresso e desenvolvimento que ele tem como referência. Rocha (1988) nos faz pensar sobre a construção desse conceito e como ele pode ser compreendido e usado no campo das Ciências Humanas. Trata-se de

[...] uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a *difficuldade de pensarmos a diferença*; no plano afetivo, como o sentimento de estranheza, medo, hostilidade, etc. (ROCHA, 1988, p. 07, grifos nossos).

A distinção ontológica que se constrói e se opera para definir o oriental e o ocidental é feita com base na insistência de uma incompatibilidade entre ambos. Essa afirmação pode ser compreendida como a reiteração da distância geográfica e política entre o Ocidente e o Oriente, gerando ainda mais resistências para o contato entre estes. Esta reflexão é feita também por Gasparotto e Batista (2009) ao afirmarem que no modo como a obra de Glória Perez tratou a religião e a cultura destaca-se muito a alegoria e afirma a ideia de um suposto exotismo indiano. “Há o uso e o abuso da cultura do ‘diferente’, sendo enfatizada a incompatibilidade dos costumes orientais e ocidentais” (GASPAROTTO & BATISTA, 2009, p. 01).<sup>12</sup>

A telenovela teve grande repercussão na época em que foi exibida e muitas matérias produzidas por jornalistas tematizaram essa produção. Analisaremos aqui dois textos<sup>13</sup> que demonstram como a mídia reagiu

---

<sup>12</sup> Disponível em <http://site.projetoam.com.br/files/caminhodasindias.pdf> . Acesso em 14 de jun. 2012.

<sup>13</sup> Os textos foram escolhidos de acordo com os objetivos a que esse trabalho se propõe. Ambos lançam críticas sobre a forma como a telenovela abordou a relação entre ocidentais e orientais e nos possibilitam pensar a posição de um jornalista da mesma emissora que produziu e exibiu a obra televisiva e de outro que analisa os recursos tecnológicos utilizados pela Rede Globo que “falsificariam” a representação da Índia em seus capítulos. Como este texto visa proble-

ao tipo de abordagem que a trama fez da Índia. A primeira matéria, de autoria do jornalista Flávio Ricco, é intitulada *Uma análise surpreendente de "Caminho das Índias"* e aborda o posicionamento de um dos jornalistas (correspondentes internacionais) da TV Globo sobre a novela de Glória Perez. A matéria diz:

De passagem pelo Brasil, o correspondente da Globo na Inglaterra, Marcos Losekann, concedeu ontem entrevista a Ana Maria Braga [...]. "Caminho das Índias" entrou no final da conversa. E usando de rara e surpreendente sinceridade, ele comentou os exageros cometidos pela sua produção (RICCO, 2009).<sup>14</sup>

O fato do jornalista retratado na matéria ser funcionário da mesma empresa em que a telenovela foi produzida causa espanto ao constar na matéria os termos *surpreendente sinceridade*. Posteriormente, a matéria conta que o jornalista havia reunido em sua casa um “[...] grupo de indianos para assistir a novela e foram muitas as críticas, principalmente aos figurinos dos personagens. Várias daquelas roupas são usadas apenas em festas. E isso sem contar o exagero em algumas interpretações” (RICCO, 2009).<sup>15</sup>

Ao mesmo tempo em que houve um forte apelo da trama em afirmar um determinado tipo de significado e identidade para a cultura retratada, houve também outros tipos de discursos que foram produzidos

---

matizar diferentes formas de compor as representações na sociedade, a partir destas fontes tem-se a possibilidade de identificar e refletir sobre os diferentes interesses, estratégias e lugares de produção das representações.

<sup>14</sup> Publicada no dia 28/05/2009 em <http://televisao.uol.com.br/colunas/flavio-ricco/2009/05/28/ult7278u8.jhtm>. Acesso em 04 de jul. 2012.

<sup>15</sup> Publicada no dia 28/05/2009 em <http://televisao.uol.com.br/colunas/flavio-ricco/2009/05/28/ult7278u8.jhtm>. Acesso em 04 de jul. 2012.

e que, contrariamente ao exposto na trama, apontavam as limitações e os erros cometidos por tal abordagem<sup>16</sup>. Na fala do jornalista fica claro que a própria comunidade indiana, representada por seus amigos com quem assistiu à telenovela, não se sentiu representada na obra televisiva.

A imagem produzida divergiu enormemente da realidade vivida por este povo. Consideramos que “[...] para muitas pessoas aquela cultura é bem interessante, e a forma como eles percebem essa nova cultura apresentada na TV é a forma que eles realmente acreditam que seja na realidade do cotidiano daquele país” (LYRA & AZEVEDO, 2010, p. 08)<sup>17</sup>. Contudo, a contribuição de outros discursos que ocupam outros lugares na mídia tem a função de reduzir a influência das distorções e mostrar outros lados de uma abordagem cultural. Isso evidencia aquilo que Chartier (2003) chama de “luta de representações”, pois cada grupo social forja imagens e identidades dos sujeitos e coletividades a partir de seus interesses e lugares sociais. Outra matéria divulgada e que também teve como objetivo fazer um contraponto com o que a telenovela de Glória Perez buscou retratar é de autoria de Douglas Prado, que afirma ser professor e palestrante nas áreas de Administração, Comunicação e Marketing. Sua matéria é intitulada *Crítica à novela Caminho das Índias da Rede Globo*. Ele inicia seu artigo desta forma:

---

<sup>16</sup> Na fala do jornalista fica claro que a própria comunidade indiana, representada por seus amigos com quem assistiu à telenovela, não se sentiu retratada na obra.

<sup>17</sup> Disponível em

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2010/resumos/R22-0047-1.pdf> acesso em 12 de jun. 2012.

Recentemente recebi um e-mail intitulado: O verdadeiro caminho das Índias que a Globo não mostra: cenas chocantes. Trata-se de um alerta sobre o que é retratado na novela, e sobre as discrepâncias das informações transmitidas com a realidade da Índia. O e-mail traz fotos de vários corpos boiando no mesmo rio em que crianças tomam banho e bebem água na Índia (PRADO, 2009).<sup>18</sup>

Há certo grau de revolta diante da quantidade de informações distorcidas apresentadas pela telenovela em questão. Posteriormente, Douglas desenvolve seu texto dizendo que:

O rio onde são gravadas algumas cenas da novela representa o Rio Ganges, que é sagrado para os hindus. Nesse rio os hindus tomam banho, fazem rituais, lavam os rostos, as roupas e lançam os corpos dos mortos sendo cremados em cima de balsas de madeira. As pessoas mais pobres, que são a maioria, não podem comprar madeira suficiente para queimar os corpos de seus mortos, sobrando assim os restos mortais dos mesmos que ficam boiando pelo rio. As vacas são consideradas sagradas, e por isso quando morrem, também são jogadas no rio. *A rede Globo, obviamente nunca iria mostrar um lugar como esse.* Como o mundo deve ser representado de forma bela pelas novelas globais, o Projac foi adaptado para que um falso rio Ganges pudesse ser filmado. Como? Eles fizeram uma escadaria, uma piscina e um Chroma Key ao fundo que o computador coloca efeitos da paisagem (PRADO, 2009, grifos nossos).<sup>19</sup>

Através de recursos tecnológicos sofisticados a emissora conseguiu produzir um tipo de cenário que se distancia da realidade social do povo retratado. Ao afirmar que “a rede Globo, obviamente nunca iria mostrar um lugar como esse” o autor busca dizer que a abordagem feita por um veículo de comunicação é sempre interessada, sendo operada

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.melhoracadadia.com/2009/03/critica-novela-caminho-das-indias-da.html>. Acesso em 04 de jul. de 2012 às 16h43min.

<sup>19</sup> Confira a nota 18.

através de seleções, regras de elaboração e recortes factuais que fabricam uma representação.

Sobre o processo de construção da representação, Chartier (1990) afirma que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

A abordagem de culturas e povos por meios de comunicação é possível através de uma relação de interesses que, indubitavelmente, institui uma relação de poder. A escrita de Glória Perez foi elaborada a partir da articulação de diferentes interesses e dentro de condições de possibilidade historicamente situadas. O discurso é produzido a partir de regras que o delimitam, circunscrevem, interditam ou autorizam sua veiculação. Por essa razão muitos elementos da cultura e da sociedade indiana não foram exibidos pelo fato de não se alinharem aos objetivos e escolhas feitas pela autora e emissora.

Neste texto problematizamos a tensa relação construída ao longo do tempo, bem como a formação de uma polaridade, entre orientais e ocidentais tendo como efeito a produção de representações do *outro* nesse processo. O texto visou contribuir para o fomento de discussões que tematizem a relação entre conhecimento histórico e teledramaturgia, bem como assuntos como o multiculturalismo e as relações de poder presentes na construção social das representações. A telenovela é um

produto cultural e pode ser objeto de análise histórica na medida em que o historiador a compreenda como um produto midiático que faz circular representações dotadas de interesses e vontades de verdade. É preciso que o historiador atente ainda para as responsabilidades e as conotações de caráter ético, social e cultural que uma obra desse tipo pode desempenhar na construção do pensamento acerca de culturas e povos diferentes dos que constituem a chamada *identidade brasileira*.

### Fontes

DOUGLAS PRADO. “*Crítica à novela Caminho das Índias da Rede Globo*”. Publicada em 03/2009. Disponível em <http://www.melhoracadadia.com/2009/03/critica-novela-caminho-das-indias-da.html> acesso em 04 de jul. de 2012 às 16h43min.

FLAVIO RICCO. *Uma análise surpreendente de "Caminho das Índias"*. UOL Entretenimento/Televisão. Coluna do Flávio Ricco. Publicada no dia 28/05/2009 em <http://televisao.uol.com.br/colunas/flavio-ricco/2009/05/28/ult7278u8.jhtm> acesso em 04 de jul. de 2012 às 18h54min.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

ZIMMER, Heinrich. *Filosofias da Índia*. 4ª edição, São Paulo: Palas Athena Editora, 2008.

### Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Tradução: Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, Mercado de Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A, 1990.

GASPAROTTO, Alessandra & BATISTA, Alexandre Blankl. *Qual o Caminho das Índias?* (Artigo publicado em 2009). Disponível em <http://site.projetoham.com.br/files/caminhodasindias.pdf> acesso em 14 de jun. de 2012 às 22h53.

HAMBURGUER, Esther. Telenovelas e interpretações do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, 82: 61-83, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a04n82.pdf> acesso em 08 de nov. de 2014.

HAMBURGUER, Esther. Diluindo Fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia (Org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4, p. 440-487.

KELLNER, Douglas. *Cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru,SP: EDUSC, 2001.

KRAULICH, Karen Loraine & CAPELESSO, Karen Renata. *O hinduísmo*. Disponível em: <http://site.projetoham.com.br/files/caminhodasindias.pdf>. Acesso em 14 de jun. de 2012.

LYRA, Aliene Cacau de Souza & AZEVEDO, Luiza Elayne. *Telenovelas Brasileiras: A realidade Imitando a Ficção*. In: Congresso de Ciências da Comunicação, IX, 2010, Rio Branco. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2010/resumos/R22-0047-1.pdf> acesso em 12 de jun. de 2012 às 21h23.

MARCONI, Maria de Andrade & PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1998.

MARCH, Caio Fávero & HOFF, Tânia Márcia Cezar. *As representações identitárias e o multiculturalismo na telenovela Caminho das Índias*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXIII, 2010, Caxias do Sul.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo?* São Paulo: Brasiliense, 1988.

Recebido em: 21/05/2014

Aceito em: 08/12/2014

## OBJETIVOS E REALIZAÇÕES DE ANNA KOMNENA A PARTIR DA OBRA *ALEXÍADA* (SÉCULOS XI E XII)

### GOALS AND ACHIEVEMENTS OF ANNA KOMNENE IN *THE ALEXIAD* (11<sup>TH</sup> AND 12<sup>TH</sup> CENTURIES)

*Bárbara Letícia Chimentão*<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho se propõe a analisar a obra *Alexíada* escrita em 1148 por Anna Komnena (1083-1153). A autora relata os feitos de seu pai, o imperador bizantino Aleixo I Comneno (1081-1118) que governou em um contexto de constantes batalhas. A situação política do império bem como a biografia da princesa serão apresentadas a partir da análise da bibliografia pesquisada e das informações contidas na fonte. Objetivamos entender quais foram os recursos utilizados pela princesa ao escrever seu discurso e que objetivos possuía ao compô-lo. A trajetória da autora auxilia nessa reflexão, tornando possível traçar paralelos entre seu discurso laudatório à figura do pai e seu desejo de se tornar imperatriz. Além disso, é possível constatar sua erudição; a princesa foi uma grande estudiosa da literatura Clássica e se apresentou como uma historiadora, questão que é debatida pela historiografia contemporânea.

**Palavras-chave:** Império Bizantino; *Alexíada*; Anna Komnena.

**Abstract:** This study aims to analyze *The Alexiad* written in 1148 by Anna Komnene. The author relates the deeds of her father, the Byzantine emperor Alexius I Komnene (1081-1118), who ruled in a context of constant battles. The political situation of the empire and the princess' biography will be presented based on the analysis made from the researched bibliography and based on the information from the textual source. We aim to understand what were the resources used by the princess to write her speech and what were her goals in composing it. The

---

<sup>1</sup> Estudante do 7º período de História - Bacharelado e licenciatura na UFPR. Bolsista de Iniciação Científica, projeto orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcella Lopes Guimarães.

trajectory of the author helps in this reflection, making it possible to draw parallels between her laudatory speech to the father figure and her desire to become empress. In addition, it determines her erudition; the princess was a great scholar of Classical literature and introduced herself as a historian – a point that is discussed by contemporary historiography.

**Keywords:** Byzantine Empire; Alexiad; Anna Komnene.

### Introdução

A obra *Alexíada*, escrita por Anna Comnena, filha do imperador Aleixo I Comneno (1081-1118), é concebida como uma importante fonte sobre o Império Bizantino. Quem iniciou a escrita da obra foi o esposo de Anna – Nicéforo Briênio – a mando da mãe da princesa – Irene Ducas – que desejava registrar os feitos de Aleixo I Comneno. Briênio escreveu os fatos ocorridos entre os anos de 1071 e 1079. Porém, seu falecimento em 1137 interrompe a escrita da obra o que impulsionou Anna a dar continuidade a essa narrativa. A obra apresenta acontecimentos desde o ano de 1069, quando Aleixo era ainda um jovem de 14 anos, passando pela sua ascensão ao trono em 1081, e até sua morte em 1118, quando é sucedido pelo filho João II Comneno.

Inicialmente serão apresentados temas indispensáveis para a compreensão dessa narrativa, como o contexto do século XI, a biografia de Anna Comnena e sua posição como erudita e mulher na sociedade bizantina. É preciso lembrar que Anna Comnena não escreve apenas os feitos de um imperador, mas as obras de seu pai, daquele de quem poderia ter herdado o trono imperial. Portanto, é preciso entender primeiramente quem foi Anna Comnena e como ela atua nesse contexto a fim de

fazer uma leitura crítica de seu texto, pois para evocar as intenções de uma personagem histórica que viveu há mais de novecentos anos é necessário não apenas analisar sua produção escrita, mas também retomar suas relações com aqueles que conviveram com ela ou fizeram parte de suas lembranças.

Em seguida, serão discutidos alguns aspectos historiográficos contemporâneos sobre a obra para que se possa refletir sobre os possíveis objetivos que a autora possuía com a composição de sua obra e a maneira pela qual a historiografia interpreta o fato da princesa se denominar uma historiadora.

### **O Império Bizantino no século XI**

Uma forte disputa de poder entre burocratas (civis) e generais das províncias (militares) abalava as estruturas de poder do Império Bizantino. O desenvolvimento do sistema das *themes*<sup>2</sup> e os sucessos das armas bizantinas nos séculos X e XI deram poder a classe dos militares que buscou neutralizar a hegemonia dos burocratas. Tais abalos políticos somados à diminuição da incidência de leis restritivas à aquisição de terras aos aristocratas das províncias possibilitam que estes “cresçam em silêncio” e comecem a alcançar um papel preponderante, marcando o avanço bizantino ao Oriente. Diversas famílias originaram-se desses grupos provinciais, entre elas a família dos Comnenos que se desenvol-

---

<sup>2</sup> Sistema de *themes*: também denominado de *temas*, refere-se às divisões administrativas que organizaram o Império Bizantino desde o século VII. Esses territórios originaram-se a partir de acampamentos do exército bizantino que se organizavam na proteção das fronteiras.

veu na aldeia de Comné, nos arredores de Andrinopla, adquirindo grandes propriedades na Ásia Menor, próximo a Kastemon (atual Kastamuni) (WALTER, 1970: 65-69; VRYONIS, 1980: 128-129).

A batalha de Manzikert, em 1071, foi a causa da migração de tais famílias da aristocracia provincial da Ásia Menor, onde detinham poder, em direção a Constantinopla. Tal migração ocorreu devido à derrota do exército bizantino frente aos turcos seldjúcidas que aos poucos ocuparam a Ásia Menor. Diversas dessas famílias migrantes buscaram manter seu poder ao se estabelecerem em Constantinopla, porém, apenas a família dos Comnenos, na figura de Aleixo Comneno, através de um golpe que depôs o imperador Nicéforo III Botaniates, alcança o poder imperial.

Aleixo I inicia seu governo repleto de enfrentamentos para proteger suas fronteiras. De acordo com o historiador Steven Runciman, os dois imperadores que o antecederam – Miguel VII e Nicéforo III Botaniates – utilizaram-se dos turcos como mercenários, isso deu livre acesso a esse grupo às terras bizantinas. A vulnerabilidade das terras da Ásia Menor facilitou o alojamento dos turcos que fundaram Estados independentes na região sem o consentimento imperial (RUNCIMAN, 1954: 67-68).

Aleixo I experimentou diversos dissabores em suas relações com os normandos da Sicília. Os normandos almejavam conquistar a fértil região de Tessalônica. Seu líder, Roberto Guiscardo, invade a costa de Dirráquio em 1081. O imperador precisava de reforços, o exército bizantino estava fragilizado, então busca apoio dos turcos do Oriente e,

em especial, dos venezianos que também temiam o avanço normando, pois Guiscardo intentava dominar ambas as margens da entrada do Adriático o que significava perda de poder marítimo veneziano (VRYONIS, 1980: 144; WALTER, 1970: 127). Em troca de apoio militar, Aleixo I garantiu privilégios comerciais aos venezianos: os mercadores poderiam comprar e vender em todo o território bizantino sem ter que pagar impostos alfandegários ou pelo estacionamento e descarga de suas embarcações. Reservam-lhes cais particulares e ainda um bairro especial em Constantinopla (WALTER, 1970: 128-129). Vryonis considera que tais medidas foram prejudiciais para os bizantinos, pois o comércio de transportes transitou das mãos dos gregos para os venezianos, além dos cofres do Estado deixarem de receber o produto do negócio mais lucrativo do império (VRYONIS, 1980: 150).

Os cofres imperiais estavam vazios, então, além da ajuda dos venezianos, Aleixo precisou confiscar os bens da Igreja para conseguir recursos a fim de combater os normandos. A Igreja era um departamento do Estado, o imperador possuía poder sobre ela, de tal forma que permitiu que até mesmo objetos de ouro presentes nos templos fossem fundidos para formar parte do tesouro (RUNCIMAN, 1961: 85).

Em 1082, após diversos enfrentamentos, Guiscardo é forçado a regressar à Itália, o que significou uma pequena pausa nas batalhas. No entanto, os problemas com os normandos não haviam cessado. Mesmo com a morte de Roberto Guiscardo em 1085, seu filho Boemundo de Tarento dá continuidade às batalhas e consegue derrotar duas vezes os bizantinos que tiveram que pedir ajuda a venezianos e turcos. Conse-

guindo derrotá-lo somente em 1108, Aleixo I impõe ao normando um tratado humilhante – o Tratado de Devol – que impôs a Bohemundo receber Antioquia como feudo doado por Aleixo, e tornar-se um vassalo do imperador (DIEHL, 1961: 172; RUNCIMAN, 1954: 74).

Outro foco de conflito eram os petchenegues. Por volta de 1086, aliados ao emir turco de Esmirna, os petchenegus instalaram-se no Danúbio e nos Bálcãs onde resistiram a todas as tentativas de aculturação e cristianização. Porém, com o auxílio dos cumanos, o imperador conseguiu exterminar essa tribo nômade (RUNCIMAN, 1954: 74; VRYONIS, 1980: 144).

Segundo o historiador Louis Bréhier, entre 1081-1095, às vésperas das cruzadas, Aleixo I consegue conter a desagregação do império. Desiste de recuperar a Itália e busca novas estratégias para reconquistar a Ásia Menor. Internamente, com o intuito de manter o apoio do partido militar (que o elevou ao poder) cria novas dignidades e títulos, muitos dos quais foram oferecidos a seus parentes (BRÉHIER, 1955: 258).

Mesmo contendo as ameaças externas, Aleixo I possuía poucos soldados, pois os centros de recrutamento na Anatólia estavam desorganizados devido à presença dos turcos seldjúcidas. O imperador dependia de mercenários. Sua política com o Ocidente poderia lhe ser útil para recrutá-los. Em razão disso, em 1095, envia alguns de seus ministros ao primeiro grande concílio do pontificado do papa Urbano II. O pontífice estava disposto a disponibilizar homens a Aleixo I, porquanto seu programa previa canalizar as forças dos cavaleiros longe de suas terras e

persuadi-los a reconquistar Jerusalém por um “dever cristão” (RUNCIMAN, 1954: 102).

A historiadora Fátima Fernandes argumenta que Aleixo I recebeu os ocidentais de maneira desconfiada, principalmente porque entre eles encontravam-se os normandos que, como citado, haviam empreendido invasões aos territórios bizantinos. Mesmo com tal desconfiança o imperador consegue, inicialmente, um juramento de fidelidade dos cavaleiros, que recuperam alguns territórios que estavam em mãos dos seldjúcidas e os devolvem ao imperador. Porém, muitos desses cavaleiros ambicionavam Constantinopla tanto quanto o Santo Sepulcro o que gerou disputas dentro da Cristandade (FERNANDES, 2006: 112-113).

Outro conflito perturbador ao poder imperial, mas que nesse caso resultou na afirmação de Aleixo I como defensor da ortodoxia, foi o enfrentamento dos hereges bogomiles. A heresia era um crime contra o Estado, quem punia esse crime, portanto, era o imperador, não o patriarca. As punições eram severas, mas só eram impostas contra os que eram politicamente perigosos. Tal foi o caso dos bogomiles, grupo que pregava a desobediência ao Estado. Aleixo I julga-os em praça pública e manda executar seu líder – Basílio – instalado na capital (RUNCIMAN, 1961: 104).

### **O nascimento de Anna Comnena**

A partir da leitura da fonte grande parte da vida de Anna Comnena pode ser examinada, uma vez que a autora mescla aos relatos sobre os feitos de seu pai, dados autobiográficos. Algumas informações sobre

a vida da princesa que não constam na *Alexíada* foram escritas pelo historiador bizantino Niceta Coniata (c.1150- c.1217) que viveu na corte no contexto da Quarta Cruzada (1202-1204) (MARINELLA, 2004).

Anna relata seu nascimento como um acontecimento maravilhoso, pois era a filha primogênita dos imperadores. Segundo a princesa, sua mãe, Irene Ducas, fez um sinal da cruz sobre o ventre pedindo à filha que esperasse para nascer até que seu pai retornasse. Aleixo I, já imperador, encontrava-se fora de Constantinopla, em batalha contra o normando Roberto Guiscardo. Dois dias depois do pedido da mãe (02/12/1083), quando Aleixo já se encontrava em Constantinopla, Anna vem ao mundo. A autora ressalta que nascera muito parecida com o pai. A realização do pedido de Irene é justificada pela princesa como prova do carinho que sempre teve pelos pais (COMNENA, VI, VIII, 1-3).

Anna Comnena exalta o fato de ter nascido na Sala Púrpura e ser, portanto, *porfirogênita*. O termo *porfirogênito* tem origens no governo de Leão III que, buscando reforçar a ideia de uma dinastia imperial, cria o termo para legitimar o poder de seu filho Constantino V. O termo passa a ser um privilégio concedido a crianças que nasciam enquanto o pai fosse imperador (FEATHERSTONE, 2008: 505). Segundo Runciman “O sobrenome de Porfirogênito, dado aos filhos da imperatriz, cujos partos ocorriam sempre na Câmara Púrpura do palácio, aparentemente não significava uma posição oficial, embora seu prestígio fosse enorme” (RUNCIMAN, 1961: 69).

Poucos dias depois de nascer, Anna torna-se noiva de Constantino Ducas aristocrata descendente de imperadores: filho de Miguel VII

(1071-1078) e neto de Constantino X (1059-1067). Aleixo I, através de um tratado, garante os direitos de Constantino Ducas, associa-o ao trono de Constantinopla e eleva-o como legítimo herdeiro do trono. Assim, o casamento de Anna e Constantino Ducas tinha a função de colocar o casal, futuramente, no trono bizantino. Destarte, Anna foi educada para se tornar uma futura imperatriz. Contudo, seu irmão João Comneno nasce (entre 31/ago/1088 e 01/set/1087) quando a princesa possuía cinco anos de idade, tomando a frente na sucessão imperial. Rolando coloca como ponto de destaque na vida de Anna Comneno sua frustração por não ter alcançado o trono imperial, a princesa reservou grande ódio a seu irmão João II Comneno (ROLANDO, 1989: 11).

Para maior desilusão da filha de Aleixo I, Constantino Ducas morre em 1094. Então, em 1097 ou 1099, Anna se casou com Nicéforo Briênio, descendente de um antigo pretendente ao trono e rival de Aleixo I: Nicéforo Botaniates. Conforme explica Rolando:

A eleição deste homem como marido de Anna demonstrava claramente que a *porfirogênita* havia passado de herdeira do trono a sujeito de um papel mais de acordo com o que se esperava de uma mulher dessa alcunha em Bizâncio, isto é, uma peça a mais que mover no jogo da diplomacia, já que estas medidas desejavam atrair o setor que sustentou a família Briênio em seus planos para alcançar o mando do império<sup>3</sup> (ROLANDO, 1989: 14).

---

<sup>3</sup> “La elección de este hombre como marido de Anna demonstraba claramente que la porfirogéneta había pasado de ser heredera del trono a sujeto de un papel más acorde con lo que esperaba de esta alcurnia en Bizancio, esto es, una pieza más que mover el juego de la diplomacia, ya que con estas medidas se deseaba atraer el sector que sustentó a la familia Briênio en sus planes para alcanzar el mando del império”. [Trad. Nossa]

Anna vive com a família no palácio de Blaquernes até a morte do pai, quando intrigas familiares mudam o percurso dessa princesa (FEATHERSTONE, 2008: 509).

## **Educação**

Anna Comnena apresenta ao longo de sua obra, em especial em seu próêmio, o fato de ter grande erudição em razão de seus estudos. O acesso a tais saberes foi facilitado por sua posição social, pois nem todos os bizantinos possuíam tais oportunidades de estudo.

Até os seis anos de idade a educação recebida pelos meninos provinha de sua mãe. Após essa idade, caso a família tivesse condições, a criança era confiada a um mestre-escola com o qual aprendia a ler, escrever e recebia as primeiras noções de gramática – denominada por Runciman como “helenização da língua” (processo que durava de 2 a 3 anos). Esse era o máximo de educação recebida pela maioria. Contudo, caso os pais desejassem que o filho continuasse os estudos, pelos 14 anos, o aluno passava à Retórica, sendo iniciado no ensino secundário em que melhorava a ortografia e aprendia sobre autores clássicos, principalmente Homero. Runciman explica que os alunos decoravam obras de Homero: “o resultado é que todo bizantino era capaz de reconhecer uma citação de Homero. Anna Comnena, que emprega sessenta e seis na sua *Alexíada*, raras vezes acrescenta ‘como diz Homero’ era inteiramente desnecessário”. O método consistia em recitar um texto e o mestre corrigia a pronúncia, explicava metáforas e gramática. Após os estudos

o aluno poderia seguir, de acordo com a condição da família, trabalhando como artesão, comerciante, militar ou firmar bom casamento (RUNCIMAN, 1961: 173-178; WALTER, 1970: 157-158).

Depois da Retórica, vinham a Filosofia e as quatro artes – a Aritmética, a Geometria, a Música e a Astronomia. O Direito, a medicina e a Física podiam ser acrescentados. Os bizantinos tinham a ideia que as ciências exatas deviam ser estudadas como preparação para a Filosofia. As ciências exatas eram classificadas de acordo com o *Quadrivium*: aritmética, geometria, música e astronomia. O *trivium* consistia nos estudos de gramática, lógica e retórica. As disciplinas que não se enquadravam nessa classificação, como a História Natural, a Física, a Química, recebiam a denominação geral de Física (GIORDANI, 1968: 265).

Runciman afirma que em nenhum ponto da história bizantina ocorre menção a escolas femininas, portanto, supõe que as moças das classes mais abastadas recebiam uma educação semelhante a de seus irmãos, todavia através de professores particulares em casa. No caso das moças de classe média não passavam da alfabetização (RUNCIMAN, 1961: 178). Para Alice-Mary Talbot, as meninas tinham poucas possibilidades no campo da instrução, um dos meios de instrução eram os mosteiros onde as órfãs e as noviças mais novas que pensavam em tomar votos recebiam lições de tipo mais regular. A autora explica que de modo geral as meninas bizantinas aprendiam apenas a ler e escrever, decorar os Salmos e estudar as escrituras, todavia, algumas mulheres pertencentes à aristocracia tinham a possibilidade de continuar os estudos desenvolvendo seu aprendizado em literatura. “Só em circunstâncias ex-

cepcionais (estamos a pensar na Princesa imperial Anna Comnena), uma jovem conseguia chegar a ler uma boa variedade de escritores antigos e estudar várias disciplinas; mas também no seu caso, como refere Jorge Tornício, os pais não a encorajaram desde logo ao estudo da literatura profana” (TALBOT, 1998: 120). Segundo Rolando, em princípio, os pais de Anna Comneno lhe ofereceram uma educação exclusivamente religiosa, mas sem o consentimento dos pais, busca ajuda de um eunuco do palácio e se instruiu em gramática aos treze anos (ROLANDO, 1989: 21). Além disso, Anna é estimulada pela avó, Anna Dalassena, a fazer diversas leituras, mesmo dos clássicos, considerados literatura profana. Todas essas fontes de saber levaram Anna se tornar uma mulher de grande conhecimento, diferenciando-se da maioria das mulheres que eram destinadas apenas a ser mãe e esposa. Emilio Díaz Rolando afirma que “Anna fue educada para el mando” (ROLANDO, 1988: 23).

Anna também possuía conhecimentos em medicina que podem ser identificados na *Alexíada*. Ela formou parte do conselho médico que assistiu ao pai moribundo. As descrições dos últimos dias de Aleixo se assemelham a um informe médico (ROLANDO, 1989: 21). Os médicos precisavam conhecer os sintomas e ministrar o tratamento farmacêutico, grande parte desse conhecimento provinha dos escritos de autores clássicos, como Hipócrates, Asclepiades, Herófilo, Discórides e Galeno. Contudo, Runciman afirma que “a medicina era admirável mais pelo seu bom-senso do que pelas suas teorias”. Portanto, o ensino médico não era restrito aos futuros profissionais; amadores como Miguel Pselos e Anna

Comnena provavelmente sabiam tanto quanto os profissionais (GIORDANI, 1968: 183).

### **Conflitos causados pela sucessão imperial**

Mesmo com o nascimento do irmão, Anna não perde as esperanças de ascender ao trono. Reserva grande parte de seu convívio com o pai pedindo para que esse mudasse de posição e reservasse a ela o direito de sucessão.

Aleixo I Comneno morre em 1118. Sobre seus últimos dias, já moribundo, há escritos de João Zonaras e Nicetas Choniates, estudiosos do século XII, que relatam que Anna e a mãe teriam implorado a Aleixo I que mudasse de ideia e concedesse o trono a Anna e a seu esposo em detrimento do irmão João (ROLANDO, 1989: 15). Mãe e filha, segundo tais fontes, odiavam João e declaravam que não permitiriam que este usasse a coroa. Na ausência das duas mulheres, João consegue introduzir-se no quarto de seu pai, que estava agonizando no palácio de Manganes, e tirar-lhe do dedo o anel imperial. Foge para o Grande Palácio onde é coroado pelo patriarca após jurar que o pai estava morto. Anna e Irene tentavam atraí-lo para fora, pedindo-lhe que assistisse aos funerais do imperador; contudo, João fica no palácio por vários dias com medo de ser assassinado. “Desta vez, pois, não são os sapatos, é a posse efetiva do palácio que o fez imperador<sup>4</sup>” (WALTER, 1970: 53).

---

<sup>4</sup> Era costume entre os bizantinos que no momento da coroação fossem calçados sapatos púrpuras no novo imperador.

Ravegnani, através dos relatos de Nicetas Choniates, revela que não muito tempo depois de João II chegar ao poder, foi orquestrada uma conspiração contra o novo imperador, a fim de assassiná-lo. Nicetas denuncia que a cabeça do grupo era a Anna Comnena, mas vários indivíduos de sua família participaram do complô, inclusive seu esposo Nicéforo Briênio. No entanto, Briênio desiste do plano, desagradando a esposa: “Disse [Choniates] que Anna Comnena, furiosa, repreendeu asperamente seu marido, colocando a culpa na natureza por tê-la feito nascer mulher, Briênio homem, e não vice-versa<sup>5</sup>” (RAVEGNANI, 2005: 8-10). Essa desistência repentina de Nicéforo pode ser explicada por suas boas relações com o imperador João II, inclusive o seguiu em diversas campanhas, e na volta de uma delas, em 1138, faleceu, deixando sua obra sobre Aleixo I inacabada (ROLANDO, 1989: 21).

João descobre as intenções do grupo desfazendo o complô. Segundo as leis bizantinas, poderia ter condenado Anna a receber chicotadas, mutilações físicas e confisco dos bens; porém, o soberano, a conselho do grande doméstico, perdoa a irmã, mas anuncia que suas atitudes violentas e ilegais significavam o rompimento com os vínculos de parentesco. Consequentemente, Anna é condenada a viver reclusa em um mosteiro (RAVEGNANI, 2005: 8-10).

---

<sup>5</sup> “Si dice [Choniates] che Anna Comnena, furente, avesse allora rimproverato aspramente il marito, muovendo l'accusa alla natura di aver fatto nascere lei donna, Briennio uomo, e non viceversa”. [Trad. Nossa].

### **Anna Comnena passa a habitar um mosteiro**

No século XII, a mãe de Anna, a imperatriz Irene Ducas, fundou o mosteiro de *Theotókos Kecharitoméne* e estabeleceu diversas regras às freiras que viessem a habitá-lo (TALBOT, 1989: 133). Anna, após a tentativa de assassinato acima descrita, é condenada a passar seus últimos anos de vida nesse mosteiro (ROLANDO, 1988, 24). Irene, após o aumento de poder do novo soberano, também foi confinada com sua filha em *Kecharitoméne*. De acordo com Ravegnani, a princesa passa a viver em constante melancolia: “retornava seu pensamento aos dias felizes, aos seus entes queridos perdidos, lamentando a desgraça da sua existência e seu destino adverso<sup>6</sup>” (RAVEGNANI, 2005: 7).

A reclusão no convento tornou-se menos rigorosa depois da morte de João e a ascensão de seu filho Manuel I em 1143, quando Anna pôde gozar de maior liberdade e recolher novos dados para a construção da *Alexíada* (RAVEGNANI, 2005: 8). Passa a estudar e a fomentar as letras e as ciências. Fez contatos com intelectuais bizantinos da época, como Jorge Tornices, Miguel de Éfeso e Eustratio de Nicea (ROLANDO, 1889, 17).

Rolando problematiza a data de falecimento da autora, Anna Comneno teria falecido em 1148 quando a *Alexíada* foi concluída ou por volta de 1153 e 1155, porquanto alguns selos marcados pela princesa foram datados desse período. Foi apenas no momento de sua morte

---

<sup>6</sup> “ritornava con il pensiero ai giorni felici, ai suoi cari perduti, rimpiangendo le disgrazie della sua esistenza e il suo destino avverso”. [Trad. Nossa].

que a princesa tomou os hábitos, tornando-se freira (ROLANDO, 1889, 18).

### **A descrição dos personagens na *Alexíada*.**

Anna Comnena escreve sua *Alexíada* após ter presenciado diversas amarguras e frustrações, contudo, ao se declarar uma historiadora, afirma prezar pela objetividade e veracidade, não permitindo que sua ligação pessoal com os personagens presentes em sua obra influencie o curso da narrativa:

Pois quando se assume o caráter do gênero histórico, é preciso esquecer os favoritismos e os ódios e adorar muitas vezes aos inimigos dos melhores elogios, quando suas ações o exijam, e outras muitas vezes desqualificar aos mais próximos parentes, quando os erros de suas ações o mandem. Pois não se deve hesitar nem em atacar aos amigos nem em elogiar aos inimigos<sup>7</sup> (COMNENA, proêmio, 1, 3).

Apesar dessa busca por se afastar de seus sentimentos, Anna admite sua dor ao relatar a morte de alguns familiares, em especial a de seu pai. Nessa descrição, a autora admite transgredir as “normas da história” em razão da forte ligação afetiva que mantinha com seu genitor. Relata o sofrimento de Aleixo I e os procedimentos que ela e sua mãe fizeram para salvá-lo: “Dada que as dimensões do tema o requerem e

---

<sup>7</sup> “Pues quando se assume el carácter del genero histórico, es preciso olvidar los favoritismos y los odios y adorar muchas veces a los enemigos de los mejores elogios, cuando sus acciones lo exijan, y otras muchas veces descalificar a los más cercanos parientes, cuando los errores de sus empresas lo manden. Por lo que no se debe vacilar ni em atacar a los amigos ni em elogiar a los enemigos”. [Trad. Nossa].

como filha amorosa ao mesmo tempo de meu pai e de minha mãe desde que nasci, vou transgredir as normas da história para referir um fato que não desejo em absoluto rememorar, a morte do soberano<sup>8</sup>” (COMNENA, XV, XI, 2).

Anna Comnena faz diversos elogios sobre a beleza física dos personagens descritos. Seus pais são retratados como exemplo de perfeição:

A aparência física de ambos os imperadores, Aleixo e Irene, era indescritível e sem igual. Um pintor que os contemplasse não poderia reproduzir a imagem desse arquétipo de beleza, nem um escultor poderia dotar tal harmonia à essência inanimada da pedra; e mais, até o famoso Canon de Policeto se converteu a todas as luzes em um objeto carente de graça ante a simples comparação dessas simples obras mestras da natureza, os recém coroados soberanos, com os trabalhos do legendário Policeto<sup>9</sup> (COMNENA, III, III, 1).

Aleixo Comneno é constantemente elogiado, tanto como pai, quanto como imperador. Anna defende que o pai era predestinado por Deus ao poder. A exaltação da figura imperial era algo comum entre os bizantinos, o imperador vivia cercado de suntuosidades e cerimônias, era visto como um vice-deus cuja função era combater os infiéis e con-

---

<sup>8</sup> “Dado que las dimensiones del tema lo requieren y como amante hija al mismo tiempo de mi padre y de mi madre desde que nací, voy a transgredir las normas de la historia para referir un hecho que no deseo en absoluto rememorar, la muerte del soberano”. [Trad. Nossa]

<sup>9</sup> “La apariencia física de ambos emperadores, Alejo e Irene, era indescritible y sin igual. Un pintor que los contemplara no podría reproducir la imagen de este arquétipo de la belleza, ni un escultor podría dotar tal armonía a la esencia inanimada de la piedra; es más, hasta el famoso Canon de Políceto<sup>9</sup> se convertiría a todas luces en un objeto carente de gracia ante sola comparación de estas obras maestras de la naturaleza, los recién coronados soberanos, con los trabajos del legendario Políceto”. [Trad. Nossa]

duzir à ortodoxia os hereges e os pagãos (DIEHL, 1961: 43; FRANCO JR; ANDRADE FILHO, 1985: 32). Também são exaltadas suas virtudes aristocráticas, como a habilidade de liderar o exército e sua força diante das hostes e de seus inimigos. Aleixo, segundo Anna, é um sábio, aquele que resolvia os problemas até na iminência da morte: “ele era superior aos demais em valor e inteligência<sup>10</sup>” (COMNENA, II, IV, 8).

A decepção sofrida por Anna pós o nascimento do irmão João Comneno é utilizada pela historiografia para explicar a maneira melancólica pela qual a historiadora compõe sua obra. O ódio pelo irmão não fica explícito na fonte, o que se pode levantar é o silêncio que Anna Comnena reserva ao descrevê-lo. Ao caracterizar seu pai e sua mãe não poupa palavras de enaltecimento, relata-os como sujeitos honrosos e inteligentes, além de belos fisicamente. Por outro lado, ao relatar sobre João, não há esse tipo de discurso laudatório. Rolando explica que Anna descreveu seu irmão recém-nascido com um certo toque malicioso que contrasta com as outras descrições que faz de pessoas queridas. “Anna não precisa atacar diretamente seu irmão, simplesmente, em uma inclinação de temperamento muito feminina, ignorá-lo e não elogiar seus trabalhos é o bastante<sup>11</sup>” (ROLANDO, 1989: 13). Anna comenta brevemente sobre o nascimento de seu irmão, sem citar seu nome, descreve-o apenas fisicamente, não tece elogios sobre sua beleza, algo tão exaltado

---

<sup>10</sup> “él era superior a los demás en valor e inteligencia”. [Trad. Nossa]

<sup>11</sup> “Anna no tiene que atacar directamente a su hermano, simplemente, en un sesgo de temperamento muy femenino, ignorarlo y no elogiar sus trabajos es bastante”. [Trad. Nossa]

em outros personagens (até mesmo em alguns inimigos como Bohemundo):

O menino [João] tinha a pele morena, testa larga, bochechas um tanto magras, nariz nem chato nem aquilino, mas mais ou menos entre ambos, os olhos bastante negros e deixando transparecer o caráter mais agudo que se pode adivinhar em uma pequena criatura. Com o desejo [...] de que este menino ascendesse ao trono imperial e deixar-lhe como herança o império dos romanos, o levaram à grande igreja de Deus e ali o batizaram e coroaram<sup>12</sup> (COMNENA, VI, VIII, 4-5).

[...] todo o conjunto de seu corpo [Bohemundo] não era nem magro nem sobrecarregado de carnes, mas excelentemente proporcional e conforme, por assim dizer com o Canon de Policleto [...]. Os olhos eram verdes e transpareciam simultaneamente seu temperamento e sua seriedade. [...] Adivinhava-se neste homem uma certa doçura a qual não podia expressar por todo o tipo de circunstâncias. [...] Sua conversa era inteligente<sup>13</sup> (COMNENA, XIII, X, 4-5).

O pilar religioso é um fator de diferenciação bizantino. Anna interpreta a vitória do pai como causa da providência divina, não só pela posição imperial de Aleixo I, mas por ser um cristão ortodoxo (RO-

---

<sup>12</sup> “El niño [João] era de piel morena, frente ancha, mejillas un tanto descarnadas, nariz ni chata ni aguileña, sino más o menos entre ambas, los ojos bastante negros y dejando translucir un carácter todo lo agudo que puede adivinarse en una pequeña criatura. Con el deseo [...] de que este niño ascendiera al trono imperial y dejarle como herencia el imperio de los romanos, lo llevaron a la gran iglesia de Dios y allí lo bautizaron y coronaron”. [Trad. nossa]

<sup>13</sup> “[...] todo el conjunto de su cuerpo [Bohemundo] no era ni enjuto ni sobrecargado de carnes, sino excelentemente proporcionado y conforme, por así decir, com el Canon de Policleto [...] Los ojos eran verdes y translucían simultáneamente su temperamento y su seriedad. [...] Se adivinaba em este hombre una cierta dulzura a la que no podía dar salida por todo tipo de terribles circunstancias. [...] Su conversación era inteligente”. [Trad. Nossa]

LANDO, 1989: 28). A ortodoxia é colocada como opositora do cristianismo ocidental. Os bizantinos são descritos como superiores aos latinos: “assim é o caráter de todos os latinos, ganancioso e acostumado a vender por uma recompensa até mesmo o mais querido<sup>14</sup> [amigo]” (COMNENA,, VI, VI, 4). Os latinos são, portanto, conhecidos como bárbaros, sem respeito ao imperador e aos costumes bizantinos. A autora explica que só escreve tais nomes bárbaros a fim de relatar os fatos, mas não é seu desejo, pois acredita que sua obra fica manchada por tais nomes gentios.

Ao descrever os acontecimentos que antecederam a chegada dos cruzados, Anna relata “maus augúrios” que se materializaram em gafanhotos que arrasavam os vinhedos do império. A princesa denuncia que havia pessoas que realmente ansiavam venerar o Santo Sepulcro, contudo, também havia “seres muito pérfidos, por exemplo Bohemundo e seus seguidores, que abrigavam dentro de si outras intenções, isto é, poder adaptar-se da cidade imperial<sup>15</sup>” (COMNENA, X, V, 10).

Rolando ressalta que se os latinos são exaltados por alguma vitória ou capacidade de luta é apenas uma forma de mostrar quão difícil era vencer o inimigo, elevando o mérito das vitórias de Aleixo I (ROLANDO, 1989: 26). Ao descrever Roberto Guiscardo, inimigo normando de Aleixo, Anna exalta sua valentia: “todo mundo conhece a valentia de

---

<sup>14</sup> “así es el carácter de todos los latinos, codicioso y acostumbrado a vender por un óbulo hasta lo más querido”. [Trad. Nossa].

<sup>15</sup> “seres muy pérfidos, por ejemplo Bohemundo y sus seguidores , que albergaban em su seno otras intensiones, es decir, poder apoderarse también de la ciudad imperial”. [Trad. Nossa]

Roberto, sua habilidade nas questões relacionadas com a guerra e a firmeza de suas decisões; não era, certamente, homem que se podia vencer facilmente, mas ao contrário, porque se mostrava mais valente nas derrotas<sup>16</sup>” (COMNENA, VI, VII, 7).

### **Debates historiográficos**

A *Alexíada* foi escrita aproximadamente três décadas após a morte de Aleixo I, portanto, certamente não foi uma obra de propaganda para manter Aleixo I bem querido no poder. Da mesma forma que não foi escrita para Anna alcançar a admiração do pai e ser escolhida para ascender ao trono. O que podemos supor é que a autora poderia ter a intenção de se afirmar como legítima herdeira do trono, mesmo que ao escrever a obra já estivesse afastada da possibilidade de se tornar imperatriz. Essa é uma das ideias discutidas por Emílio Dias Rolando, o autor defende que Anna só escreveu sua narrativa repleta de exaltação ao pai e ao esposo para anular os feitos do irmão, um exercício de pura retórica (ROLANDO, 1989: 20). Runciman discorda dessa ideia, não interpreta a *Alexíada* como uma obra de função crítica, intencionalmente escrita para atingir João II. O autor argumenta que todas as qualidades expostas pela filha de Aleixo I eram uma forma de mostrar que sentia um grande afeto pelo pai, objetivava demonstrar como o imperador era prudente,

---

<sup>16</sup> “todo el mundo conoce la valentia de Roberto, su habilidad em las questiones relacionadas com la guerra y la firmeza de sus decisiones; no era, ciertamente, hombre al que se pudiera vencer fácilmente, sino todo lo contrario, porque se mostraba más valiente en las derrotas”. [Trad. Nossa]

escrupuloso e bondoso, e aquilo que o desfavorecesse não teria problemas em ser ocultado (RUNCIMAN, 1954: 319).

Tais elogios a Aleixo Comneno também são fatores de crítica quando se discute o fato da autora se apresentar como uma historiadora e como tal possuir um compromisso com a verdade. Anna declara ser objetiva e não deixar que seus sentimentos tomem o lugar da veracidade. A princesa dialoga com o leitor, desculpa-se frequentemente por desviar sua fala do fio da narrativa. Busca uma narrativa linear, cronológica. Quando dá sua opinião de maneira mais extensa, preocupa-se em justificar-se e declarar que rapidamente deve voltar ao foco da narrativa.

Emilio Díaz Rolando entende que tais elogios comprometem a intenção histórica da obra: “A Alexíada possui uma intenção histórica, mas é uma realização épica<sup>17</sup>” (ROLANDO, 1989: 26). Para explicar tal declaração Rolando argumenta que Anna teria a intenção de escrever um panegírico ao pai, mas sabia que se seguisse as linhas tradicionais desse subgênero, sua vida e seu trabalho não seriam suficientemente apresentados. Dessa forma, apesar de Anna definir sua obra como um relato histórico, Rolando defende que o resultado tem características épicas que até mesmo podem ser identificadas no título da obra ao se fazer uma aproximação entre os nomes *Ilíada* e *Alexíada*. Além disso, o autor argumenta que a obra é recheada de batalhas protagonizadas por Aleixo I cujos feitos são narrados de maneira grandiosa, Aleixo é representado como um herói. Tal característica remonta as epopeias em que

---

<sup>17</sup> “La *Alexíada* posee una intención histórica, pero es una realización épica”. [Trad. Nossa]

as guerras eram protagonizadas por heróis que faziam atuações magníficas pelo bem do seu povo:

Nossa autora é mestra em opor uma e outra vez seu pai a situações que somente criaturas épicas podiam resolver bravamente e em todas sai na frente como um herói homérico. Na derrota Aleixo logra a salvação mediante atuações sobre-humanas; na vitória são seu valor, astúcia e impulso que o levam ao triunfo<sup>18</sup> (ROLANDO, 1988: 25).

Runciman discorda de tal argumento, entende a obra como um relato histórico e critica os autores que menosprezam a obra por seu conteúdo subjetivo. Defende Anna como uma legítima historiadora: “uma mulher inteligente, muito culta, e minuciosa como historiadora, tratava de comprovar as fontes<sup>19</sup>” (RUNCIMAN, 1954: 320). Ou seja, o autor valoriza o testemunho da filha de Aleixo I como uma fonte bizantina, independente da forma que foi compilada, lembrando sempre que não podemos analisar a ideia de história de Anna a partir de nossas referências contemporâneas.

Podemos supor que Anna se declarava como historiadora e detentora de conhecimentos sobre as “regras” da história – como a objetividade, compromisso com a verdade, imparcialidade –, com o intuito de legitimar seus relatos como verdadeiros. Ou seja, é como se o título de

---

<sup>18</sup> “Nuestra autora es maestra en oponer una y otra vez a su padre situaciones que sólo criaturas épicas podrán resolver airoosamente y em todas ellas sale adelante, como un héroe homérico. En la derrota Alejo logra la salvación mediante actuaciones sobrehumanas; en la victoria son su valor, astúcia y empuje los que llevan al triunfo”. [Trad. Nossa]

<sup>19</sup> “una mujer inteligente, muy culta, y minuciosa como historiador, tratava de comprobar las fuentes”. [Trad. Nossa]

historiador legitimasse seu escrito como confiável, fiel à realidade. Porém, mesmo que a autora escreva com subjetividade, não se pode negar que de fato pesquisou diversas fontes a fim de escrever seu relato de maneira consistente, teve acesso aos arquivos imperiais (alguns documentos estão transcritos em sua obra) e em especial contou com testemunhos do pai, membros de sua família, cortesãos, chefes militares, soldados veteranos de seu pai e inclusive como testemunha ocular. Utiliza um método é comparativo, coloca os relatos orais frente a frente com os documentos escritos (ROLANDO, 1988: 26).

Outro ponto de destaque e que precisa ser melhor explorado pela historiografia é a vasta erudição da princesa. A *Alexíada* não apresenta uma mera descrição da vida de Aleixo I, é cercada de intertextualidades, em especial citações ou alusões aos clássicos gregos. O Império Bizantino se considerava a detentor e continuador de toda a cultura clássica. Anna, assim como todos os bizantinos que estudavam, conhecia os clássicos, porém, seu nível de saber ultrapassa o da maioria dos estudiosos em sua sociedade.

Era sinônimo de erudição apresentar tais conhecimentos. Dessa forma, com o objetivo de demonstrar sua formação intelectual, Anna cita diversos clássicos, mas nem sempre explicita o nome do autor, por vezes escreve: “segundo disse a tragédia”, “como dizia a amável poesia”. Rolando, ao pesquisar a autoria das citações feitas por Anna, explica que Homero é o autor mais vezes citado na *Alexíada*, por outro lado, Tucídides é o historiador clássico mais citado pelos trabalhos dedicados ao estudo dessa obra, por considerarem que Anna o utilizou como mo-

delo direto; no entanto, seu nome não é mencionado na *Alexíada* (ROLANDO, 1992: 30). Rolando defende que a autora seguiu determinados conceitos de Tucídides, mas discorda da ideia de que Anna o tenha imitado em algum aspecto: “a essência de seus espíritos são diferentes, porque diferentes eram suas sensibilidades e culturas<sup>20</sup>” (ROLANDO, 1992: 44). De acordo com Rolando, a maior parte das citações que Ana fez de Homero eram apenas para transparecer sua erudição (ROLANDO, 1989: 21). É a partir dessa ideia que podemos supor que um dos objetivos pelos quais Anna escreve é seu desejo em demonstrar sua erudição e se afirmar como uma mulher de saber em um meio onde quem detinha o poder era oficialmente masculina.

## Conclusões

Sabendo que Aleixo Comneno viveu durante o século XI e no início do século XII, podemos analisar a *Alexíada*, de maneira geral, como uma importante fonte sobre os fatos que transcorreram através desses séculos no Império Bizantino. De maneira específica, os relatos de Anna servem de fonte para que se reflita a respeito da posição de uma mulher de saber no medievo oriental, uma mulher com seu grau de erudição não era comum entre as bizantinas. Ser uma mulher limitava certas tarefas, mas sua posição de *porfirogênita* abriu novas portas, uma delas para o desenvolvimento intelectual. O que chama a atenção dos historiadores que estudam essa fonte é o fato da autora exaltar sua posição como his-

---

<sup>20</sup> “la esencia de sus espíritus son diferentes, porque diferentes eran sus sensibilidades y sus culturas”. [Trad. Nossa]

toriadora e em razão disso afirmar que possui um compromisso com a verdade. Esse texto permite uma reflexão sobre o que a autora entendia por *história* em pleno século XI e induz a uma discussão sobre o conceito de história contemporâneo que ainda é cercado pela ideia de objetividade.

### **Referências bibliográficas**

#### **Fonte:**

COMNENO, Ana. *La Alexiada*. Traducción de Emilio Díaz rolando. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 1989.

#### **Estudos:**

BRÉHIER, Louis. *El Império Bizantino - Vida e Muerte de Bizancio*. México: Editorial Hispano AmericanAnna, 1955.

CAVALLO, Guglielmo (org.). *O Homem Bizantino*. Lisboa: Presença, 1998.

DÍAZ ROLANDO, E. La Alexíada de Anna Comnena. *Erytheia*, n. 9.1, 1988.

\_\_\_\_\_. Anna Comnena y la historiografía del período clásico: aproximación a um debate. *Erytheia*, v.13, pp. 29-44, 1992.

\_\_\_\_\_. Estudio Preliminar. In: COMNENO, Anna. *La Alexiada*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 1989.

DIEHL, Charles. *Os grandes problemas da história de Bizâncio*. São Paulo: Editora das Américas, 1961.

ECO, Umberto. *Arte e Beleza na Estética Medieval*. Trad. SABINO, Mario. RJ/SP: Editora Record, 2012

FEATHERSTONE, Jeffrey. Emperor and Court. In: JEFFREYS, Elizabeth; HALDON, John; CORMACK, Robin (Org). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. New York: Oxford, 2008.

FERNANDES, Fátima Regina. Cruzadas na Idade Média. In: MAGNOLI, Demétrio

(org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 98-129.

FRANCO JR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *O Império bizantino*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GIORDANI, Mário Curtis. *História do Império Bizantino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1968.

MARINELLA, Lucrezia. Niceta Coniata fonte dell' Enrico, ovvero Bisanzio acquistato (1635). In: *Incontri triestini di filologia clássica*, 4., 2004-2005, pp. 415-428.

MOLA, Alessandro. L' Alessiade di Anna Comnena: un repertorio bibliográfico. *Porphyra*, n. 5, pp. 15-26, 2005.

NEVILLE, Leonora. Lamentation, History, and Female Authorship in Anna komnene's Alexiad. *Greek, Roman, and Byzantine Studies*, n. 53, pp.192-218, 2013.

NILSSON, Carina. Perspectives of Power: Byzantine Imperial Women. *The Graduate History Review*, Simon Fraser University, v. 1, 2009.

RAVEGNANI, Elisabetta. Anna Comnena principessa di Bisanzio. *Porphyra*, n. 5, pp. 8-17, 2005.

RUNCIMAN, Steven. *A Civilização Bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

\_\_\_\_\_. *Historia de las Cruzadas: La Primeira Cruzada y la Fundación del Reino de Jerusalén* (vol. I). Madrid: Revista de Occidente, 1956.

TALBOT, Alice-Mary. A mulher bizantina. In: CAVALLO, Guglielmo (org.). *O Homem Bizantino*. Lisboa: Presença, 1998.

VRYONIS, Speros. *Bizâncio e Europa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.

WALTER, Gérard. *A Vida Quotidiana em Bizâncio no Século dos Comnenos (1081-1180)*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1970.

Recebido em: 27/05/2015

Aceito em: 13/09/2015

# OS PROCESSOS DE SALEM: UMA BREVE ANÁLISE DA SUA HISTORIOGRAFIA, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES

## THE SALEM WITCH TRIALS: A BRIEF ANALYSIS OF ITS HISTORIOGRAPHY, MEMORY AND REPRESENTATIONS

*Gabriela de Souza Morais<sup>1</sup>*

**Resumo:** Esse artigo tem como objetivo apresentar reflexões acerca dos julgamentos de Salem, ocorridos entre os anos de 1692 e 1693, bem como discutir, de forma breve, algumas hipóteses apresentadas pela historiografia. Pretendemos ainda discutir esse evento como fato emblemático da cultura norte americana, como significante da e para essa cultura. Ainda, refletiremos sobre seu papel simbólico e memorialístico.

**Palavras-chave:** Salem, historiografia, memória, representação.

**Abstract:** The objective of this article is to present some reflections on and make a few considerations about the Salem witch trials, which occurred between 1692-1693 as well as to discuss, briefly, some of the hypothesis presented by the historiography about the theme. We understand this event as emblematic in the North American culture, significant of and for it. Therefore, we will also discuss its symbolic and memorialistic role.

**Keywords:** Salem, historiography, memory, representation.

### Introdução

A crença em feitiçaria e magia eram absolutamente familiares ao mundo cristão (seja ele católico ou protestante) e conseqüentemente aos

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista de Iniciação Científica do CNPq sob orientação do Prof. Dr. Leandro Karnal. Contato: gsmorais25@gmail.com.

puritanos da Nova Inglaterra. Como lembra Keith Thomas "[...] Astrologia, feitiçaria, curas pela magia, adivinhação, profecias antigas, fantasmas e duendes são hoje devidamente desdenhados por pessoas inteligentes. Mas eram levados a sério por pessoas igualmente inteligentes no passado [...]" (THOMAS, 1991: 9). Assim, tomamos a crença dessas pessoas como reais. O que, no entanto, fez os acontecimentos de 1692 e 1693 destacarem-se na história americana foi a escala e o alcance do episódio de Salem. Encontros anteriores desses colonos com bruxaria eram na maioria das vezes breves incidentes confinados a algumas pessoas em poucas comunidades. Salem, no entanto, tomou proporções inesperadas até mesmo para eles.

Essas perseguições a pessoas acusadas de bruxaria no pequeno vilarejo de Salem deixaram marcas profundas na memória dos colonos ingleses e repercutiu estrondosamente nos séculos posteriores. O tema é recorrente na historiografia, nas artes, na literatura e nos meios de comunicação. Suas interpretações adquiriram sentidos variados (embora os temas centrais e as críticas relacionadas sejam as mesmas, na maioria das vezes). Para Bernard Rosenthal:

“[...] few topics in American culture have received the broad attention received by the Salem witch Trial. The subject of scholarly tomes, films, television, shows, folklore and newspaper cartoons, and the vehicle for countless metaphors of oppression and persecution, Salem has had a powerful hold on American imagination [...]” (ROSENTHAL, 1993: 1)

### **Antecedentes: o início da colonização**

Para entender melhor o episódio, é necessário retroceder a 1620, precisamente, a chegada dos colonos ingleses, na Nova Inglaterra. Ainda que outras experiências coloniais precedessem a colonização inglesa, esse processo foi o mais conhecido e mítico. Eram constantes as perseguições religiosas na Inglaterra nos séculos XVI e XVII, assim a América tornou-se um refúgio para muitos dos grupos perseguidos (KARNAL & *et al*, 2011: 45). Um desses grupos foi o dos *pilgrims* (peregrinos), que além de perseguidos carregavam o ceticismo de que a Inglaterra não conseguiria livrar-se de dogmas característicos do catolicismo, e punham em dúvida sua relação com Deus. Assim, um grupo de aproximadamente 100 pessoas, deixou seu país de origem rumo ao novo continente, a América, mais especificamente na região da Virgínia a bordo do *Mayflower*, mas por erros, eles desembarcaram mais ao norte na costa americana, em *Cape Cod*.

Esses puritanos acreditavam estar construindo uma "Nova Canaã", e que eram o novo "povo de Israel". Os imigrantes da Nova Inglaterra descobriram, como menciona Bercovitch, "a América na Bíblia", já que para esses colonos a América era uma profecia, e essa terra (BERCOVITCH, 1988: 148, 149), essa promessa pertencia a eles antes deles pertencerem a terra (BERCOVITCH, 1988: 150). Como afirma Karnal eles pressupunham ser:

"(...) um grupo escolhido por Deus para criar uma sociedade de "eleitos". Em toda *Bíblia* procuravam as afirmativas de Deus sobre a maneira como Ele escolhia os seus e as repetiam com frequência. Tal como os hebreus no Egito, também eles foram per-

seguidos na Inglaterra. Tal como os Hebreus, eles atravessaram o longo e tenebroso oceano, muito semelhante à travessia do deserto do Sinai. Tal como os hebreus, os puritanos receberam as indicações divinas de uma nova terra, e (...) são frequentes as referências ao "pacto" entre Deus e os colonos puritanos. A ideia de povo eleito e especial diante do mundo é uma das marcas mais fortes na constituição da cultura dos Estados Unidos." (KARNAL & *et al*, 2011: 47)

Eram considerados cidadãos nessas comunidades homens adultos e membros da Igreja e, em vista de disso, podiam participar da Corte Geral. A vontade de Deus, para esses colonos constituía lei, o que podia ser entendido como teocracia, porém, os ministros da fé, não dispunham de poder direto. As questões civis eram, em geral, resolvidas pelos magistrados, que apenas quando discordavam, recorriam ao clero. Quase todos acreditavam que era dever do Estado apoiar a Igreja, cobrar comparecimento aos cultos, exigir uma moralidade, pois acreditavam que isso aumentava as possibilidades de salvação de todos os membros das comunidades (SELLERS, 1990: 26).

Tendo em vista essa estrutura, chegamos ao episódio de Salem. É importante ressaltar que em 1692, já se estava na terceira ou quarta geração dos puritanos que chegaram à América do Norte, ou seja, com recordações remotas ou relatos indiretos das perseguições sofridas por seus antepassados na Inglaterra. A fé ardente que tinha sido propulsora nos primeiros anos entre os puritanos havia diminuído. Esse contexto serve, muitas vezes como explicação para a "caça às bruxas" de Salem.

Primeiramente, é preciso lembrar que a crença em bruxas e na ação do demônio, bem como a perseguição a elas não era algo novo, era relativamente comum em todo o mundo cristão, católico ou protestante,

e dos dois lados do oceano Atlântico, "[...] a crença num mal real e com ação efetiva era um dado social que unia desde o Rei James I (autor de um livro sobre feitiçaria) até o mais humilde camponês [...]." (KARNAL & *et al*, 2011: 52). Os "Fundamentos" ou o "Código de Liberdades" ratificado em 1641 para a colônia de Massachusetts Bay previa doze crimes capitais, e entre eles estava a bruxaria, que se baseava no trecho bíblico: "Não deixarás que vivam bruxas". Assim, como lembra o historiador marxista Herbert Aptheker, "[...] a colônia estava conforme à lei de toda a Europa e, na verdade, de toda a cristandade. [...]" (APTHEKER, 1967:122). Logo, esse episódio, embora alvo de uma produção de memória gigantesca, não foi isolado.

As acusações de bruxarias começaram em fevereiro de 1692, quando meninas adolescentes ligadas ao pastor do povoado acusaram membros da comunidade de enfeitiçá-las e de possuírem pacto com o demônio. Os surtos eram frequentes: moças rolavam no chão, ficavam doentes, árvores secavam. Essas ações para os habitantes de Salem só poderiam ter ligação com ações demoníacas (KARNAL & *et al*, 2011: 51). Com isso, instaurou-se um julgamento. A Igreja (como já mencionado) possuía poderes civis, Estado e Igreja, juntos, eram responsáveis pela punição e julgamento dos crimes e desobediências que ocorriam. Karnal descreve como ocorriam os julgamentos:

"[...] Alguém era acusado de feitiçaria e comparecia diante do juiz. O juiz fazia o acusado e as vítimas (as moças aflitas, como eram usualmente chamadas) ficarem frente a frente. Era comum as moças terem um novo ataque histérico diante do suposto feitiçeiro. Os acusados eram enviados à prisão (...) o acusado era examinado. Havia uma crença generalizada de que a associação

com o demônio produzia marcas no corpo: um tumor, uma mancha, regiões que não sangravam, polegar deformado. Submetidos a "tratamentos especiais", muitos réus acabavam confessando que, de fato, estavam associados ao demônio e realizavam feitiços contra a comunidade.[...]" (KARNAL & *et al*, 2011: 52)

Muitas pessoas foram acusadas de bruxaria, inclusive membros politicamente influentes da comunidade. Além deles, uma escrava trazida da América Central, chamada Tituba, foi a primeira acusada pelas meninas e a primeira a confessar práticas de bruxaria, afirmando e sendo acusada de ser adepta de práticas vodu. Embora seu papel nos julgamentos pareça irrelevante, é importante lembrar que tal personagem tem um papel de destaque séculos depois na peça de Arthur Miller; e também em obras historiográficas. Um exemplo é o livro escrito por Elaine Breslaw: "Tituba, Reluctant witch of Salem.". No que tange à historiografia, há também um debate sobre se seria negra ou indígena. Toda essa comção, no entanto, jamais poderia ter sido possível, sem as ardentes pregações de alguns pastores, como Cotton Mather<sup>2</sup>.

Os julgamentos chegaram ao fim quando as denúncias passaram a envolver pessoas politicamente influentes da colônia, tal como a esposa do governador de Massachusetts e o pastor Samuel Willard, presidente do Harvard College. Colaboraram também para o fim da perseguição, cartas, como a já mencionada escrita por Thomas Brattle e pelo próprio governador (SCHILLING, 2004: 20). Ao final dos julgamentos, quase 200 pessoas haviam sido presas. Destas, por volta de 20 delas foram

---

<sup>2</sup> Cotton Mather (1663-1728): Pastor nascido em Boston e escritor do livro "Maravilhas do Mundo Invisível".

mortas, enforcadas, torturadas ou esmagadas por pedras. Inúmeras explicações foram dadas para o episódio, ou para tentar entendê-lo.

### **Historiografia**

Um importante estudo sobre bruxaria na Nova Inglaterra foi realizado por John Putnam Demos, em seu livro *Entertaining Satan, Witchcraft and the Culture of Early New England* (2004). Ele trabalha com a ideia de causas sociológicas e psicológicas para o episódio, como as tensões vicinais, já que, acusar um membro da família rival de envolvimento com o demônio tinha um grande peso político: além das tensões entre mães e filhas, que enquanto possuídas, poderiam fazer coisas que não faziam normalmente, como gritar, tirar as roupas, alegando estarem enfeitiçadas pelo demônio.

Há ainda explicação de cunho biológico, como o ergotismo (doença causada por fungos presentes no centeio que causam alucinações), além de conflitos entre os puritanos e indígenas, como na Guerra do Rei Filipe (nome que os colonos deram a um líder indígena em 1675-76) que teriam deixado a comunidade em tensão permanente.

Para Herbert Aptheker, é um equívoco lançar a responsabilidade dos julgamentos nas massas, pois para ele, não foram os "muitos" que presidiram os julgamentos de bruxaria, e sim a elite que criou e constituiu o comitê de caça às feiticeiras. Ele vê no episódio de caça às bruxas, a luta de classes. Segundo ele:

"[...] Foram o aparelho governamental e o aparelho de propaganda dos dirigentes que provocaram a histeria de caça às feiticeiras

e se esforçaram para sustentar essa histeria; e foram seus prepos-  
tos que prenderam e torturaram e executaram as feiticeiras. Foi a  
elite que continuou insatisfeita com meras "confissões" e insistiu  
em que as confissões, para serem reais, deviam ser seguidas dos  
nome de outros agente do demônio- e que somente então aquele  
que confessar poderia ser poupado à execução. Foi a elite, tam-  
bém, que expressou horror quando alguns dos que confessavam  
(...) retratavam-se. Nesses casos, foi a elite que se recusou a acei-  
tar as retratações, considerando-as prova de aliança demoníaca e  
passou a executar os informantes atingidos pela crise de consci-  
ência. Na verdade, as evidencias demonstram que neste caso (...) *foram a repugnância e o protesto populares que ajudaram a fazer parar os sangrentos processos.[...]*" (APTHEKER, 1967:123-124)

Há outros autores, como Sellers (1990), que acreditam que o surto coletivo deveu-se mais, a tensões, resultantes da mutável ordem social, econômica e política do que aos excessos do clero, embora ele reconheça que o mesmo tentou reverter a maré vazante de sua autoridade política e espiritual com lembretes ainda mais fervorosos do poder da ira de Deus (SELLERS, 1990: 31), aumentando o pânico com relação às bruxas. Ainda devemos levar em conta, como afirma Karnal,

"[...] as frustrações dos protestantes no Novo Mundo, onde o sonho de uma comunidade perfeitamente construída de acordo com as leis de Deus e da Bíblia não havia se realizado. (...) Os habitantes de Massachussets haviam se dado conta de que não apenas a Bíblia e as boas intenções haviam atravessado o oceano, mas todas as suas mesquinhas, maledicências e tensões. Melhor seria, assim, atribuir esses problemas ao demônio e a seus seguidores.[...]" (KARNAL & *et al*, 2011: 53)

É importante levar em conta, que a crença em bruxas era real no século XVII, assim como a ideia de que a moral coletiva determinava, ou aumentava a chance de salvação da comunidade. Para Schilling:

“[...] É inquestionável que o povo acreditava sinceramente no *maleficium*, isto é, no dano causado pelas bruxas. Por um ou outro motivo, ele acumpliciava-se com as autoridades nas medidas tomadas para persegui-las e julgá-las. Na sociedade pré iluminista, a existência do demônio era coletivamente aceita porque servia como uma explicação conveniente para acontecimentos estranhos, para agressões injustificadas, ao que lhes parecia inusitado, ao inesperado. Por outro lado, socorrer-se de feiticeiras e de bruxas sempre foi uma maneira de tentar influenciar pessoas ou coisas sobre as quais se tinha escasso poder. [...]” (SCHILLING, 2004:19)

O autor, embora reconheça a crença dessas pessoas, junta a sua análise a vertente que pensa a bruxaria e as perseguições como forma de controle social, em uma espécie de conveniência que acabou por ter contornos trágicos. No entanto, procuramos levar em conta durante nosso trabalho a interpretação de Sellers que lembra-nos que:

"[...] Com excessiva frequência, os puritanos têm sido vistos através da escura janela dos julgamentos das feiticeiras. Até bem pouco tempo, eram destacadas as tendências sombrias, repressivas, de auto-sacrifício dessas pessoas (...) embora a religiosidade dessa gente pareça extrema a uma era mais secular, os puritanos não foram necessariamente os carolas sombrios, hipócritas, da imaginação popular. Em um mundo ameaçador e inseguro, a comunidade que constituíram revelou-se imensamente atrativa para ingleses desenraizados, descontentes e, de outras maneiras, "não-remidos" (...) Embora não fossem libertinos, com toda probabilidade não eram mais puritanos do que outros ingleses nos dois lados do Atlântico no século XVII.[...]" (SELLERS, 1990: 27)

## **Memória e representação**

Esse episódio, como já mencionado exerce grande influência na memória e no imaginário norte americano. O eco dele ao longo do tem-

po pode ser percebido através de obras artísticas e literárias desenvolvidas sobre o evento. Como exemplos de representações que são necessariamente fruto de uma construção de memória, podemos citar a peça de teatro "As bruxas de Salém" de 1953 do dramaturgo Arthur Miller e o filme, norte-americano, homônimo, de 1996, dirigido por Nicholas Hytner originado dessa peça. Essa recorrência dos julgamentos de Salem nos chamou a atenção. Através dessas representações tentamos entender como se deu a construção da memória desse evento, através de representações artísticas e literárias.

É preciso lembrar que ao optar-se por um episódio específico, automaticamente se excluem outros. As escolhas por uma memória "correta" sempre silencia outras, e esse silêncio não deixa também de ser uma construção. Assim, não partimos do pressuposto de que há uma memória "certa" do passado porque é impossível saber o que realmente aconteceu, já que entendemos que o passado é sempre uma construção de um diálogo entre o passado e o presente e que, como afirma Michel De Certeau "[...] uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente [...]" (DE CERTEAU, 2011: 11). Além disso, para Paul Ricoeur, a memória é um dos únicos modos de chegarmos ao passado, já que:

"[...] o que justifica essa preferência pela memória "certa" é a convicção de não termos outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória. (...) Uma ambição, uma pretensão está vinculada à memória: a de ser fiel ao passado; desse ponto de vista, as deficiências procedentes do esquecimento (...) não devem ser tratadas de imediato como formas patológicas, como disfunções, mas como avesso de sombra da região ilumi-

nada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória. Se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo que declaramos lembrar. (...) Não temos nada melhor que a memória para significar algo que aconteceu, ocorreu, se passou, antes que declarássemos nos lembrar dela [...]" (RICOEUR, 2007:40).

A escolha por lembrar e representar esse episódio nos revela muito sobre a sociedade norte americana. E pensar que aspectos são revelados sobre ela com essas construções de memória foi também um dos nossos objetivos. Já que qualquer "[...] elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente [...]" (MENESES, 1992: 3) e que "[...] é do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar [...]" (IDEM, IBIDEM: 3).

O debate, com relação à memória e a história são infundáveis, mas nesse artigo, procuramos trabalhar com as concepções, principalmente de Paul Ricouer e Jacques LeGoff. Acreditamos que o que sobrevive não é o conjunto daquilo que realmente existiu no passado, mas é uma escolha efetuada por alguém (LE GOFF, 1996: 509), ou seja, toda produção, seja ela historiográfica, artística ou literária, é sempre uma opção, influenciada por um contexto em que está inserida e pelas influências prévias de quem a produziu e isso caracteriza a construção de memórias do passado. Como afirma Ricouer, a Memória não é simples matriz da história, mas sim uma forma de reapropriação do passado histórico que a história instruiu (RICOEUR, 2007). Assim, optamos por trabalhar com a representação do passado como memória. Pois:

"[...] o passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas trata-se de uma ausência que, não estando mais, é tida como tendo estado. Esse "tendo estado" é o que a memória se esforça por reencontrar. Ela reivindica a sua fidelidade a esse "tendo estado" [...]" (IDEM, IBIDEM).

### **Arthur Miller e "The Crucible"**

Em 1953 Arthur Miller escreveu a peça "The Crucible", nela, ele constrói uma memória a partir da representação de Salem. Nesse ponto, partimos da teoria de Georges Duby, de que um acontecimento só existe a partir do que dizemos dele e a partir da fabricação que é feita por aqueles que a difundem (DUBY, 1993: 11,12). Ao retratar Salem, ele dialoga diretamente com as perseguições aos acusados de comunismo pelo macarthismo. Sua escolha, ao fazer essa analogia é política e consciente e, isso caracteriza uma produção de memória. O filme, de 1996 tem o roteiro inspirado na peça de Miller<sup>3</sup>, por esse motivo, optamos por analisá-los em conjunto, comparando (na medida do possível), as abordagens. Como lembra-nos Vitória Azevedo, todos os filmes (e acreditamos que essa ideia pode ser aplicada a peça de teatro) são de alguma forma históricos, pois:

"[...] nos dizem sobre a época em que foram produzidos. Desta maneira, um filme realizado na década de 30 pode ser histórico se usado como documento para estudar a década de 30, mesmo que não trate de um tema do seu passado. Mas um filme que trata de um tema do seu passado carrega um 'duplo' caráter histórico, pois além de remeter-se à história na sua temática, também pode

---

<sup>3</sup> O autor é um dos responsáveis pelo roteiro do filme.

ser usado como documento de sua época [...]" (FONSECA, 2002: 14).

Por que a escolha do episódio de Salem como metáfora? Miller ao escrever sua peça critica principalmente a intolerância norte americana, já que, para ele ela é recorrente desde as origens da república. O episódio de Salem representaria exatamente isso. Ao justificar o porquê de ter escrito a peça nesse contexto e o porquê da escolha justamente desse episódio, ele argumenta que o medo é o sentimento que está envolvido nesses dois momentos e que ele é responsável por gestos de intolerância que causam tragédias como Salem ou a perseguição dos comunistas, para ele "‘The crucible’ foi um ato de desespero" (MILLER, 2002:1).

Para entender porque Miller escolhe retratar Salem como metáfora de perseguição, é necessária uma breve apresentação do contexto em que o autor vivia e que a peça foi produzida.

### **Guerra Fria e o macartismo**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética passaram a disputar o poderio econômico e político do mundo, além da óbvia competição ideológica entre o capitalismo norte americano e o socialismo soviético. Essa tensão crescente acabou culminando na Guerra Fria (KARNAL & *et al*, 2011: 228). O clima de tensão e desconfiança vivido entre as duas grandes potências gerou uma série de medidas internas e externas (SELLERS, 1990:365). Entre essas medidas, estava a *Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara dos*

*Deputados* (HUAC, o mais duradouro dos organismos parlamentares de ação macartista).

Várias expressões foram criadas para se referir a esse momento histórico, porém o mais famoso e o que mais nos interessa nessa pesquisa é o *macartismo*, termo cunhado para identificar o momento histórico a partir do nome do senador Joseph (Joe) Raymond McCarthy (1908-1957). O termo foi utilizado para designar procedimentos de perseguição e caça aos comunistas e subversivos, atentados contra liberdade de expressão e de pensamento, intolerância ideológica, repressão política, acusações irresponsáveis e sem provas (FERREIRA, 1989: 25). O uso da expressão "caça às bruxas" (witch-hunt) para designar a repressão política nos anos 40 e 50 é uma alusão óbvia à perseguição de pessoas acusadas de bruxaria, em especial, ao episódio de Salem.

Um episódio que chamou muito a atenção do autor, e que de acordo com o mesmo, o influenciou na escrita da peça foi o chamado "os dez de Hollywood", em outubro de 1947: roteiristas, diretores, atores e escritores foram chamados a depor e tiveram suas carreiras arruinadas depois de condenados a penas variadas de seis a doze meses de cadeia pelo comitê (SCHILLING, 2004: 210).

Miller, como já mencionado, escolheu para retratar essas perseguições o episódio de Salem como metáfora. De acordo com Schilling, ao chegar à Salem, na Nova Inglaterra em 1952 e se deparar com as documentações sobre o episódio, Miller:

"[...] Espantou-se com a idêntica ausência de lógica, a mesma busca da completa abjeção das vítimas, o mesmo fanatismo, co-

várdia e perfídia que Miller, no ano seguinte, em 1953, imortalizaria em *As feiticeiras de Salem* (The crucible) [...]" (IDEM, IBIDEM: 215).

### **Análise das fontes**

A peça de Miller foi levada ao palco 1953, no auge das perseguições aos comunistas nos Estados Unidos. O autor era conhecido por levar as questões políticas e as tensões que estavam no ar e que opunham o interesse individual ao dever com a comunidade (como os princípios e patriotismo) as últimas consequências. Mas, por outro lado, seu teatro era também psicológico, com dilemas de natureza pública que apareciam plasmados nas histórias dos personagens que são geralmente "[...] imbuídos de verossimilhança quase sociológica, decerto, mas compostos com pungência e nuançamento poéticos [...]" (MILLER, 2009: 7).

Um ponto que Miller dá grande importância, e que se revela tanto na peça quanto posteriormente no filme é a delação. Mais uma vez, dialogando com seu contexto, o autor metaforiza, episódios como a delação que o colega e companheiro de trabalho Elia Kazan<sup>4</sup> fez de seus colegas de profissão. De acordo com Schilling, esse episódio chocou Miller a tal ponto, que no dia seguinte a essa descoberta, ele se deslocou a Salem e começou a escrever essa peça (SCHILLING, 2004: 215).

Consideramos que a questão da delação exerce papel central nessa obra, pois levanta diversos questionamentos, tais como: é direito de

---

<sup>4</sup> Elia Kazan (1909-2003) foi um famoso diretor de teatro e cinema. Ex-membro do Partido Comunista dos Estados Unidos, denunciou seus colegas ao Comitê de Investigações de Atividades Anti-Americanas.

uma pessoa delatar outra quando se sente ameaçada? Como a sociedade reforça seus ideais de justiça quando seus valores fundamentais são colocados em cheque? Até que ponto inocentes são punidos como forma de proteger determinados valores? (CORREA: 6) . E o principal: Episódios como Salem e o macartismo são isolados ou são recorrentes em todas os períodos históricos dos Estados Unidos?

O filme, homônimo a peça e com o roteiro escrito pelo próprio Arthur Miller, foi lançado em 1996 e dirigido por Nicholas Hyther. Discussões que tratam da intolerância norte americana são recorrentes e na década de 1990 não é diferente, o tema esta mais uma vez em voga, o que torna de certa forma, as perguntas e dúvidas levantadas não só, mas também por Miller, sempre contemporâneas. Somado a esse contexto e discussão, há nessa década uma espécie de boom de filmes com a temática de bruxaria e, Salem, nada mais foi, ou significou, um "episódio real" envolvendo bruxas.

O filme nos importa como fonte, à medida que procuramos pensar como a história é representada nele, ou seja, não nos importa a "fidelidade histórica" porque não acreditamos que o filme ou nenhum outro documento possa exprimir uma verdade do passado, já que eles são sempre recriações. Além de não buscarmos essa interpretação fidedigna do episódio de 1692, acreditamos o filme está mais para uma recriação da peça da década de 1950 de Miller do que dos próprios julgamentos, mas inserido em outro contexto e em outro tipo de produção. Apesar de ambos serem representações artísticas de um mesmo evento histórico, a linguagem, o público, e a adaptação são diferentes, embora, muitas ve-

zes essas diferenças do tropos literário fiquem difíceis de serem estabelecidas . É importante lembrar que o filme (e a peça), ao falarem sobre o outro (passado) dizem-nos sobre seu contexto de produção (FONSECA, 2002: 17).

O alvo principal do trabalho, que é entender como se deu a produção de memória de um episódio, também se baseia no fato de que, nenhuma memória é espontânea ou natural, tanto na peça como no filme, há um objetivo, velado ou não ao escolher exatamente Salem. Assim, nos importa a construção de discursos e a utilização da história, como se engendram os elementos históricos e personagens, omitindo uns e exaltando outros, quais os significados dados a eles, as datas e aos eventos históricos e as relações destes com o momento presente do filme (IDEM, IBIDEM: 18). Pois:

"[...] No lugar do caráter espontâneo e natural, ressaltam-se os empreendimentos deliberados de reconstrução empreendidos pela memória, que responde por via de regra a demandas e interesses políticos precisos. Toda memória é fundamentalmente “criação do passado” [...]" (BRESCIANI & NAXARA, 2009: 41-42).

Há diferenças entre o filme e a peça, principalmente porque o contexto político e cultural é outro. Podemos, a princípio, estabelecer algumas delas, como por exemplo: um esvaziamento, em certa medida, do teor político da peça e um foco maior nas relações individuais, como a de John Proctor e Abigail Willians e os conflitos do mesmo com a esposa Elizabeth Proctor. Ou seja, há uma maior atenção no individual em detrimento do coletivo. As relações pessoais merecem tanta, ou até maior atenção no filme, do que o caos coletivo. A diferença, entre a

peça e o filme é que enquanto a primeira quer narrar o acontecido, o segundo procura, essencialmente mostrá-lo (MILLER, 1997:12).

O interesse em torno do episódio não era de maneira nenhuma recente, mas o que acreditamos que mais chamou a atenção de Miller foi o efeito que medo e o fanatismo, quer tomados individual ou coletivamente, podem exercer nos seres humanos ou em uma comunidade. Assim, o que intrigava o autor, em Salem e no macartismo, era a prontidão com que alguns homens acusavam uns aos outros (ponto principal e recorrente em toda a peça) (CORREA: 7).

Apesar de esse texto ser exemplificador do objetivo do autor ao produzir essa peça, é possível criticar sua postura com relação ao próprio episódio. Ao construir essa memória, sua intenção é clara, como já explicado. Mas o autor desconsidera a crença religiosa que esse povoado realmente tinha em bruxas e em ações do demônio. Ele toma a interpretação psicológica, principalmente como seu argumento, como podemos também perceber na continuação do trecho anterior, em que ele se refere às paisagens mostradas no filme dialogando com o que ele chama de histeria:

"[...] Havia a possibilidade de mostrar a beleza selvagem da terra recém-cultivada, rodeada pelo mar bravo, e a total desordem e o caos das reuniões na cidade, onde as pessoas se ocupavam em condenar umas às outras à morte pela adoração ao diabo. Era possível, então, mostrar a histeria aumentando, em vez de passar a maior parte do tempo apenas relatando-a [...]" (IDEM, IBIDEM: 18).

A cena em que as meninas dançam com Tituba ao redor da fogueira é apenas mencionada na peça, enquanto no filme ela é logo a

cena de abertura, nela, as meninas são flagradas pelo reverendo Samuel Parris (pai e tio de Betty e Abigail) dançando na floresta, o que desencadeia todo episódio. Acreditamos que ela é uma clara crítica ao puritanismo, que reprimiria essas meninas, e assim, seria indiretamente, uma das causas do evento. Miller argumenta um pouco diferente, para ele, a caça às bruxas não era uma consequência da adversidade do modo de vida puritano. O episódio representaria o Paraíso Perdido e a presença do demônio no vilarejo seria uma consequência da necessidade de viver a vida perfeita (e nesse ponto, o cenário do filme se torna mais que um contraponto à ação), já que a pressão constante no sentido de dedicar todo e qualquer aspecto da vida à glória de Deus é o que abre as portas para satanás, e assim a bela paisagem se tornaria um pré-requisito para a violência dos acontecimentos, pois "[...] a luz dá origem às trevas [...]" (IDEM, IBIDEM: 17-18). Várias das críticas se deslocam no espaço de tempo que separa a peça e o filme.

Um dos vários exemplos desse espaçamento temporal é o foco, que é dado no filme para as relações individuais em detrimento do caos coletivo, como a relação amorosa de Proctor e Abigail. Em várias cenas esse romance é mostrado ou insinuado. No filme, parece que a paixão que Abigail tem por John exerce maior influência no desencadear dos acontecimentos, do que a própria relação com a religião com a repressão puritana que estava bem mais evidente na peça. Abigail oscila muito, pois se por um lado ela é culpada por iniciar a "histeria", por acusar pessoas inocentes e por ameaçar outras meninas por outro ela é apenas

uma vítima de uma sociedade repressiva. Arthur Miller destaca isso ao comparar os dois momentos:

"[...] Essa insistência no elo indissolúvel entre o caos comum e o drama pessoal foi para nós o ponto crucial da transformação da peça *As Bruxas de Salem* em um filme. Basicamente, enquanto, enquanto o teatro funciona como uma tomada de cena média permanente, um filme pode abrir a perspectiva o suficiente para abranger uma sociedade inteira e passar, em seguida, para um close capaz de revelar o sentimento de uma menina (...) a violência da multidão torna-se tanto a consequência como a causa da dor e da confusão através dos olhos da menina no close [...]" (IDEM, IBIDEM: 15).

Para o autor, o episódio se dá por meio de um desenrolar de fatos, onde uma coisa é consequência de um erro anterior, para ele "[...] As imagens de sucedem em uma espiral de causa e efeito que reflete com precisão o ímpeto contínuo da caça às bruxas, em que os desvios de comportamento de um indivíduo conduzem ao pânico coletivo que, por sua vez, provoca novos desvios [...]" (IDEM, IBIDEM: 15). Assim, podemos pensar se, por exemplo, o que teria causado o episódio é o adultério de Proctor, que causou as acusações desencadeadas por Abigail ou a repressão puritana, a sociedade baseada no medo como coesão social? Para Miller, sem dúvida é a segunda opção, já que Proctor representa todos os valores que o autor quer reforçar. A cena da confissão de Proctor é o ápice dos valores que Miller considera importantes, e o ponto central de sua crítica aos delatores do macartismo: Proctor prefere entregar sua vida a delatar ou desonrar seus amigos ou emprestar seu nome a mentiras e a colaborar com a continuação dos julgamentos.

Ao optar por Salem, tanto o escritor como o diretor do filme estão, através dessas representações, construindo uma memória em torno e a partir de um fato, e como lembra Rosenthal, poucos temas na cultura americana recebem tanta atenção quanto os Julgamentos de Salem, que são de acordo com o autor, um tema poderosíssimo para ser usado como metáfora de opressão e perseguição (ROSENTHAL, 1995: 1). São justamente esses sentimentos que ambos querem reforçar em suas obras. Ao optarem por representar pessoas inocentes sendo perseguidas e mortas, eles dialogam com episódios de perseguição contemporâneos.

### **Ponderações finais**

Por fim, procuramos entender e pensar as razões que levaram o episódio a se perpetuar ao longo dos séculos, pensando no seu significado, mas também nos motivos das representações dele derivadas e na marca profunda que ele deixou na memória dos colonos ingleses e depois na dos norte americanos. Uma ferida tão aberta e não cicatrizada que se abre a cada novo episódio de intolerância e perseguição, que de acordo com Miller, se propaga não só por toda a história americana, mas pelo mundo, pois, "[...] existem inúmeras Salems contemporâneas, prontas para anunciar bruxarias [...]" (MILLER, 1997: 16).

Neste trabalho, fruto de uma pesquisa de iniciação científica em andamento, procuramos pensar questões relativas à produção e construção de uma memória sobre um episódio emblemático da história dos Estados Unidos, e acreditamos que ele serve como um modelo de discussões e debates sobre a própria cultura desse país. O episódio abre um

leque muito grande de possíveis pesquisas que vão desde análises do episódio até o trabalho com as suas inúmeras representações, por isso esse trabalho não chega e nem tem a pretensão de esgotar essas análises e interpretações, mas pensá-las de forma a levantar novas questões para esse debate tão amplo.

### **Fontes**

*The Crucible*. In: MILLER, Arthur. *The Crucible and Related Readings*. Boston: McDougal Littell, 2002.

*As Bruxas de Salem*. Direção: Nicholas Hytner. EUA: 20th Century Fox Film Corporat, 1996. 124 min. Título original: *The Crucible*.

### **Bibliografia**

APTHEKER, H. *Uma nova história dos Estados Unidos: a era colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

BERCOVITCH, S. "A retórica como Autoridade: puritanismo, a Bíblia e o mito da América. In: *Religião e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Tradução de Sérgio Lamarão.

BRESCIANI, S.; NAXARA, M (Org.). *Memória e (RES) Sentimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3 edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2011.

CORREA, Lilian Cristina. *As Bruxas de Salem: do teatro ao cinema*. Cadernos de Pós- Graduação em letras.

DEMOS, J.P. *Entertaining Satan, Witchcraft and the Culture of Early New England*. Oxford University Press, 2004.

DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993.

FERREIRA, Argemiro. *Caça às bruxas, Macartismo: Uma tragédia Americana*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

FONSECA, V. A. *Historia imaginada no cinema : analise de Carlota Joaquina, a princesa do Brasil e Independência ou Morte*. 2002. Dissertação (mestrado em história). – Universidade Estadual de Campinas.

KARNAL & et al. *História dos Estados Unidos- das origens ao século XXI*. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4 edição. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra. *Fontes visuais, cultura visual, História visual*. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003.

MILLER, Arthur. *A Morte de um Caixeiro-Viajante e Outras 4 Peças*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *As Bruxas de Salem*. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Why I Wrote ‘The Crucible’* (online). The New Yorker, 15/04/2002, 1996. Disponível em: <http://www.dlackey.org/weblog/docs/Why%20I%20Wrote%20the%20Crucible.pdf>.

RICOUER, Paul. *A memória, a História, o Esquecimento*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2007.

ROSENTHAL, Bernard. *Salem Story Reading the Witch Trials of 1692*. Cambridge University Press, 1993.

SCHILLING, Voltaire. *América: A história e as contradições do império*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SELLERS, Charles. *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1990.

SYRETT, Harold. *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1995.

THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

TOTA, A. P. *Os americanos*. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

Recebido em: 11/05/2014

Aceito em: 09/12/2014

## TEMÍSTOCLES: APOGEU E OSTRACISMO. AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA

### THEMISTOCLES: APOGEE AND OSTRACISM. THE TWO SIDES OF THE SAME COIN

*Filipe Paiva Cardoso*<sup>1</sup>

**Resumo:** O ostracismo de Temístocles, um dos responsáveis pelo crescimento da democracia ateniense, ocorreu num período crítico para a Grécia, acabada de sair das guerras Medo-Persas e em pleno conflito entre defensores de sistemas oligárquicos e democráticos. A tese neste artigo é a de que a expulsão do estadista visou abrir caminho para o aristocrata Címon tomar o poder em Atenas, tal e qual como ocorreu com o próprio Temístocles, cuja ascensão ao poder foi facilitada pelos ostracismos da década de 480 a.C. “Quem vive pela espada, morre pela espada.” Neste ostracismo em muito ajudou a intervenção de Esparta, já que Temístocles sempre teve como prioridade impedir os Lacedemónios de ter uma posição dominante sobre toda a Grécia. Tal posição acabou por incendiar os espartanos, que viam em Címon um aliado, levando-os a lançar uma campanha de descrédito contra o estadista que veio ajudar a convencer os atenienses a expulsá-lo.

**Palavras-chave:** Grécia Antiga; Temístocles; Ostracismo; Guerras Medo-Persas; Atenas; Esparta.

**Abstract:** The ostracism of Themistocles, one of the major contributors for the growth of Athenian democracy, happened in a critical period for Greece, soon after the end of the Medo-Persian wars and when Athens was immersed in a conflict between supporters of oligarchic and democratic political systems. The thesis in the article points that Themistocles’ ostracism was a way of opening Athens leadership to Cimon, an aristocrat, just like it happened with Themistocles himself, when his

---

<sup>1</sup> Graduando do 5º Semestre da licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: paiva.cardoso@gmail.com. Artigo orientado pelo Professor Rodrigo Furtado.

path to power was facilitated by a number of ostracisms that occurred in the 480's b.C. "Live by the sword, die by the sword." Sparta played a huge role in Themistocles' ostracism, because the statesman had as a priority to prevent the Lacedemonians from becoming hegemonic in Greece. This attitude made the Spartans launch a defamatory campaign against Themistocles which helped convince the Athenians to vote for his ostracism.

**Keywords:** Ancient Greece; Themistocles; Ostracism; Medo-Persian wars; Athens; Sparta.

### Trajecto, perfil e ideologia

Filho de mãe não-ateniense ainda que oriundo de uma família conceituada, o trajecto singular que Temístocles viria a conseguir em Atenas em pouco ficou a dever aos seus antepassados, devendo mais à sua ambição, vontade de estar no centro das decisões, capacidade de antecipação e invulgares dotes para a oratória, características que desde criança o levaram a trilhar um caminho que o guiaria aos patamares mais elevados da política Ateniense. Ainda criança, e nos intervalos entre aulas, enquanto os seus colegas se dedicavam a jogos e brincadeiras, já Temístocles se dedicava a grandes discursos, normalmente em defesa ou acusação de um colega (PLUTARCO, TEMÍSTOCLES, 2.1). "Ai criança! Tu não serás jamais coisa pequena, algum dia serás um grande bem ou um grande mal", vaticinava-lhe já o seu educador segundo Plutarco (TEM., 2.2), historiador que assim nos abre a porta para o carácter ambíguo deste defensor da Democracia através de meios pouco ortodoxos que viveu entre 524 e 459 a. C..

"Em ambição superava todos os homens." Para Plutarco (TEM. 5.2), não é de estranhar que rapidamente Temístocles se tenha afeiçoado

pela política, caminho evidente para uma alma tomada pelo anseio de glória e para quem os fins justificavam os meios. Esta seria, de resto, a razão pela qual Temístocles nunca terá merecido a confiança de 100% dos atenienses, ainda que muitas vezes o tenham apoiado. De facto, atraiu rapidamente a inimizade entre os mais poderosos, seus inimigos naturais, já que eram eles que ocupavam os cargos mais desejados por este jovem ambicioso cuja carreira em muito assentava no ataque à aristocracia e na elevação do homem comum. Entre as maiores inimizades que veio a recolher encontra-se Aristides, homem oposto a Temístocles e que Heródoto (LIVRO VIII, 79) descreve como o mais merecedor e mais justo entre todos os Atenienses, um aristocrata que olhava para a governação como um meio para levar a cabo as políticas mais importantes e não como forma de obter glória, enquanto se defende o Estado. A diferença determinante entre estes dois estadistas, porém, residia sempre de acordo com Plutarco (ARISTIDES, 2.1), precisamente nas formas opostas de governo que defendiam para Atenas: “Ele [Aristides] portanto favorecia um governo aristocrático, e sempre se opôs a ele, o campeão do povo, Temístocles, filho de Neocles.”

Além do desejo e sede de glória e de reconhecimento, assim como o recurso a métodos pouco ortodoxos para conseguir responder a todos estes desejos, Temístocles notabilizou-se pela sua visão estratégica, antecipando e mesmo provocando por várias vezes eventos determinantes para o futuro de Atenas e da Grécia num período altamente conturbado. Ainda em 490 a. C., no meio da euforia generalizada na *polis* com a vitória de Milcíades sobre os persas na batalha da Maratona, e já

depois de ter ocupado o cargo de Arconte Epónimo, em 493/2 a. C., Temístocles então com apenas 34 anos adivinhava já vingança futura do império derrotado. “Enquanto os demais olhavam para a batalha como o fim da guerra, aos olhos de Temístocles não era se não o início de combates maiores para os quais ele já estava em preparação para salvar a Grécia”, diz Plutarco (TEM., 3.4) numa descrição do talento inato para a antecipação de Temístocles, talento que, contudo, poderá ter beneficiado pelo menos numa ocasião determinante da apropriação de argumentos de terceiros, como veremos adiante.

A visão e antecipação de Temístocles face às necessidades de Atenas já se fazia sentir antes da batalha de Maratona: basta ver que durante o seu arcontado deu início à fortificação do porto ateniense do Pireu, para que este servisse de base naval mais resguardada, e já antes tinha sido um dos grandes defensores do apoio de Atenas à revolta das *poleis* da Jónia contra o domínio Persa, mesmo depois de Atenas deixar a Jónia entregue a si mesma, ainda em 498 a. C., oferecendo de bandeja o domínio do Egeu aos Persas. Para Temístocles, este mar era vital para as aspirações de Atenas, que o estadista sempre defendeu que devia viver de frente para o Egeu e não de costas. Isto porque, explicam José Ribeiro Ferreira e Delfim Leão (2010), nesta altura quem dominasse o Egeu e o tornasse seguro de ataques piratas iria beneficiar de vários proveitos económicos e de um acrescido peso militar e diplomático. Temístocles defendia também a aposta naval porque se o poder de Atenas assentasse numa indisputável frota tal daria mais importância aos remadores das trirremes, normalmente os cidadãos da quarta classe cen-

sitária de Sólon, os tetas, reduzindo assim a força das classes mais elevadas, detalham os mesmos autores. Foi aliás graças a si que a *polis* conseguiu inverter “as políticas dos antigos Reis Atenienses” de viver para a agricultura e não para a navegação, inversão que permitiu “aumentar os privilégios dos homens comuns contra os nobres, enchendo-os de coragem, já que o poder estava agora na mão de capitães, contramestres e pilotos” (PLUT. TEM. 19.4). Esta inversão na lógica do poder, naturalmente, não lhe trouxe grandes amizades entre as famílias aristocratas de Atenas.

Terá sido Temístocles (FERREIRA, LEÃO, 2010)<sup>2</sup> que durante o seu arcontado encomendou a Frínico, um dos dramaturgos atenienses, que escrevesse “A Tragédia de Mileto”, onde era descrita em pormenor a sorte desta *polis* Jónia às mãos dos Persas (massacre de boa parte dos homens, redução à escravatura das mulheres e crianças e deportação do resto da população para a costa do Golfo Pérsico). A tragédia visava recolocar o apoio de Atenas aos Jónios na ordem do dia, mas impressionou de tal forma nas Dionísias daquele ano que Frínico acabou multado e a obra não mais pode ser apresentada. Os Atenienses eram especialmente sensíveis ao destino de Mileto, já que segundo os seus mitos teria sido fundada pelo filho do último rei de Atenas, Codrus (HERÓDOTO, IX, 97).

A vitória em Maratona, atribuída a Milcíades, membro de uma das mais poderosas famílias Atenienses, trouxe o auge e logo a queda em desgraça deste estadista. De facto, depois desta vitória histórica so-

---

<sup>2</sup> P. 151.

bre os Persas, Milcíades pediu aos cidadãos autorização e financiamento para atacar com 70 navios uma região, sem nomear qual, prometendo fazer de Atenas uma cidade ainda mais rica. Com a fama e a vitória de Maratona por trás, os Atenienses aceitaram a proposta. Milcíades decidiu então atacar a ilha de Paros, que teria apoiado os Persas na batalha de Maratona, mas Hérodoto (VI, 133) atribui também razões pessoais para este ataque. Independentemente das razões, certo é que a expedição foi um fracasso retumbante, com a frota de Milcíades a voltar a Atenas derrotada e o próprio ferido de morte. Foi a queda em desgraça do herói de Maratona, acusado de enganar a Assembleia, que chegou a discutir a sua condenação à morte. Acabou condenado a pagar 50 talentos, dívida que com a sua morte recaiu sobre o seu filho, Címon, outro aristocrata que viria a influenciar de forma determinante a vida de Temístocles e de Atenas.

A queda em desgraça de Milcíades em 489 a .C. marcou o início de uma conturbada era política em Atenas, ou pelo menos a sua transformação de Guerra Fria em Guerra Quente, por assim dizer, com a sucessão de vários ostracismos<sup>3</sup> que vão afastando políticos influentes de cena, exilados, pois não seriam raros os Atenienses que defendiam uma política de entendimento com os Persas, ao invés da resistência (CAMBRIDGE ANCIENT HISTORY, VOL. IV)<sup>4</sup>. Aliás, Xantipo, principal acusador de Milcíades, casado com a sobrinha de Clístenes e pai de Péricles, poderá ter precipitado a queda de Milcíades em resposta ao

---

<sup>3</sup> Em 488/7, Hiparco (Pisistrátida); em 487/6, Mégacles (Alcmeónida); em 484/5, Xantipo (Alcmeónida); em 483/2, Aristides.

<sup>4</sup> Págs. 341-342.

desejo dos Alcmeónidas (família a que estava ligado por casamento) de um entendimento com os Persas. Esta suspeita que grassava em Atenas é relatada por Heródoto (VI, 115-124) que, contudo, se recusa a acreditar nos boatos.

A crescente certeza de novo ataque Persa, assim como a explosão de uma guerra ideológica em Atenas entre os que defendiam o entendimento com os Persas e aqueles que repudiavam qualquer negociação com os mesmos, assim como, já posteriormente a esta discussão, as fortes discordâncias existentes ao nível da estratégia a seguir na defesa contra a invasão de Xerxes, acabou por trazer para a ordem do dia durante a década de 480 a lei do ostracismo que, assim, só duas décadas depois da sua criação começou a ser efectivamente usada.

## **O Ostracismo**

Para entender todo o enquadramento do ostracismo de Temístocles, assim como os anos conturbados vividos na década de 480 e seguintes em Atenas, é primeiro necessário ter presente o que era e o que visava a lei do ostracismo. Segundo Aristóteles (CONSTITUIÇÃO DOS ATENIENSES, 22), esta lei foi criada por Clístenes no meio das profundas reformas ao sistema político então a serem forjadas na *Polis*. O ostracismo terá nascido no final do século VI, na época de Clístenes, mas só dois anos depois da vitória ateniense em Maratona e “depois da população ter ganho auto-confiança, pela primeira vez usaram a lei do ostracismo”.

Entre as razões que levaram Clístenes a criar o ostracismo estaria o receio de Atenas voltar a cair num regime tirano como o imposto por Pisístrato, “que tirou vantagem da sua posição como líder popular e general para nomear-se tirano”. A primeira vítima do ostracismo, em 488, foi precisamente Hiparco, filho de Carmo, personagem bem próxima de Pístrato, e arconte em 496/5. A actuação de Hiparco antes, durante e depois do seu arcontado, mas também quando da batalha de Maratona, terá dado indícios de que poderia estar em causa uma futura restauração do tirano Hípias, filho de Pístrato.

O ostracismo era sobretudo uma lei preventiva, pelo menos na teoria. Explica Aristóteles (POLÍTICA, 3.13) que a “igualdade é o objectivo último dos estados democráticos”, razão pela qual foi criado o ostracismo, para que “fossem ostracizados e banidos da cidade por um período de tempo aqueles que, por razões da sua riqueza, número de amigos ou qualquer outro tipo de influência política, prevalessem demasiado”. Apesar da explicação teórica, Aristóteles é também o primeiro a reconhecer os riscos desta lei: “Este princípio, contudo, não tem sido aplicado justamente nos Estados pois, ao invés de procurarem o bem para a sua Constituição, o ostracismo tem sido usado para beneficiar algumas facções.” Além do uso desta lei por algumas facções para seu próprio privilégio, afastando rivais políticos do caminho, também a própria ideia de democracia radical levou a que o ostracismo se transformasse numa consequência natural de simples derrotas eleitorais. “Em breve homens passaram a ser ostracizados porque se opunham às políticas apoiadas pela maioria do eleitorado” (RAUBITSCHKE, 1951), algo

de que encontramos prova, por exemplo, na já citada dura rivalidade entre Temistócles e Aristides, duas das mais fortes personalidades do início do séc. V ateniense.

O conflito entre estes adversários políticos, sobretudo durante a segunda metade da década de 480, chegou ao ponto de Aristides sentir-se obrigado a propor as suas medidas através de outros Atenienses já que somente assim conseguia evitar a oposição quase automática de Temistócles, que se opunha a qualquer uma das suas iniciativas (PLUT., ARIST. 3.3). De acordo com Plutarco (PLUT., ARIST. 3.1-3), Aristides, que via Temistocles como “um agitador inconsciente”, chegou mesmo ao limite quando, depois de infligir uma derrota política a Temistócles, declarou à saída da Ecclesia que “o estado de Atenas não será seguro enquanto Temistócles e ele próprio não fossem empurrados para um confronto”. Em síntese, e pelo sistema ateniense que acabou por estar em vigor, apenas o ostracismo poderia decidir em tempo útil qual de duas políticas opostas seria seguida.

Plutarco (ARIST. 7.2-6) também encontra várias falhas no ostracismo, “falaciosamente referido como uma forma forçada de promover a humildade e de conter níveis opressivos de prestígio, era na realidade um exorcismo misericordioso do espírito dos invejosos, que resultava numa vontade de punir, não de uma forma irreparável, mas com uma mudança de residência durante dez anos”. E dá como exemplo o ostracismo de Aristides, quando um cidadão anónimo pediu ao próprio, sem o reconhecer, que escrevesse o seu nome para o votar ao ostracismo. Aristides terá perguntado a este cidadão se tinha sido de alguma forma

prejudicado por quem estava a condenar, ao que recebeu como resposta: “Não, nem o conheço. Mas estou cansado que o chamem ‘O Justo’ por todos os lados.” Mais tarde, de acordo sempre com Plutarco, também Temístocles iria sentir na pele o peso que a injustiça e a inveja tinham nos ostracismos, pois também ele cansou os Atenienses de tanto vangloriar os seus feitos, facilitando a vida aos seus rivais e inimigos.

O método em que decorria um ostracismo previa que as propostas fossem discutidas durante a Assembleia da sexta pritânia. Se a intenção de votar ostracismos fosse aprovada, então o processo em si decorreria na Ágora, durante a oitava pritânia e sob supervisão dos arcontes. Para que um ostracismo fosse válido era preciso um mínimo de seis mil votos, inscritos num *ostrakon*, espécie de barra de cerâmica, e uma maioria simples ditava o resultado. Explica Plutarco (ARIST. 7.4-5): “Cada cidadão pegava num *ostrakon*, escrevia o nome do cidadão que queria retirar da cidade e levava o seu voto para um local na ágora rodeado por cercas. Os arcontes primeiro contavam o total de votos. Se fossem menos de seis mil o ostracismo era nulo. Depois separavam os nomes e proclamavam o exílio por dez anos do homem que tivesse recebido mais votos, que mantinha os direitos sobre os seus rendimentos e propriedades.” Já Diodoro (LIVRO XI, 55.2) é mais directo, referindo que os Atenienses escreviam nos *ostrakon* o nome “do homem que julgavam ter mais poder para destruir a democracia”, votando-o ao ostracismo, forma que tinham “não para castigar qualquer crime, mas para baixar a presunção de homens que subiram demasiado, através do exílio”.

Os Atenienses com o tempo perceberam que o ostracismo se transformou mais numa forma de punição orientada por ódios e invejas do que de prevenir a ascensão de tiranos (PLUT., ARIST., 7.2-4). Foi por volta de 417 a. C. que se registou o último dos ostracismos, quando Hipérbolo, cidadão das classes mais inferiores, e alvo dos poetas cómicos que o elegiam como comparação quando queriam denegrir alguém, se transformou numa das vítimas desta lei<sup>5</sup>.

### **A ascensão de Címon e o ostracismo de Temístocles.**

O eventual regresso dos Persas à Grécia tinha-se tornado então na década de 480 a. C. no principal tema político em Atenas, com muitos a temerem que a vitória em Maratona tivesse resultado da sorte e que os Persas seriam imparáveis caso avançassem com reais intenções de conquista – isto porque a primeira guerra Persa visou sobretudo a vingança sobre os aliados da Jónia, e não a conquista da Grécia. A escolha entre a guerra e uma política de apaziguamento com os Persas, que em troca da soberania poupassem Atenas a um massacre, eram visões em oposição.

Um dos grandes defensores da resistência total aos Persas é Temístocles a quem, apesar de não surgir directamente associado à grande vaga de ostracismos na década de 480, muitos atribuem responsabilidades na mesma. De facto, ao longo deste período terão sido contados 2

---

<sup>5</sup> “Alcíbiades e Nícias eram os mais poderosos do Estado e estavam em conflito. Quando a população estava prestes a exercer o ostracismo (...), ambos chegaram a um acordo, uniram as facções, e votaram Hipérbolo ao ostracismo. A população irritou-se com esta atitude, considerando-a um insulto e um abuso à instituição, acabando por abandonar” os ostracismos, conta Plutarco, na *Vida de Aristides* (7.3).

264 votos a pedir o ostracismo de Temístocles, prova de que vários aristocratas tentaram condená-lo ao exílio durante os anos das grandes purgas atenienses, seja em reacção à sua participação nos ostracismos de outros aristocratas, seja em reacção às suas políticas pro-democracia. Mas Temístocles, “que tratava todos os cidadãos pelo nome, guardando-os na memória, e mostrando-se sempre um juiz inflexível” (PLUT. TEM. 5.4), estando assim nas boas graças da plebe por esta altura, sobreviveu aos ataques. Sorte oposta teve Xantipo em 484/5 e, depois, já com maior quota de responsabilidade de Temístocles, seguiu-se a condenação de Aristides, em 483/2, num exílio que já não visava decidir entre a resistência ou a rendição, mas sim sobre qual a melhor forma de combater os Persas, como já explicámos.

A condenação ao exílio nesta época de vários políticos influentes em Atenas através dos ostracismos atrás referidos, que visaram de Pisis-trátidas a Alcmeónidas, acaba por deixar o caminho livre a Temístocles para finalmente avançar com a sua política de rearmamento e de uma aposta definitiva no poder naval como o futuro de Atenas (CAMB. ANC. HIST, IV)<sup>6</sup>. Habituaados que estavam os cidadãos a verem distribuídos por si os lucros obtidos com as minas de prata, Temístocles aproveitou a descoberta das minas de Maroneia em 483/2 para quebrar este hábito, pedindo à Assembleia para empregar os rendimentos na construção de 100 barcos de guerra, argumentando então com a ameaça de Egina, embora sem esquecer os Persas. “Atreveu-se a propor ao povo que abdicasse daquele rendimento para que se construíssem galeras para

---

<sup>6</sup> P. 342.

a guerra contra os eginetas”, conta Plutarco (TEM. 4.2). “Construíram-se assim, com aquele dinheiro, cem galeras que acabaram por combater Xerxes em Salamina.”

A criação de uma armada forte foi também a forma que Temístocles encontrou para enfraquecer as classes mais altas de Atenas, já que até então, e a cada batalha vencida por generais de certas famílias, novos rumores surgiam sobre o eventual aproveitamento da fama para fazer regressar a tirania à *Polis*. Com a marinha consegue dar-se um papel de relevo aos cidadãos mais carenciados, vedados de grandes papéis militares por falta de meios. Quando esses cidadãos se tornam ferramenta essencial nas vitórias dos Atenieneses<sup>7</sup> acabam por ajudar a cimentar o regime democrático da *polis*, cujos louros das vitórias passam a recair menos nas aristocracias e mais nos cidadãos.

Apesar de todas as purgas levadas a cabo durante a década de 480 a. C., e com o advento da invasão persa, todos os cidadãos Atenieneses

---

<sup>7</sup> Algo que ficou evidente depois da vitória frente aos Persas. “O acontecimento mais decisivo na luta pela liberdade – a Batalha de Salamina – viera confirmar que o futuro de Atenas estava na força naval. No entanto, é importante registrar que os marinheiros vencedores do Artemísio, Salamina e de Mícale diferiam social e economicamente dos hoplitas e dos cavaleiros. Estes últimos estavam ligados à terra e tinham a obrigação de custear os próprios equipamentos e montadas. Os marinheiros, pelo contrário, eram assalariados da pólis e não possuíam outro meio de subsistência que não fosse o soldo recebido pela função na frota. Desse modo, os cidadãos mais pobres de Atenas, que haviam sido peças indissociáveis da eficácia da frota, saíram dessas vitórias muito prestigiados e quase granjeados ao estatuto de heróis. Por conseguinte, as Guerras Medo-persas (...) ajudaram a cimentar o regime democrático em Atenas e criaram ainda as condições para um aperfeiçoamento da soberania popular”, in, Ribeiro Ferreira, José e Ferreira Leão, Delfim, pp. 168 e 169.

que tinham sido condenados ao ostracismo acabam por ser autorizados a regressar em 480/1 à *polis* (ARIST. CONST. 22.8)

São vários os estratagemas a que Temístocles recorre durante a guerra para assegurar por qualquer meio que esta corra de feição aos Atenienses, sendo que segundo Plutarco (TEM. 6.3, 5.6) os maiores de todos os seus feitos foi “ter dissipado as guerras entre os Gregos, reconciliando as cidades entre si, persuadindo-as a renunciar às suas inimizades” em nome do inimigo comum, os Persas, assim como ter conseguido a suspensão dos ostracismos do passado, algo que lhe permitiu chamar de volta Aristides, que os Atenienses temiam que fosse apoiar os bárbaros.

De acordo com Plutarco (TEM., 10, 1-4) e também Heródoto (VII.143), já durante a guerra, e tanto através de falsos prenúncios dos Deuses, com os quais conseguiu convencer os Atenienses a abandonarem Atenas evitando o massacre destes, ou através de subornos recebidos e pagos (HER., VIII, 4-5), bem como através de recados enviados ao rei persa oferecendo-se como traidor para induzir Xerxes em erro (PLUT., TEM., 12.4), Temístocles manipulou quase todos os episódios determinantes da guerra para que esta terminasse de forma favorável para os Gregos.

A insistência em ficar em Salamina, episódio apontado como um dos seus maiores triunfos e como um exemplo da sua capacidade de antecipação e de estratégia, pode, no entanto, estar sobreavaliado na biografia de Temístocles. Segundo Heródoto (VIII.57-58), historiador da época que relatamos, foi Mnesifilio, amigo e perceptor de Temístocles,

que, quando soube da intenção de abandonar Salamina, convenceu o estadista da importância de não recuar e de combater naquele estreito, argumentos que Temístocles posteriormente apresentou como seus a Euribíades, almirante espartano encarregue do comando da frota pan-helénica, para o convencer a ficar em Salamina. Plutarco refutou na sua época esta teoria e Frank Frost (FROST, 1971) atribui a mesma aos preconceitos existentes no século V contra Temístocles, que terão levado as fontes de Heródoto a alterar os pressupostos da história de forma a desvalorizar o papel de Temístocles. Sobre isto cabe-nos um comentário, lembrando que se a proximidade temporal de Heródoto a Temístocles pode ser vista como uma vantagem para os seus relatos face aos de Plutarco, por outro lado ela acarreta um risco, pois essa proximidade face a um evento não é normalmente boa conselheira para o discernimento histórico. É também de salientar que existiu de facto uma tendência de desvalorização do papel de Temístocles na guerra contra os Persas.

Com o fim da guerra contra os Persas, o que poderia ser um período áureo da vida de Te

místocles rapidamente se deteriora. Na recolha dos louros por esta grande vitória, e entre as cidades, coube a Egina e depois a Atenas, o maior dos reconhecimentos pela coragem demonstrada na guerra, mas entre os homens “todos atribuíram o primeiro lugar a Temístocles, ainda que a inveja que sentiam tenha impedido de o fazerem directamente”. Ou seja, quando todos os generais se reuniram para deliberar sobre prémios de valentia, todos se declararam como os melhores, dando todos

eles o segundo lugar a Temístocles (a tal tendência de desvalorizar o seu papel que referimos há pouco), explica Plutarco (TEM, 17.1). Esparta aqui aproveitou o carácter e a ambição de Temístocles para virar os Atenienses contra si.

Depois de os Espartanos perceberem que a vitória em Salamina mostrava que os Atenienses estavam prontos para disputar a liderança da Grécia com os Lacedemónios, rapidamente se esforçaram para conter o orgulho destes, primeiro dando primazia a Egina no reconhecimento do esforço de guerra, relegando o esforço ateniense para segundo plano. Ao mesmo tempo, avançaram com uma série de oferendas a Temístocles, o dobro das reservadas para quem tinha ganho distinções. “Quando Temístocles aceitou as oferendas, os Atenienses removeram-no de general entregando o cargo a Xantipo” (DIODORO, XI, 27.3). Muito bem recebido na *polis* dos Espartanos, assim como no Festival Olímpico que se seguiu à vitória sobre os Persas, o Ateniense não sentia por esta altura que os seus cidadãos lhe dessem o valor que merecia, ou achava que merecia. Sentia que os Atenienses o viam como uma árvore, “correndo para debaixo dos seus ramos quando há tempestade” (PLUT. TEM. 18.3), mas ignorando-o ou cortando-lhe os ramos nos tempos de bonança.

Além dos problemas ou da falta de amor que sentia vinda dos seus cidadãos, Temístocles, assim como a Grécia no geral, voltava a pensar nas antigas quezílias entre as várias *poleis* gregas, adormecidas durante a guerra Persa. A política interna de Atenas volta a ser palco de tensões entre facções pro-Esparta e anti-Esparta. Temístocles, tendo

mantido relações com todos os chefes Gregos durante as guerras e sabendo que a Lacedemónia era contra a reconstrução da muralha de Atenas, destruída pelos Persas, foi a Esparta manter aparentes negociações de paz que, contudo, visaram apenas levantar uma fachada e ganhar tempo para a sua *polis* terminar a reconstrução da dita muralha. A jogada foi de muito difícil digestão em Esparta.

O ódio dedicado por Esparta a Temístocles acabou por explodir realmente quando este conseguiu impedir os Espartanos de retirar da aliança dos estados Gregos todas as *poleis* que não tinham combatido directamente contra os Persas. O Ateniense opôs-se ao plano, demonstrando que tal decisão ia entregar o comando da aliança aos Espartanos, que assim poderiam colocá-la a funcionar inteiramente ao serviço das suas vontades. Os delegados da aliança acabaram por chumbar a proposta de Esparta e “foi por esta razão em particular que ele [Temístocles] se tornou insuportável para os Lacedemónios, que passaram a tentar impor Címon, filho de Milcíades e sucessor político de Aristides, tornando-o no rival político de Temístocles”, conta Plutarco (TEM. 20.4). “Na realidade, opunha-se a Temístocles quando ele exaltava a Democracia excessivamente, como Aristides fez.” (PLUT. CÍMON 10.7)

Aqui precisamos de recorrer a Diodoro (IV, 54.2-5) para melhor entender a dimensão da campanha lançada por Esparta contra Temístocles. Os Lacedemónios, e como “Esparta estava reduzida a um estado humilde por causa da traição do seu general [Pausânias], enquanto Atenas estava com óptima reputação, porque não viu nenhum dos seus cidadãos condenado por traição”, “estavam desejosos de envolver Atenas

em acusações igualmente degradantes” e como “Temístocles era dono de óptima reputação entre os Atenenses, acusaram-no de traição, alegando que ele era grande amigo de Pausânias”. Mas além de o associarem a esta traição, que já abordaremos, os Espartanos “mantiveram conversações com os inimigos de Temístocles, incitando-os a apresentar acusações contra ele, oferecendo-lhes dinheiro”. Esparta estava assim a intervir directamente na política interna de Atenas, procurando elevar naquela *polis* um político mais favorável às suas ambições, no caso Címon.

Além de Esparta, Temístocles tornou-se odiado igualmente pelos aliados gregos, já que terá viajado ao longo das ilhas gregas onde procurou extrair dinheiro a estas cidades. “Tornou-se odiado também pelos aliados, por navegar pelas ilhas a tentar extrair-lhes dinheiro.” (PLUT. TEM. 21) Esta parte da história chega-nos também por Heródoto (VII, 111-2) mas, ao contrário do que ocorre com Mnesífílio em Salamina, não foi omitida por Plutarco. “Os Helénicos entretanto (...) estavam a investir em Andros para tomá-la: os Ândrios foram os primeiros das ilhas que, ao pedido de Temístocles por dinheiro, recusaram dá-lo (...). Estes, recusando pagar, foram cercados: e Temístocles não perdendo o desejo pelo ganho enviou mensagens ameaçadores às outras ilhas a pedir dinheiro (...) a dizer que se não lhe dessem o que era exigido, iria levar a frota dos helénicos, cercá-los e invadi-los. Assim angariou grandes quantias de dinheiro aos Carístios e aos Pários.”

Já com bem mais de duas mãos cheias de inimigos angariados ao longo dos últimos anos, de políticos a cidadãos comuns, e com as notí-

cias da tentativa de extorsão às *poleis* aliadas, não demorou muito até que alguns poetas gregos começassem a compor contra Temístocles, (“*Por três talentos de prata navegou – até à perdição, perdendo alguns exilados injustamente, perseguindo outros, e matando alguns*”), até porque um deles, Timócreon, autor do excerto citado, tinha sido condenado ao ostracismo com voto favorável do estadista Ateniense (PLUT. TEM. 21-4). Já antes, convém sublinhar, Temístocles tinha sido associado a subornos, no caso em plena guerra contra os Persas, pouco tempo antes da Batalha de Artemísio, antecessora da Batalha de Salamina. Diz-nos Heródoto que os Gregos também aqui quiseram recuar, deixando a Eubeia à sua sorte. Quando souberam disto, os Eubeus tentaram convencer Euríbiades, o general Espartano com o comando da armada, a atrasar a retirada uns dias para terem tempo de tirarem as crianças e os escravos para locais de segurança. Sem sucesso no pedido, “foram ter com Temístocles, a quem pagaram um suborno de 30 talentos, a troco da promessa de que a frota permaneceria no local arriscando uma batalha em defesa da Eubeia” (HERÓDOTO, VIII, 4-5), algo que Temístocles conseguiu, pagando cinco talentos a Euribíades e três talentos de prata a Adimanto, líder dos Corintos. Ambos acreditavam que o dinheiro tinha sido enviado pelos Atenienses para aquele mesmo fim. O restante dinheiro ficou com Temístocles. Versão ligeiramente diferente chega-nos de Plutarco (TEM. 7.5), que assume o pagamento a Temístocles “de uma grande quantidade de dinheiro” que, assegura citando Heródoto, “foi dado a Euribíades”. Acreditamos que Plutarco tenha decidido ignorar que a maior parte do suborno ficou com Temístocles, já que a

referência que usa como fonte, Heródoto, é bastante peremptório neste ponto.

Já antes muito criticado pelos seus hábitos dispendiosos, que o tornavam “ávido de dinheiro”, e pela sua presunção, especialmente quando tentou rivalizar com os banquetes oferecidos por Címon, demasiados ostensivos mas que eram perdoados “pois era jovem e de boas famílias, ao passo que Temístocles ainda não era famoso e parecia que estava a tentar subir na vida sem os meios adequados”, sendo mesmo acusado de ostentação, não demorou muito tempo até que os ataques vindos de fora começassem a ter eco entre os Atenienses. Além disso, e como os partidários deste estadista eram maioritariamente das classes mais desfavorecidas, eram também eles mais fáceis de ser aliciados por aristocratas adeptos do regime oligárquico. Com o tempo, as acusações contra Temístocles foram ganhando cada vez mais eco e “aqueles que temiam a eminência de que gozava, e outros que tinham inveja da sua glória esqueceram os seus serviços ao Estado, começando a exortar à diminuição do seu poder e ao rebaixamento da sua presunção” (DIO. IV. 54.5).

O forte desejo de afirmação pessoal e vaidade de Temístocles, sempre afirmado pelas fontes, também o parecem ter tornado um alvo mais fácil para a propaganda, ainda para mais quando contra si tinha Címon, cuja influência estava em crescendo. “Quando ele [Címon] enveredou pela política as pessoas receberam-no de braços abertos, promovendo-o, já que estavam completamente saturadas de Temístocles, às maiores honras e cargos da cidade” (PLUT. CIMON, 5.4); isto apesar de

Címon ser de tal forma pro-Esparta que até terá dado o nome de Lacedemónio a um dos seus filhos.

As acusações de corrupção e de apoio aos Persas contra Temístocles foram então ganhando eco, obrigando-o por diversas vezes a lembrar aos Atenenses todos os seus feitos quando tomava a palavra na Assembleia, até que ele próprio se cansou de se defender. “Por que vos cansais de ser beneficiado tantas vezes pelo mesmo homem?” (PLUT. TEM. 22.1), chegou a questionar. Por fim, e quanto mais insistia nos seus feitos para sua defesa, acabando mesmo por assumir ter recebido cartas do espartano Pausânias (DIO. IV. 55.8) onde este insistia com ele para se juntar aos Persas, mais odioso se ia tornando aos olhos dos seus cidadãos, chegando mesmo a ofender todos os cidadãos quando avançou com a construção de um templo à deusa Ártemis perto de sua casa, a que chamou Melhor Conselheiro, deixando implícito que tinha sido ele, Temístocles, o melhor conselheiro da cidade e dos Gregos. Perto do templo foi ainda erguida uma estátua do próprio Temístocles.

Os rumores, receios e a inveja perante o estatuto de Temístocles chegam neste ponto ao seu auge, com os cidadãos atenienses a acabarem por condená-lo ao ostracismo como forma de reduzir o seu poder, prestígio e influência na *polis*, como era aliás o objectivo teórico da Lei do Ostracismo: evitar o poder desmesurado. O alívio da inveja sentida pelos cidadãos perante Temístocles, que assim forçavam a humildade aos eminentes, é também um motivo apontado por Plutarco para a condenação que o estadista ateniense acabou por sofrer – podemos atribuí-la, pois, à má fama que o político sempre acarretou consigo, por própria

culpa, e também à influência crescente de Címon e da intervenção de Esparta nos assuntos internos de Atenas, nomeadamente ao arrastar o nome de Temístocles repetidamente na lama.

Em resultado do ostracismo de Temístocles, Címon fica com o caminho totalmente aberto para dominar a política da *polis* nos anos seguintes, algo que “os Atenienses inicialmente gostaram, até porque não vislumbravam vantagens para Esparta do favorecimento que lhe davam” (PLUT. CIM. 16.2). Címon foi Estratego entre 476 e 463 a. C., período em que aproveitou para conter a democratização da *polis*, especialmente através da criação das clerúquias, ou colónias, onde oferecia terras aos cidadãos mais pobres, afastando-os do centro de decisão de Atenas. Manteve também a sua política de aproximação a Esparta que, ironicamente, seria a razão da sua posterior queda em desgraça.

O último ano de que há registos de Temístocles em Atenas é na Primavera de 476 a. C., “Adimantus era Arconte” (TEM. 5.4), quando foi corego, espécie de mecenas, de Frínico, poeta vencedor das Dionísas daquele ano – o ostracismo do estadista deve ter ocorrido pouco depois. Mesmo após a saída forçada de Atenas, Temístocles prosseguiu no seu esforço contra a ameaça de Esparta desde Argos, mantendo-se em contactos com os rivais daquela *polis* militar – terá procurado edificar uma aliança contra os Espartanos, mais uma vez antecipando as tensões futuras que iriam assolar a sua Atenas. Esta persistência, porém, levou Esparta a desferir o golpe final no Ateniense, ao conseguir finalmente associá-lo à traição de Pausânias.

## Morte de Temístocles

A queda em desgraça de Temístocles ocorre no período entre a segunda guerra persa e o início da guerra que dividiu a Liga do Peloponeso e a Liga de Delos, marcado pelo fim da aliança Grega que permitiu empurrar os Persas para fora do Continente, e mais tarde também de todo o Egeu. Este foi um período muito conturbado em termos de política interna grega, com a aliança pan-helénica a cair, e com Esparta e Atenas, líderes da liga do Peloponeso e da recém-criada liga de Delos, respectivamente, a tentarem quebrar a liga da *polis* rival.

Entre as exigências crescentes que cada uma das *poleis* foi apresentando à outra, Esparta fez valer-se da morte de Pausânias, e das cartas com ele encontradas, para dar a estocada final no percurso de Temístocles na Grécia, acusando-o de participar na traição de Pausânias, algo que nenhum autor corrobora. Plutarco (TEM. 23.2), que recusa as acusações feitas a Temístocles, assume que este recebeu um convite de Pausânias para se juntar à sua causa. “Temístocles rejeitou com firmeza a solicitação, declarando-lhe abertamente que não queria ter com ele nenhuma participação nesse assunto.” As cartas encontradas com Pausânias depois da sua morte, porém, escritas por Temístocles, foram suficientes para a acusação vingar, com o Estadista a ver-se condenado *in absentia* pelos seus Atenienses.

Temístocles, obrigado a fugir da Grécia, viu-se então forçado a oferecer os seus serviços aos Persas, já que dada a sua personalidade jamais seria capaz de optar por uma reforma tranquila, sendo recebido de braços abertos depois de em troca oferecer ajuda num futuro ataque à

Grécia. Nomeado governador de Magnésia em 465 a. C., acabou por ser confrontado com o crescente aumento do poder marítimo de Atenas nos anos seguintes, que levou Artaxerxes, rei persa, a convocar Temístocles para organizar a defensiva persa contra os gregos. Segundo Plutarco, foi nesta altura que o Ateniense tomou a decisão de terminar a própria vida por se julgar incapaz de cumprir o que tinha prometido, corria “o sexagésimo-quinto ano da sua vida”, estávamos em 459 a. C. “Dizem que o Rei, ao lhe contarem a causa e a razão da sua morte, admirou o homem ainda mais, continuando a tratar os seus amigos e parentes com bondade.” (TEM. 31.5)

### Fontes

ARISTÓTELES, *Constituição dos Atenienses*, Delfim Ferreira Leão (tradução), Lisboa, Gulbenkian, 2011.

ARISTÓTELES, *Política, Livro III*, versão inglesa traduzida por Benjamin Jowett, exemplar policopiado disponível em: [www.constitution.org/ari/polit\\_00.htm](http://www.constitution.org/ari/polit_00.htm).

DIODORO, *Livro IV*, publicado no vol. II da Loeb Classical Library, 1935, exemplar policopiado disponível em: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Diodorus\\_Siculus/4A\\*.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Diodorus_Siculus/4A*.html).

DIODORO, *Livro XI*, publicado no vol. IV da Loeb Classical Library, 1946, exemplar policopiado disponível em: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Diodorus\\_Siculus/11A\\*.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Diodorus_Siculus/11A*.html).

HERÓDOTO, *Livro VI*, José Ribeiro Ferreira e Delfim Leão (tradução), Lisboa, Edições 70, 2000.

HERÓDOTO, *Livro VIII*, José Ribeiro Ferreira e Carmen Leal Soares (tradução), Lisboa, Edições 70, s.d.

HERÓDOTO, *Livro VII* versão inglesa traduzida por George Rawlinson, editada por Bruce J. Butterfield, Modern Library, 1942. Exemplar policopiado disponível em: <http://tinyurl.com/lzdmhgn>.

HERÓDOTO, *Livro IX* versão inglesa traduzida por George Rawlinson, editada por Bruce J. Butterfield, Modern Library, 1942. Exemplar policopiado disponível em: <http://tinyurl.com/oenoocd>.

PLUTARCO, *Vidas Paralelas: A Vida de Temístocles*, publicado no vol. II da Loeb Classical Library, 1914, exemplar policopiado disponível em: <http://tinyurl.com/2kt8xh>.

PLUTARCO, *Vidas Paralelas: A Vida de Nícias*, publicado no vol. III da Loeb Classical Library, 1916, exemplar policopiado disponível em: <http://tinyurl.com/24l6cf>.

PLUTARCO, *Vidas Paralelas: A Vida de Aristides*, publicado no vol. IV da Loeb Classical Library, 1916, exemplar policopiado disponível em: <http://tinyurl.com/24lbtq>.

PLUTARCO, *Vidas Paralelas: A Vida de Címon*, publicado no vol. II da Loeb Classical Library, 1914, exemplar policopiado disponível em: <http://tinyurl.com/29ougb>

TUCIDÍDES, *História da Guerra do Peloponeso*, David Martelo (tradução), Lisboa, Edições Sílabo, 2008.

## **Bibliografia**

*Cambridge Ancient History, vol IV*, editado por John Boardman, N. G. L. Hammond, D. M. Lewis, e M. Ostwald, Cambridge University Press, 1988.

RIBEIRO FERREIRA, José e FERREIRA LEÃO, Delfim, *Dez Grandes Estadistas Atenienses*, 1ª edição, Lisboa, Edições 70, 2010.

RAUBITSCHKE, Antony E., *The Origin of Ostracism*, American Journal of Archaeology, vol. 55, nº3, editado pelo Archaeological Institute of America, 1951, exemplar disponível em: <http://www.jstor.org/stable/500970>.

FROST, Frank J., *Themistocles and Mnesiphilus*, publicado em “*Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*”, Bd. 20, 1971, pp 20-25, exemplar policopiado disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4435177>.

Recebido em: 10/05/2014

Aceito em: 05/12/2014

# Resenha



**CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013, 151 p.**

*Michel Ehrlich*<sup>1</sup>

Pilar Calveiro nasceu na Argentina em 1953. Envolvida em militâncias sociais e políticas, foi presa pela ditadura civil-militar que governou o país no período de 1976 a 1983. No prelúdio do livro, o poeta Juan Gelman, descreve:

“Em 7 de maio de 1977, um comando da Aeronáutica sequestrou Pilar Calveiro em plena rua e a levou ao que ficou conhecido como “Mansão Seré” [...]Naquele dia começou seu percurso de um ano e meio num inferno que continuou em outros campos de concentração” (p.19)

Ao contrário da enorme maioria dos detidos em campos de concentração argentinos (cerca de 90% dos 15 a 20 mil pessoas que por isso passaram, segundo a própria autora), Pilar Calveiro sobrevive. Mais tarde, realiza doutorado em ciência política pela Universidade Nacional do México, parte da qual resulta nesse livro, lançado na Argentina em 2001. Atualmente, é professora e pesquisadora na Universidade Autónoma de Puebla (México).

Apesar dessa vivência, Calveiro não baseia seu livro unicamente no seu depoimento. Suas principais fontes são o testemunho de cinco

---

<sup>1</sup> Estudante de graduação em História (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

outros sobreviventes. De acordo com ela

“Cada depoimento é um universo completo, um homem completo falando de si e dos outros. Seria suficiente tomar apenas um deles para abarcar os fenômenos aos quais quero me referir. Ainda assim, para mostrar a vivência a partir de diferentes sexos, sensibilidades, militâncias, lugares geográficos e capturadores, e mesmo fazendo referência a outros depoimentos, tomarei basicamente os seguintes: Graciela Geuna (sequestrada no campo de concentração de La Perla, Córdoba, correspondente ao III Corpo do Exército), Martín Gras (sequestrado na Esma, Capital Federal, correspondente à Marinha da República Argentina), Juan Carlos Scarpatti (sequestrado e foragido de Campo de Mayo, província de Buenos Aires, campo de concentração correspondente ao I Corpo do Exército), Claudio Tamburrini (sequestrado e foragido da Mansão Seré, província de Buenos Aires, correspondente à Força Aérea) e Ana María Careaga (sequestrada em El Atlético, Capital Federal, correspondente à Polícia Federal)”. (p.42)

O livro de Pilar Calveiro não se resume, contudo, à transmissão desses testemunhos, mas à, a partir deles, refletir sobre os desaparecimentos na ditadura argentina e sobre o fenômeno repressivo em si. Retomando o prelúdio de Gelman “este livro é uma façanha. Pilar Calveiro atravessou a situação mais extrema do horror e teve a difícil capacidade de pensar a experiência” (p.20). Ao fazê-lo, “Sua leitura contribui para a reflexão sobre a história não só da Argentina, mas dos outros países do Cone Sul, que não pode ser relegada ao esquecimento”, escreve a historiadora da USP Maria Helena Capelato, na orelha do livro.

A edição brasileira do livro tem apresentação da pesquisadora de pós-doutorado em História Social da USP Janaína de Almeida Teles intitulada “Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções”. Nesta, aponta algumas semelhanças e diferenças entre os

processos ocorridos nos dois países. Se em ambos os casos havia uma noção de que os militares estariam salvando o país de uma ameaça inimiga, o “poder desaparecedor” descrito por Calveiro para a Argentina seria no Brasil mais um “poder torturador”. Em alguns casos, em especial no combate a guerrilha do Araguaia, a ditadura brasileira também usou a tática de eliminação total do “inimigo”. Porém, em geral, se caracterizava por “seu caráter centralizado e seletivo, permeado por preocupações com sua legitimidade institucional” (p. 14). Assim, no Brasil, o governo se preocupava em dar um ar de legitimação legal, mesmo que manipulada, às suas ações, enquanto na Argentina estava mais cristalizada a ideia de que diante de um inimigo tão perigoso, métodos excepcionais poderiam ser utilizados. Portanto, na Argentina

“o eixo do mecanismo desaparecedor era a obtenção de informação necessária para multiplicar os desaparecimentos até acabar com o ‘inimigo’”. No modelo brasileiro, por sua vez, o foco era a seletividade e a obtenção de informações para desestruturar grupos opositores.” (p. 17)

Pilar Calveiro divide o livro em duas partes. A primeira, mais curta, “Considerações Preliminares”, fornece um panorama do contexto prévio ao golpe que levou o general Jorge Videla ao governo em 1976. A segunda parte, “Os campos de concentração” descreve e discute o funcionamento, a lógica e o significado dos campos de concentração argentinos.

“Considerações Preliminares” apresenta primeiramente a ascensão das forças armadas, e depois a situação das guerrilhas, vistas pela ditadura como o principal inimigo interno. Desde a década de 1930, as

forças armadas cresciam em peso político e autonomia.

“Assim, ao longo de 45 anos os militares reiteradamente “salvaram” o país – ou melhor, os grupos dominantes do país. Por outro lado, setores importantes da sociedade civil também reclamaram e exigiram essa salvação. Em 1976, não havia nenhum partido político na Argentina que não tivesse apoiado algum dos numerosos golpes militares ou dele participado.” (p 25)

Assim, o apelo às forças armadas ao reestabelecimento da ordem (e as características fundamentais de um governo militarizado) não era inédito na Argentina de 1976, quando a crise do peronismo fazia em especial as classes médias clamarem por serem “salvas”.

As guerrilhas, cujos membros formariam grande parte da população sequestrada proliferaram nos anos 1970, sejam de caráter guevarista ou peronista. Calveiro, porém, tece críticas ao autoritarismo interno a elas, o que teria colaborado, junto à repressão por parte do peronismo de direita a partir de 1974, para que já estivessem bastante enfraquecidas em 1976.

A segunda e mais extensa parte do livro inicia-se com uma ideia fundamental do texto: “Sempre o poder mostra e esconde, e se revela tanto no que exhibe quanto no que oculta” (p. 38). Portanto, os mecanismos de desaparecimentos deviam ser escondidos (já que não eram legais), mas somente parcialmente. Para Calveiro, “para disseminar o terror, cujo efeito imediato é o silêncio e a inação, é preciso mostrar uma fração daquilo que permanece oculto”. (p. 53). A autora então esclarece que o sequestro, a tortura e o desaparecimento já eram prática corrente ao menos desde 1966, mas a partir de 1976, o desaparecimento

deixa de ser uma das formas para se tornar a própria definição da repressão na ditadura argentina.

Uma característica importante é que os campos de concentração não eram operados por um grupo seletivo. Pelo contrário, havia um esforço em incluir grande número de oficiais, de modo a implicar a todos no processo, em cumplicidade geral. O resultado disso era, além de evitar delações, que seres humanos sem “natureza assassina” participassem ativamente de “um maquinário, construído por eles mesmos, cujo mecanismo os levou a uma dinâmica de burocratização, rotineirização e naturalização da morte” (p. 45). O relato de Calveiro nos remete, ao conceito de banalidade do mal, desenvolvido por Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém*, autora com cuja obra o livro de Pilar Calveiro está em constante diálogo.

Nas páginas seguintes, Calveiro descreve os procedimentos do desaparecimento. A iniciar pelo sequestro, realizado por grupos que geralmente desconheciam o motivo da operação e a tortura (choques elétricos e abusos sexuais eram comuns). Cabe salientar que a missão principal da tortura (que começava antes mesmo da inserção do prisioneiro no campo) era ““alimentar” o campo com novos sequestrados” (p. 67). Seguidas as primeiras seções de tortura, ocorria o confinamento no campo (novamente, os guardas geralmente não sabiam quem eram os prisioneiros, somente sabiam que eram “perigosos”), período no qual podiam ocorrer novas torturas, e finalmente o assassinato e desaparecimento dos corpos. Esta é a parte menos conhecida. Um dos métodos envolvia a aplicação de soníferos e o despejo dos corpos (ainda vivos)

no mar. Ao longo de todo o processo, imperava a burocracia, a impessoalidade e a divisão de tarefas. Em *Modernidade e Holocausto*, Zygmunt Bauman afirma que

“O uso da violência é mais eficiente e menos dispendioso quando os meios são submetidos a critérios instrumentais e racionais e, assim dissociados da avaliação moral dos fins. [...] A dissociação é, de modo geral, resultado de dois processos paralelos, ambos centrais ao modelo burocrático de ação. O primeiro é a meticulosa divisão funcional do trabalho [...] o segundo é a substituição da responsabilidade moral pela técnica.” (BAUMAN, 1998, p. 122)

Atenta a essas semelhanças, Calveiro afirma que isso não se deveria a uma cópia ou inspiração nos campos nazistas ou stalinistas mas consequência de serem poderes totalizantes.

Outra característica apontada pela autora que reforça esse caráter totalizante é a auto-representação de muitos torturadores como deuses, ao ponto de impedirem o suicídio mesmo de prisioneiros cujo destino (morte) já estava selado. Havia uma necessidade de reafirmar o poder da repressão sobre cada mínimo aspecto da vida (e da morte) dos sequestrados.

O aspecto fragmentário do processo, com diferentes grupos operativos trabalhando em paralelo e até concorrendo entre si causava uma sensação de completa ausência de lógica (por exemplo, na escolha de quem iria morrer e quando) e desarmava tentativas de resistência. No entanto, “O fragmentário não se opõe ao totalizante; pelo contrário, eles se combinam e se sobrepõe, sem encontrar nenhuma consistência ou coerência.” (p. 82). Tal afirmação é reforçada por Hannah Arendt,

quando afirma, sobre a burocracia nazista que “todos esses organismos, enormemente poderosos, competiam ferozmente uns com os outros – o que em nada ajudava suas vítimas” (ARENDDT, 1999, p. 85).

Analisado o funcionamento concreto do “poder desaparecedor”, Pilar Calveiro se dedica ao componente ideológico que o sustenta, ao qual chama de “Um universo binário”.

“As lógicas totalitárias são lógicas binárias, que concebem o mundo como *dois grandes campos contrários*: o próprio e o alheio. [...] entende *que o diferente constitui um perigo* iminente ou latente, que deve ser extirpado. [...] pretende, em última instância, eliminar as diversidades e *impor uma realidade única e total* representada pelo núcleo duro do poder, o Estado.” (p. 88)

“Na concepção militar, a Argentina estava em guerra: uma guerra contra a subversão, travada dentro e fora das fronteiras nacionais. Os militares se apressaram a declará-la, e a guerrilha aceitou o desafio.” (p. 89)

Assim, na ótica militar, não desapareciam pessoas, mas sim subversivos, que seriam sempre: guerrilheiros, servindo interesses estrangeiros, perigosos, imorais; se mulheres, cruéis e sem moral sexual. No caso dos mais perigosos não só sem religião, mas judeus. “Reduzidos, como todos os outros objetos de gerenciamento burocrático, a meros números desprovidos de qualidade, os objetos humanos perdem sua identidade.”(BAUMAN, 1998, p. 127)

Portanto, os campos de concentração procuravam retirar por completo a humanidade do prisioneiro. Calveiro, porém, defende que “apesar da eficiência da técnica concentratória, quase sempre há uma parte do homem que é devastada e outras que resistem; essas são as partículas que escapam” (p. 102). Isso permite problematizar o universo

binário e mais, possibilita formas de resistência e fuga. Em relação a esses mecanismos, Calveiro afirma que

“É preciso acrescentar que existiram diversas formas de fugir do dispositivo concentracionário, não apenas a fuga física, sendo que todas elas estiveram associadas à preservação da dignidade, à ruptura da disciplina e à transgressão da normatividade, sabotando os objetivos do campo.” (p. 108)

Assim, a autora descreve várias formas de fuga e resistência, desde a fuga concreta, a colaboração falsa ou parcial, a solidariedade interna, até o riso como reafirmação da vida.

Aproximando-se da parte final do livro, Calveiro reafirma, tal como Hannah Arendt teve que fazer no caso Eichmann, que “Ao encarar os desaparecedores como parte do cotidiano social, sua responsabilidade não se esfuma; apenas os situa num lugar que envolve e questiona toda a sociedade.” (p.134). Arendt completaria que “essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas” (ARENDR, 1999, p. 299).

Essa reflexão faz com que a análise não possa se prender somente aos que participaram diretamente nos desaparecimentos, devendo se estender a sociedade toda: “O campo de concentração, [...], só pode existir numa sociedade que escolhe não ver, por sua própria impotência; uma sociedade “desaparecida”, tão siderada como os próprios sequestrados.” (p. 135). Calveiro descreve como o golpe teve respaldo social. “Se havia algo que não tinha como ser alegado naquele momento era o desconhecimento” (p. 136). A tortura, os sequestros e a necessidade de eliminação do Outro não eram novidade e já estavam até certo ponto

naturalizadas. “A noção do Outro, perigoso, que deve ser destruído, estava profundamente enraizada nas representações e práticas políticas.” (p. 138).

*Poder e desaparecimento*, portanto, está muito distante de ser somente um testemunho da ditadura (o que já seria válido). Tampouco se limita a uma análise do “poder desaparecedor” na Argentina no período 1976-1983, o que realiza brilhantemente. Pilar Calveiro é capaz, apesar ou talvez justamente por ter sido vítima da repressão autoritária de analisar, a partir da experiência argentina, o fenômeno do autoritarismo totalizante, o que, levando em conta seus paralelos e particularidades, colabora para a compreensão das ditaduras civis-militares que assolaram o Cone Sul nas décadas de 1960,70 e 80.

Ao final do livro, Calveiro afirma:

“a melhor forma para desconhecer que a realidade dos campos de concentração esteve estreitamente relacionada com a sociedade de então e com a atual é esquecê-los, decidir que o mundo e o país deram voltas suficientes a ponto de chegar a outro lugar. Anistia, como amnésia, vem de *a-mneses-is*, “esquecimento”” (p. 151).

A mensagem não poderia ser mais evidente para um Brasil que ainda se debate em relação à memória e aos aspectos ainda hoje remanescentes da sua ditadura mais recente.

### **Referências bibliográfias**

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. Tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

Recebido em: 01/06/2015

Aceito em: 20/08/2015

## Nota de Pesquisa

# TRAJETÓRIA DE PESQUISA SOBRE A POSSE DE ARMAS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1850 – 1930) A PARTIR DO ACERVO DO MUSEU PARANAENSE

*Felipe Barradas Correia Castro Bastos  
Gabriel Elysio Maia Braga<sup>1</sup>*

Durante o ano de 2014 e o primeiro semestre de 2015, os alunos membros do PET-História desenvolveram várias atividades em parceria com o Museu Paranaense para trabalhar com o acervo contido em sua reserva técnica. Diante da grande diversidade de materiais à disposição, foram organizadas três comissões de trabalho: Moda, Numismática e Armas. Cada grupo se dedicou a determinadas porções do acervo, cabendo ao terceiro o estudo, nomeação e catalogação da reserva de armaria do Museu, nosso objeto de estudo na presente nota de pesquisa.

Composta por uma notável variedade de armas brancas e armas de fogo – dentre elas carabinas, clavinhas, mosquetões, espingardas, revólveres, pistolas e garruchas<sup>2</sup> – a coleção armazenada no acervo pode

---

<sup>1</sup> Graduandos do sétimo período em História – Licenciatura e Bacharelado na Universidade Federal do Paraná.

<sup>2</sup> Há controvérsias quanto à terminologia a ser empregada para catalogar peças de armamento por ela conter sua historicidade própria. A título de exemplo, o termo oitocentista *espingarda* foi substituído no século XX por *fuzil*. Para as finalidades do Museu Paranaense, decidiu-se utilizar a nomenclatura contida no Manual do Soldado de Infantaria de 1872, no qual as armas são nomeadas a partir do tamanho. Assim, tem-se que armas maiores que 1,24m são espingar-

ser pesquisada para levantar várias questões a respeito da história de Curitiba e do interior paranaense. Nossa contribuição envolveu pesquisas sobre uma coleção específica, a revisão e reformulação de fichas catalográficas existentes; a confecção de fotografias destinadas a serem incluídas no acervo *online* do museu e, por fim, a concretização de um projeto de intervenção no circuito de exposição permanente do Museu.

A *hoploteca*<sup>3</sup> do Museu Paranaense é marcada pela heterogeneidade. Nela encontram-se armas de fogo de fabricantes belgas, alemães, britânicos, franceses, ingleses, estadunidenses e nacionais em sistemas de acionamento que vão de fecharias de pederneira, fulminantes de percussão, retrocarga manual de tiro único a semiautomáticas. Diante dessa variedade de ampla abrangência cronológica, foram delineados questionamentos que poderiam ser abordados pela perspectiva museológica, isto é, a partir dos itens disponíveis na reserva técnica do Museu Paranaense: o que pode ser levantado a respeito da História do Paraná a partir da grande diversidade de armas encontradas no acervo? Pertenceram elas predominantemente às forças militares e de segurança pública ou estiveram distribuídas também entre a população civil? De que maneira essas armas podem ser articuladas historicamente aos conflitos que afetaram diretamente paranaenses na virada do século XIX ao XX, nomeadamente a

---

das ou, caso haja soquete para inserção de baioneta, mosquetões; entre 1,24 e 1,05m denomina-se carabinas; e menores que 1,05m são clavinhas.

<sup>3</sup> Palavra de origem grega que significa "coleção de armas".

Revolução Federalista (1893 – 1895) e a Guerra do Contestado (1912 – 1916)? E, por fim, como podemos aproveitá-las no circuito expositivo do Museu?

Apesar da heterogeneidade da hoploteca como um todo, ela é constituída predominantemente por armas individuais, com poucos exemplares repetidos acima de três unidades. Diante desse quadro, nos chamou a atenção um número considerável de garruchas<sup>4</sup> similares entre si, algumas delas visivelmente gravadas na parte superior do cano a inscrição *Pistolet Brèzilien*. Esse conjunto de pistolas, que destoava do restante da coleção, foi escolhido como objeto de estudos das pesquisas realizadas no Museu Paranaense.

Primeiramente, é imperativo afirmar que o campo de estudos históricos sobre armamento no Brasil permanece negligenciado, tendo sido pouco explorado mesmo pelos historiadores militares (CASTRO, 2006). É crítica a dificuldade em encontrar fontes arquivísticas que possam ser analisadas em conjunto ao acervo arqueológico de armaria anterior à década de 1930, dificuldade que soma-se à inexistência de estudos sistemáticos que correlacionem avanços técnicos, políticas de importação e venda de armas de fogo e as imbricações entre militares e civis desde o Império até o Estado Novo. A escassez de bibliografia e documentação pertinentes ao estudo do armamento no Brasil foi um obstáculo significativo na realização desta pesquisa. Portanto, é

---

<sup>4</sup> Armas de pequeno porte compostas por dois barris de cano raiado que operam por sistema de percussão e tiro único, utilizadas durante a segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

importante ressaltar que tratamos de considerações preliminares sobre como relacionar historicamente a coleção de garruchas do Museu no contexto paranaense ao qual pertenceram.

A partir da seleção da cultura material a ser estudada, os *Pistolet Brèzilien*, o primeiro passo da pesquisa foi buscar informações a respeito das armas nas fichas catalográficas, documentação responsável por enumerar as características cruciais a sua catalogação. Datilografadas na década de 1960, as fichas eram esparsamente preenchidas, mas indicavam a engravação das iniciais "EPL" no tambor de metal acima do gatilho, que significam *Éprouvée à Liège* [testada em Liège]<sup>5</sup>, indicando sua fabricação belga.

As fichas catalográficas, contudo, continham uma imprecisão que se revelou muito onerosa para o andamento da pesquisa. Presumivelmente por engano, na área destinada à inserção do ano de *entrada* do material no acervo do Museu, seja por doação ou aquisição, inseriu-se a data de *catalogação* da ficha em específico – 1967. Essa informação indicava erroneamente que as garruchas haviam sido recebidas nesse ano, e procedemos à busca nos arquivos do Museu por cartas, registros de entrada e demais documentações entre 1965 e 1969 que pudessem ser mais elucidativos a respeito dos *Pistolet*.

Em razão do engano, dois meses de pesquisa se passaram sem render resultados relevantes. Contudo, ao consultar o Livro Tombo da

---

<sup>5</sup> Livre-tradução. Era costumeiro que fabricantes indicassem que suas armas haviam sido testadas como garantia de qualidade, conforme indica Castro (2006).

Seção de História, ficou evidente que se tratava de um equívoco. Muitos outros artefatos do Museu Paranaense registravam entrada no ano de 1967, sendo que não foi encontrada nenhuma documentação desta data que indicasse o recebimen Além disso, no Livro Tombo está indicado o doadgaruchas ao Museu: a Chefatura de Polícia do Paraná, instituição substituída pela Secretaria de Segurança Pública em 1962 com a promulgação da Lei Nº 4615 de 09/07/1962. Portanto, os *Pistolet Brèzilien* foram recebidos pelo Museu necessariamente antes de 1962, nos levando a reorientar os esforços de busca na documentação para datas anteriores.

No mês seguinte foram encontrados documentos que finalmente indicavam a real data de entrada das garruchas ao acervo, dentre as quais estão as *Pistolet Brèzilien*. Em 12 de janeiro de 1933, foram doadas ao Museu várias armas pela Chefatura de Polícia Civil do Paraná – dentre elas sete "pistolas de dois canos". Encontrou-se também uma carta assinada pelo Chefe de Polícia José Merhy, em 10 de abril de 1935, atendendo ao ofício expedido pelo "Illmº. Sr. Director do Museu Paranaense" solicitando a doação de armamentos à hoploteca. Na carta, são elencadas dentre as armas "10 pistolas (garruchas)".

Diante da inexistência de informações pertinentes à coleção pesquisada nos arquivos das polícias Militar e Civil do Paraná, planejamos uma visita técnica ao Museu Histórico Nacional (MHN) no Rio de Janeiro. Nesta visita tivemos a oportunidade de conversar com o

professor Adler Homero Fonseca de Castro<sup>6</sup> e com Juarez Fonseca Menezes Guerra, curador do acervo de armas do MHN. O encontro com os dois especialistas contribuiu significativamente para a troca de experiências a respeito da conservação e catalogação de armas no Museu Paranaense, como também esclareceu várias dúvidas a respeito das garruchas pesquisadas. A partir das colocações de Adler Castro, concluímos que os *Pistolet Brézilien*, devido a ornamentações presentes nas empunhaduras e diferenças significativas no comprimento do cano, eram de uso civil, contrariamente ao que supúnhamos.

Armas militares eram padronizadas<sup>7</sup> por várias razões, dentre elas a necessidade logística de padronizar a munição de regimentos, as características da fabricação em larga escala e as exigências do mercado atacadista e das transações entre intendências militares e fabricantes. A não-padronização entre coleções de armas portáteis é um forte indício de seu emprego por civis – seja na caça, na defesa pessoal ou para cometer crimes. Esta última opção é particularmente plausível em relação aos *Pistolet* pelo fato de eles terem sido doados ao Museu em grande quantidade por meio da Chefatura de Polícia, o que sustenta

---

<sup>6</sup> Mestre em História, pesquisador e membro do setor de arqueologia da Superintendência do IPHAN-RJ e curador do Museu Militar Conde de Linhares, do Exército.

<sup>7</sup> A padronização de armas militares, contudo, foi uma questão muito problemática na história das Forças Armadas brasileiras. Por um lado, o Império não dispunha de nenhum órgão responsável pela centralização e padronização do armamento a nível nacional, resultando na coexistência de armas de diversos calibres e em graves problemas logísticos experimentados na Guerra do Paraguai (CASTRO, 2006). Por outro, as forças policiais provinciais durante o Império e a República Velha possuíam um alto grau de independência e suas licitações eram realizadas separadamente.

nossa hipótese de que se tratam de armas apreendidas pela Polícia por terem sido utilizadas em crimes na virada do século XIX ao XX. De fato, a plausibilidade da hipótese é reforçada se considerarmos o conjunto das armas doadas pela Chefatura entre 1933 e 1935, nas quais constam ainda “73 facas, facões e punhaes [...], 2 machados”, sete revólveres e diversas espingardas de diferentes modelos apreendidas e remetidas à custódia do Museu.

Adler Castro afirmou que até a emissão do Decreto nº 24.602 de 6 de junho de 1934<sup>8</sup> não havia nenhuma legislação específica sobre compra, venda e produção de armas no Brasil, fato que contribui para a heterogeneidade da hploteca do Museu Paranaense. A referida escassez de estudos e documentação a respeito do mercado varejista de armas – ao qual recorriam os civis – no Brasil anterior a essa data nos impede de delinear conclusões historiográficas precisas, mas é possível considerar uma significativa profusão na posse de armas no âmbito civil no território paranaense. Futuros estudos podem proficuamente relacionar o mercado varejista de armas a aspectos como a urbanização, a criminalidade, as necessidades da vida sertaneja, a violência e os grandes conflitos que acometeram a população do Estado na virada do século XIX para o XX. Castro acena para uma possível resposta aplicável ao contexto paranaense: “Em uma sociedade em que a violência, ou a ameaça de violência, era uma constante, certamente, os

---

<sup>8</sup> O Decreto proíbe a instalação e funcionamento de fábricas paramilitares de armas e munições do país – exceto por meio de concessão governamental. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D24602.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24602.htm)>.

moradores [...] tomavam medidas de autopreservação” (CASTRO, 2007, p. 27).

Pensando no emprego civil das armas pesquisadas, planejamos, juntamente aos funcionários e a direção do Museu Paranaense, uma intervenção na exposição permanente *Conflitos Armados do Paraná*. O circuito desta exposição ambienta a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado, mostrando aos visitantes fotografias, artefatos, mapas e armas referentes a esses três conflitos. Propusemos uma intervenção no circuito na intenção de conferir maior visibilidade às armas civis por considerarmos que sua exposição pode ressaltar o protagonismo da população do território paranaense, para além do destaque atualmente conferido às “grandes personagens” militares nesses conflitos, como João Gualberto e Gumercindo Saraiva. Procedemos para expor exemplares dos *Pistolet Brèzilien*, garruchas comuns e dois exemplares de armas que foram produzidas especificamente para uso feminino para inserir a população “comum” no circuito.

A partir desta intervenção, que imaginamos conceder maior destaque aos habitantes do território, procuramos suscitar diferentes reflexões acerca dos conflitos que ambientam a exposição para problematizar o destaque dado à presença militar em exposições museológicas desta temática. Sustentamos que participação da população civil em seu cotidiano durante tempos de guerra e paz possui um grande potencial de pesquisa, e defendemos que as armas civis presentes na hopoteca do Museu Paranaense podem ser um ponto de

partida para discutir a presença popular nos conflitos armados do Paraná e, inversamente, a presença de conflitos armados no interior das comunidades paranaenses na virada do século XIX ao XX.

### Referências bibliográficas

BRASIL. *Decreto nº 24.602 de 6 de junho de 1934*. Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas e munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D24602.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24602.htm). Acesso em 10/08/2015.

CASTRO, A. Arqueologia – Procurando pela história do Brasil. *Da Cultura*. ano VII, v. 12., Rio de Janeiro, pp. 25 – 29, set. 2007.

\_\_\_\_\_. Um Tiro na Memória. *Nossa História*, ano 2, nº 24, São Paulo pp. 62 – 65, out. 2005.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai. Rede de Memória Virtual Brasileira, Biblioteca Nacional, 2006. Disponível em [https://www.academia.edu/8369073/Notas\\_sobre\\_o\\_armamento\\_na\\_Guerra\\_do\\_Paraguai](https://www.academia.edu/8369073/Notas_sobre_o_armamento_na_Guerra_do_Paraguai). Acesso em 10/08/2015.

PARANÁ. Lei 4615 de 09 de julho de 1962. Dispõe sobre a criação da Secretaria de Segurança Pública a partir da supressão do órgão Chefatura de Polícia. Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=11282&codItemAto=121518#121518>. Acesso em 10/08/2015.

Recebido em: 12/08/2015

Aceito em: 09/09/2015



## NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista *Cadernos de Clio* aceita artigos e resenhas bibliográficas em português, inglês ou espanhol.
2. Os artigos terão tema livre, desde que dentro do campo historiográfico ou que dialogue com o mesmo.
3. Os artigos deverão conter de 10 a 15 páginas (formato A4), sendo este o número máximo com resumo, bibliografia e título, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
4. As resenhas deverão ser de livros publicados no Brasil nos últimos 03 anos (ou seja, desde 2012) e de livros publicados no exterior nos últimos 05 anos (ou seja, desde 2010). Deverão ter no máximo 05 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
5. Serão aceitos artigos e resenhas de graduandos dos cursos de História ou de áreas afins desde que os trabalhos dialoguem com temáticas relacionadas a historiografia, sempre sob orientação e com aval do(a) professor(a) orientador(a) (Anexo 1). O aval deve ser anexo no ato da submissão do artigo na plataforma como ‘documento complementar’. Não serão aceitos artigos e/ou resenhas anônimas.
6. A decisão sobre a publicação de artigos e resenhas cabe aos Editores a partir da avaliação do Conselho Editorial da *Cadernos de Clio*. Cada artigo será avaliado por dois pareceristas e poderá receber três pareceres, que podem ser: (a) indicar a publicação; (b) indicar a publicação desde que sejam feitas revisões; ou (c) negar a publicação. A publicação dos artigos e resenhas aprovados pelos

pareceristas estará, contudo, condicionada ao orçamento da revista e/ou às novas configurações do suporte *on line*. Portanto, artigos e resenhas que forem aprovados e não imediatamente publicados, ficarão arquivados para possíveis publicações em edições futuras.

7. Os autores serão notificados da recepção das colaborações e desenvolvimento do processo de avaliação.

8. Os Editores reservam-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma a adequar as colaborações ao padrão editorial e gráfico da revista.

9. As afirmações e conceitos emitidos em artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores. A apresentação das colaborações ao corpo editorial implica a cessão da prioridade da publicação aos *Cadernos de Clio*, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que só poderão ser reproduzidos sob autorização expressa dos Editores. Os colaboradores manterão o direito de utilizar o material publicado em futuras coletâneas de sua obra, sem o pagamento de taxas à revista. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor.

### **Normas técnicas para apresentação de Artigos:**

1. O envio de artigos e resenhas deverá ser feito exclusivamente pelo sistema SER/UFPR (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/clio>). Deverá ser informado na plataforma no e-mail a situação acadêmica do(a) aluno(a) (período e vinculação), link doattes (se possuir) e nome do(a) professor(a) orientador(a).

2. Os artigos em português deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estran-

geira escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.

3. Os artigos em inglês deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em inglês, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou espanhol; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em espanhol e sua respectiva versão na língua escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.

4. Os artigos em espanhol deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em espanhol, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou inglês; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em espanhol e sua respectiva versão na língua escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.

5. Para publicações de imagens, encaminhar ainda termo de liberação para publicação do detentor dos direitos autorais ou comprovação de que esteja em domínio público.

6. As referências bibliográficas deverão seguir o modelo da ABNT.

7. As referências a autores no decorrer do artigo deverão obedecer ao padrão (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Hobsbawn, 2003) ou (Hobsbawn, 2003: 30). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (Le Goff, 2006a), (Le Goff, 2006b).

8. As notas de rodapé deverão ter caráter unicamente explicativo, não de referências bibliográficas, obedecendo a ordem dos algarismos arábicos em ordem crescente.

9. Os arquivos não poderão ter qualquer informação que identifique a autoria, sob pena de eliminação do processo seletivo da revista.

**INFORMAÇÕES:**

cadernosdeclio@gmail.com (Comissão Editorial)

<http://pethistoriaufpr.wordpress.com>